

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

1 — ATA DA 173ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 49ª LEGISLATURA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1992

I — Abertura da Sessão

II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III — Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 303/92 — Do Senhor Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando cópia do requerimento do Deputado João Paulo.

Nº 331/92 — Do Setor Deputado Nelson Marquezelli, Líder do PTB, indicando para a Comissão de Finanças e Tributação o Deputado Matheus Iensen.

Nº 101/92 — Do Senhor Deputado Tuga Angerami, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, reiterando a solicitação de audiência para o PL nº 4.783/90.

IV — Pequeno Expediente

CARRION JÚNIOR — Reforma tributária.

B. SÁ — Liberação de recursos pelo Governo Federal para atendimento a pequenos produtores rurais no Estado do Piauí.

GIOVANNI QUEIROZ — Conveniência da recuperação pelo Governo do Pará de pontes da BR-150, que liga Belém ao sul do Estado.

IVÂNIO GUERRA — Necessidade de recuperação da BR-277 entre Palmeiras e Relógio, Estado do Paraná.

MARIA LUÍZA FONTENELE — Anúncio de liberação de verbas pelo Governo Federal para atendimento às vítimas da seca no Estado do Ceará. Conveniência da adoção de ajuste fiscal seletivo.

FRANCISCO RODRIGUES — Atuação do Governador Ottomar Pinto, do Estado de Roraima.

TONY GEL — Artigo “Maciel inicia campanha presidencialista”, de autoria do jornalista Carlos Cavalcanti, publicada no **Diário de Pernambuco**.

OSVALDO REIS — Conveniência da utilização de microorganismos, eficazes para desenvolvimento e expansão da agricultura natural no País.

PAULO PAIM — Urgente adoção de nova política salarial no País. Defesa da manutenção do inciso III do art. 8º da Constituição Federal.

IVO MAINARDI — Necessidade de simplificação do crédito rural.

AUGUSTO CARVALHO — Inconveniência da transferência da Sudepe e do IBDF para o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

PAULO MANDARINO — Reativação do setor de previdência complementar no País.

JOÃO FAGUNDES — Apoio do orador ao posicionamento do Presidente Itamar Franco, contrário à demarcação da reserva indígena Raposa-Serra do Sol, no Estado de Roraima.

AMAURY MÜLLER — Questão da segurança e medicina do trabalho no País.

NAN SOUZA — Conveniência de criação de Comissão Especial para acompanhamento da aplicação dos recursos destinados ao Nordeste brasileiro.

RUBEN BENTO — Inconveniência da desapropriação pelo Governador Ottomar Pinto, do Estado de Roraima, da região de Urupuanzôl, no Estado. Posicionamento do orador, contrário ao aumento da tarifa de energia elétrica para consumidores domésticos constante da proposta de reforma tributária. Relatório das atividades da Sociedade Internacional de Lingüística.

NEY LOPES — Reforma fiscal. Necessidade modernização dos portos brasileiros para a integração do Brasil no Mercosul.

EURIDES BRITO (Como Líder) — Matéria publicada no **Jornal do Brasil** sobre abertura de processo contra empresas do ramo de cimento pelo Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica, do Ministério da Justiça. Artigo "O abuso do cimento: o Governo aponta irregularidades nas indústrias cimenteiras e processa o cartel mais poderoso do País", publicado na revista **Veja**.

ROBERTO FRANCA — Falecimento do ex-Primeiro Secretário do Partido Comunista Tcheco-Eslovaco Alexandre Dubcek, em Praga, capital do país.

LOURIVAL FREITAS — Atraso no pagamento dos servidores públicos federais do Estado do Amapá.

ETEVALDO GRASSI DE MENEZES — Conveniência da inclusão do Estado do Espírito Santo no elenco de medidas adotadas pelo Presidente Itamar Franco para o desenvolvimento nacional.

JÚLIO CABRAL — Crise econômica brasileira.

PEDRO TASSIS — Falecimento de José Antunes Melo, ex-Prefeito de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

FELIPE MENDES — Plantio de soja nos cerrados piauienses. Conveniência da participação do Estado do Piauí no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — Prodec.

ÁTILA LINS — Urgente zoneamento econômico-ecológico da Amazônia brasileira.

MENDONÇA NETO — Falecimento do Prof. Luís Medeiros Netto, em Maceió, Estado de Alagoas.

PASCOAL NOVAIS — Racionamento de energia elétrica no Município de Ariquemes, Estado de Rondônia.

V — Grande Expediente

PEDRO TONELLI — Agravamento da crise social brasileira. Conveniência da reformulação da legislação eleitoral e partidária.

ISRAEL PINHEIRO (Como Líder) — Conveniência de aprovação da reforma fiscal após ampla discussão sobre a problemática econômico-social brasileira.

MENDONÇA NETO — Conveniência de exame acurado da proposta de ajuste fiscal enviado pelo Presidente Itamar Franco ao Congresso Nacional.

VI — Comunicações Parlamentares

BENEDITO DOMINGOS — Adoção de urgentes providências pelo Governo Federal para resolução da problemática social brasileira. Necessidade da reativação do programa de distribuição de leite para as famílias carentes do País.

VII — Encerramento

2 — PORTARIAS

N^{os} 024 e 025, de 1992, referentes a credenciamento de entidades de classe.

3 — COMISSÕES DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS

a) Comissão de Seguridade Social e Família, n^o 23/92, em 9-11-92.

b) Comissão Especial — PEC n^o 46/91, n^o 1/92, em 6-11-92.

4 — REDISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS

a) Comissão de Finanças e Tributação, n^o 13/92, em 6-11-92.

5 — MESA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES

7 — COMISSÕES

Ata da 173ª Sessão, em 9 de novembro de 1992

Presidência dos Srs.: Luiz Moreira, 3º Suplente de Secretário; Roberto Franca e Giovanni Queiroz, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I — ABERTURA DA SESSÃO

(14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Moreira) — Há número regimental.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, e em nome do Povo Brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — LEITURA DA ATA

O SR. IVO MAINARDI, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Moreira) — Passa-se à leitura do expediente.

O SR. JOÃO FAGUNDES, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III — EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

SGM/P n^o 303

Brasília, 27 de fevereiro de 1992

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Roberto Magalhães

DD. Coordenador da Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Coordenador,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento e exame, cópia do requerimento do Senhor Deputado João Paulo,

de 18-12-91, em que solicita sejam requisitadas cópias de fitas contendo comentários atribuídos ao jornalista Vilas Boas Corrêa, em jornal da Rede Manchete de Televisão, durante o mês de dezembro de 1991.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

Brasília, 18 de dezembro de 1991

A Sua Excelência
Deputado Ibsen Pinheiro
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que tome providências no sentido de requisitar junto à Rede Manchete de Televisão fitas contendo comentários do jornalista Vilas Boas Corrêa realizados no jornal da Manchete do horário das 20h30min.

Como não sei precisar data, solicito que sejam requisitados os comentários referentes ao mês de dezembro deste ano.

Tal providência deve ser deferida no sentido de se examinar se haverá a necessidade de ser acionada a Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados nos termos em que dispõe o Regimento Interno.

N. Termos

P. Deferimento

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 1991. — Deputado

João Paulo.

À

Chefia de Gabinete da Presidência

Esta Procuradoria está de acordo com a solicitação do Deputado João Paulo.

A requisição das fitas de gravação, todavia, deverá ser feita pela Mesa da Câmara.

Em 12-3-92. — **Roberto Magalhães.**

A requisição proposta não se insere na competência do Presidente. Considerando, por outro lado, já haver ocorrido a prescrição do direito de representação (Lei nº 5.250/67, art. 41, § 1º), qualquer medida atual seria inócua.

Arquive-se. Em 9-11-92. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

Do Sr. Deputado Nelson Marquezelli, Líder do PTB nos seguintes termos:

OFÍCIO Nº 331/92

Brasília, 4 de novembro de 1992

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Ibsen Pinheiro
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a V. Exª, nos termos regimentais, para a Comissão de Finanças e Tributação, o Senhor Deputado Matheus Iensen, como Titular em substituição ao Deputado Paulo Heslander, passando este último à condição de Suplente, na mesma Comissão.

Na oportunidade, renovo a V. Exª os protestos de consideração e apreço. — Deputado **Nelson Marquezelli**, Líder do PTB.

Do Sr. Deputado Tuga Angerami, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, nos seguintes termos:

OF. TP Nº 101/92

Brasília, 21 de outubro de 1992

Excelentíssimo Senhor
Deputado Ibsen Pinheiro
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

No dia 13 de agosto de 1991 este órgão técnico encaminhou a V. Exª Of. nº 260/91, cópia anexa, solicitando audiência do Projeto de Lei nº 4.783, de 1990, que trata dos crimes contra o estado democrático e a humanidade.

Isto posto, venho reiterar a V. Exª a audiência para esta Comissão do referido Projeto de Lei.

Certo de contar com o apoio de V. Exª, reitero minhas Cordiais Saudações. — Deputado **Tuga Angerami**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Moreira) — Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Carrion Júnior

O SR. CARRION JÚNIOR (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos votar uma ampla reforma tributária antes do final deste ano, embora devamos apresentar um substitutivo à proposta de ajuste fiscal apresentada pelo Governo.

Temos acompanhado o trabalho da Comissão desta Casa que trata do assunto desde o ano passado, quando chegou à Câmara o “Emendão”, de iniciativa do Governo Collor, que propunha profunda reformulação da estrutura tributária. Não há dúvidas de que o projeto não era bom, ainda que respeitável, e, durante todo o ano passado e neste ano, a Comissão o apresentou. Agora, com o novo Governo, surge uma nova proposta de reforma tributária.

Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, tenho ouvido muitos parlamentares reivindicarem que a discussão de um ajuste fiscal mais amplo deveria ser feita no próximo ano, sob a alegação de que teríamos mais tempo. Passamos um ano e meio analisando o assunto na Comissão constituída para tal fim, onde adquirimos amplo conhecimento do tema, até porque foram ouvidos todos os setores da sociedade. E pergunto: vamos fazer mais um remendo na estrutura tributária brasileira? Nós só temos um mês e meio até o final do ano legislativo. No ano que vem, haverá o plebiscito, a revisão constitucional e até — quem sabe, já que muitos a defendem nesta Casa — a sua antecipação. Será que no ano que vem teremos o prazo de um mês e meio para nos debruçarmos sobre a discussão da reforma tributária? Com certeza teremos muito menos tempo, porque deveremos proceder à votação de quatro matérias.

Também é bom que se diga que esta Casa, ciente da urgência de apreciar determinados assuntos, como foi o processo de afastamento do Presidente Collor, tem capacidade de votar com rapidez matérias muito complicadas.

Devemos fazer um grande esforço, no âmbito das Comissões, no sentido de trazer à votação do Plenário a proposta

de reforma tributária no final deste mês. Se porventura não elaborarmos uma proposta substitutiva ampla que possa ser apreciada até o final de novembro, mas sim no mês de dezembro, é o caso de se prorrogar o ano fiscal até o final do mês de janeiro. Durante o mês de dezembro, realizaríamos então as quatro votações. Chamo a atenção para o fato de que, há muito tempo, a sociedade brasileira reivindica que o ano fiscal termine no final de janeiro, evitando-se, em dezembro, um período festivo, a atual sobrecarga existente para as empresas — a da apresentação de seus balanços.

Levantemos outra hipótese, a de não conseguirmos, até dezembro, elaborar um projeto de reforma fiscal, tornando inviável a sua votação em dezembro ou mesmo em janeiro. Nesse caso, teríamos pelo menos amadurecido com mais profundidade uma proposta que nos servisse de guia para uma votação de emergência no mês de dezembro.

Sabemos que o Estado está exaurido, que a estrutura tributária está ultrapassada, que é necessário simplificá-la, racionalizá-la, aumentar o número de contribuintes e dar-lhe um caráter mais social. Abdicarmos, no início de novembro, do debate mais amplo da matéria e renunciarmos ao desafio de votá-la em dezembro, é recusar um poder que nós, Parlamentares, temos na Comissão constituída para analisar o ajuste fiscal e neste plenário. E o Senado Federal também apreciará o assunto.

Registro a nossa posição a favor da ampla discussão da reforma tributária até o final do ano. Faço um apelo aos meus pares da Comissão — posteriormente o farei a este Plenário — no sentido de nos esforçarmos para apreciar a proposta de ajuste apresentada pelo Governo Itamar Franco. Até há pouco tempo muitos o acusavam de ter sido tímido, e eu me somava a essas críticas. Mas, se o Governo tem a coragem de propor uma reforma ampla, seremos nós os que abdicaremos, após um ano e meio de debates nas Comissões, do desafio de votá-la até dezembro, transferindo a apreciação para o próximo ano, quando haverá o plebiscito, a reforma constitucional e talvez outras questões mais importantes? Se o fizermos, estaremos tirando do setor público e do Governo Federal um instrumento de reativação da economia, de diminuição do atual ultrapassado arcabouço tributário.

Temos de aceitar o desafio. E, no que depender de mim, na Comissão que se tem dedicado com afinco à questão, farei o possível para chegarmos à votação de ampla e profunda reforma tributária ainda neste ano. Até porque os eventuais problemas que venham a surgir poderão ser corrigidos na revisão constitucional do próximo ano, pois poderemos deixar um espaço em 1993 para as eventuais alterações e modificações da estrutura da reforma fiscal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. B. SÁ (PTR — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, os jornais deste final de semana e os noticiários da televisão destacaram a grave situação por que, mais uma vez, o Nordeste está passando, particularmente o Estado do Piauí.

Volto a esta tribuna para chamar de novo a atenção de V. Ex^{as} para essa situação e para, ao mesmo tempo, dizer que, com muita satisfação, vi as primeiras medidas tomadas pelo atual Governo. Desde abril, fazemos reiterados apelos no sentido de que o povo do Nordeste seja socorrido, devido à falta de chuvas e conseqüentemente de safras. O Governo Itamar Franco adotou algumas medidas, e alguns recursos já estão sendo liberados para acudir, só no Estado do Piauí,

oitenta famílias de rurícolas e pequenos produtores rurais. Evidentemente se trata de uma solução paliativa, emergencial, mas é importante socorrer quem tem fome e sede.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, sou daqueles que também ocupam esta tribuna no Pequeno e no Grande Expediente para chamar atenção para os problemas basilares da nossa região e também para dizer que a solução do nosso problema climático maior, a seca, passa, única e exclusivamente, por uma decisão de ordem política. Com o conhecimento tecnológico na área de irrigação que já se tem hoje, não só no mundo mas no Brasil e na Região Nordeste, não faz mais sentido vez por outra estaremos aqui a falar das conseqüências de uma estiagem prolongada no Nordeste. Falta decisão política no leque de ações que devem ser desenvolvidas. Entre elas, destaco duas: em primeiro lugar, a educação, mas não apenas a educação tradicional, do bê-a-bá. É fundamental que se dê educação profissionalizante já no 1º grau. Temos essa experiência nas escolas técnicas de 1º grau existentes em algumas regiões do Nordeste, com excelentes resultados, bem como nas escolas agrícolas.

Por outro lado, é fundamental que haja uma aplicação judiciosa e correta de todos os recursos destinados à região Nordeste, implícitos aí os fundos de participação, tanto estaduais quanto municipais, e os recursos orçamentários não só do Estado como também da própria União. Não se concebe mais usar recursos orçamentários para fazer obras faraônicas ou que não tenham algum resultado prático, sobretudo em regiões como a nossa, que tem o substrato da sua economia na agricultura e na pecuária.

Sr. Presidente, mais uma vez chamo a atenção da Casa para a aplicação dos chamados recursos especiais destinados ao Nordeste, como o Fundo Constitucional do Nordeste e o Finor. Estes, sim, mais do que nunca, precisam ser reorientados. Não se concebe mais que o Fundo Constitucional do Nordeste não alcance prioritariamente, como deveria, o pequeno produtor rural, porque, tendo de pagar correção monetária, inviabiliza qualquer investimento na região. Todos sabem — e já foi denunciado amplamente — que o Finor tem sido apenas um instrumento, sobretudo o Finor agropecuário, para manutenção de castas e de elites, contribuindo ainda mais para o atraso da nossa região.

Sr. Presidente, nesta oportunidade, quero louvar a ação do Presidente Itamar Franco de voltar-se para os problemas sociais do Nordeste. Deixo aqui aos Governos Federal, Estadual e Municipal da região o desafio de tomarem uma decisão política e sobretudo de terem a coragem e a disposição de enfrentar o nosso problema maior, a seca, para, no futuro, o Nordeste estar verdadeiramente inserido no contexto das regiões mais desenvolvidas do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o sul do Pará nunca se viu tão abandonado pelo Governador do Estado quanto agora, e as estradas que servem dezenas de Municípios da minha região estão em lastimável estado de esquecimento.

O que ocorre no Nordeste — e ainda há pouco ouvimos o pronunciamento do companheiro B. Sá a respeito do assunto — se deve à negligência, à falta de decisão política do Governo na hora de resolver os problemas econômicos da região, os quais são agravados pela falta de chuva, como acontece no sul do Pará, exatamente devido à ausência de chuvas e à inexistência de um Governo sério e responsável.

É grave, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, a situação. A rodovia de ligação entre os Municípios de Rio Maria, Xinguara e Marabá não dispõe da menor condição de trafegabilidade. Os cinco desvios, que antes eram usados com muita precariedade, agora não mais permitem a passagem de veículos, principalmente nesta época de muita chuva na região. São Félix, Tucumã, Ourilândia do Norte e Água Azul também correm risco de isolamento.

A interrupção do tráfego em Conceição do Araguaia me causa bastante apreensão. Caso esse dramático quadro se configure, as perspectivas de estrangulamento do transporte de mercadorias, de gás de cozinha e de gado serão nefastas, imprevisíveis até.

Apático, o Governo do Estado não faz absolutamente nada para mudar o curso dos acontecimentos do sul do Estado do Pará. Também lá a negligência governamental impera.

O Governador Jader Barbalho não poderá alegar falta de dinheiro, porque — não sei se é o caso do Nordeste — verbas dos cofres da União foram destinadas para atender às construções emergenciais de pontes no sul do Pará. Mas ninguém viu esse dinheiro, Sr. Presidente, e não se sabe em que cofre foi guardado. Se foram construídas as pontes, também ninguém as viu. Já que os fantasmas estão em moda, talvez tenham sido construídas pontes fantasmas no sul do Pará, e nós não as conhecemos — digo nós, porque me incluo entre os milhares de habitantes daquele Estado.

Para que tenhamos uma idéia, só em 1992, bem antes das chuvas, o Governo Federal repassou ao Estado recursos suficientes para a construção de cerca de 30 pontes de concreto. Em março deste ano, por exemplo, 500 milhões de cruzeiros foram liberados. Quatro meses depois, em julho, foram liberados mais 4 bilhões de cruzeiros. Devidamente reajustada, essa verba equivaleria hoje a algo em torno de 10 bilhões de cruzeiros. Com esse dinheiro, qualquer bom administrador construiria cerca de 500 metros lineares de pontes de concreto. Em outras palavras, um administrador sério, competente e probo seria capaz de construir 30 pontes, o que atenderia plenamente às necessidades da minha região.

A propósito, gostaria de ouvir do Sr. Governador ou do seu Secretário de Transportes o que foi feito desse dinheiro. No melhoramento das estradas do sul do Pará eu tenho certeza de que não foi usado, porque, se assim tivesse ocorrido, não estaríamos aqui denunciando o atual abandono e clamando por providências.

É oportuno lembrar os compromissos feitos em palanque pelo Governador há dois anos, quando ele se comprometeu a construir pontes de concreto, dizendo que seria uma de suas prioridades no sul do Pará. Tudo não passou de retórica. Enquanto isso, as chamadas "pontes assassinas" continuam fazendo vítimas, matando, inviabilizando o tráfego na região, o escoamento da produção, enfim, infernizando a vida das famílias que escolheram o sul do Pará como opção de vida.

É lamentável que as ações do Governador não tenham passado de falácias. Ele tem proclamado haver inaugurado, há anos, uma rodovia toda asfaltada, numa extensão de 1.300 quilômetros, ligando regiões do sul do meu Estado. No entanto, sabe-se que apenas 370 quilômetros foram, de fato, asfaltados. Os quase 1.000 quilômetros restantes receberam, na verdade, uma capa, uma pintura asfáltica, um tratamento antigo, que se deteriorou juntamente com as pontes de madeira.

Louvamos aqui a intervenção oportuna do ex-Governador Hélio Gueiros, que asfaltou, de fato, os quase 1.000 quilô-

metros até Conceição do Araguaia. A obra foi inaugurada pelo Governador Jader Barbalho, mas não foi por ele feita.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, clamo, portanto, por uma ação emergencial, de socorro, no sul do Pará. Do contrário, em pouquíssimo tempo, estaremos sujeitos a presenciar dias dramáticos de total isolamento da minha região.

O SR. IVÂNIO GUERRA (Bloco — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, quero associar-me às manifestações feitas na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pelo Deputado Totti Colaço e endossadas pelos Deputados Valdir Rossoni, Luiz Carlos Alborghetti e Antônio Anibeli, para que repercutam também nesta Casa os clamores dos usuários da BR-277 contara as péssimas condições dessa estrada em seu trecho crítico, de Palmeiras a Relógio, passando por Irati.

Essa estrada, de fundamental importância, liga o sudoeste, o oeste e o Noroeste do Paraná, regiões agropecuárias por excelência, dá vazão à produção de soja, trigo, frango e milho, une essas regiões e o Estado do Mato Grosso do Sul aos portos de paranaguá e de Santos, objetivando a exportação e a importação de produtos. Via de acesso do turismo a Foz do Iguaçu, propicia a obtenção de divisas na fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Sabemos, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, que muitas estradas se encontram nesse estado crítico e deplorável. Com o passar do tempo, não tem sido feita nem manutenção, e a danificação da rede rodoviária torna-se uma dura realidade, palco de tragédias e prejuízos em potencial.

Nós, que passamos quase que semanalmente pela BR-277, sentimos e constatamos os prejuízos que ela causa não só aos cofres públicos, mas também a todos os usuários, com danos físicos e materiais e vidas ceifadas, causando tristeza e dor.

Nada justifica esse desleixo com a malha rodoviária do País. Temos cobrado providências diuturnamente. Sabemos das dificuldades, porém as prioridades absolutas devem ser atendidas.

Solicitamos, pois, ao Sr. Ministro dos Transportes, Alberto Goldman e ao Sr. Diretor do DNER, Inaro Fontan Pereira, como já o fizemos outras vezes, que, com sensibilidade, promovam, de pronto, urgente ação, resolvendo, de uma vez por todas, a recuperação da estrada.

Poderíamos também aqui citar outros trechos em igual estado de calamidade, mas é mister fazer a necessária recuperação do trecho de 18 quilômetros que liga a Ponte de Chopim a Pato Branco, na região sudoeste do Paraná, importante via de escoamento da produção agrícola e de ligação comercial daquela região.

Aqui fica nosso apelo, Sr. Presidente, nobres pares, em nome das vítimas da BR-277 e dos trabalhadores que necessitam da atenção do Governo Federal.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE (PSB — CE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, os jornais do final de semana anunciaram a liberação de 15 bilhões de cruzeiros para o atendimento às vítimas da seca do Nordeste.

A propósito, quero dizer que essa iniciativa não nos alegra, pois, nós, que assistimos de perto à dor de nossos irmãos cearenses e dela partilhamos, sabemos que apenas a liberação de recursos não resolve o problema. A cada ano, a seca vitima não só as plantações, os animais, mas principalmente as popu-

lações. Estudos da década de 50 já indicavam que, devido à precipitação pluviométria no Ceará, era necessária a irrigação das terras. No entanto, para que isso ocorra, há que existir determinação política. Sabemos que a seca alimenta o latifúndio, porque a liberação de recursos termina favorecendo quem tem acesso aos recursos. Sabemos também que o Estado é privatizante e acaba beneficiando seus amigos mais próximos ou aqueles que têm possibilidade de manejo fácil dos recursos.

Num momento em que se anuncia a liberação de verbas para enfrentar a seca no Ceará, chamo a atenção da população do Estado no sentido de que fiscalize a aplicação dos recursos, e eles realmente cheguem aos mais necessitados. Os Governos Estaduais também têm responsabilidade quanto à utilização das verbas, que, em geral, têm sido usadas na perfuração de poços e na construção de açudes e de barragens, que, logo nas primeiras chuvas, são destruídos pelas águas.

E, na relação entre o homem e a terra, na escavação em busca da água, há um dado preocupante. Como a terra do Ceará possui um índice muito alto de sílica, na época de escavação dos poços muitas pessoas contraem silicose, doença pulmonar incurável, e morrem. Portanto é mais um elemento que, ligado à triste situação da seca, está fazendo vítimas na nossa terra. A médica Márcia Alcântara, irmã do Vice-Governador do Estado, já fez um alerta muito forte a esse respeito.

Aproveito a oportunidade para também abordar algumas considerações levadas à bancada do Partido Socialista pelo Prof. Dércio Munhoz. Estudioso da questão dos recursos públicos, ele afirmou categoricamente que a reforma fiscal proposta é mais uma balela. O ilustre economista disse que, havendo superávit no Tesouro Nacional, o Governo precisa utilizar adequadamente os recursos, que, em geral, têm sido utilizados para o pagamento da dívida externa, enquanto poderiam ser destinados à solução do problema social do País.

Dizia ainda Dércio Munhoz — e faço minhas as preocupações daquele economista — que, com a extinção de alguns impostos existentes e a criação de novos, se não houver uma política de distribuição de renda, de coibição da ciranda financeira, base da economia durante anos e anos do País, o resultado, mais uma vez, será inflação, recessão, desemprego e salários sem poder de compra. Na medida em que não há incentivo à produção, os empresários passarão para os preços das mercadorias as perdas que porventura venham a ter, e as violentas e cruéis regras do mercado acabarão por determinar o jogo no seu momento final. Isso significa que o assalariado, outra vez, será prejudicado.

Além disso, o índice de taxação de combustíveis, alimentos, cigarros e energia não pode ser o mesmo. Não há seleção, não há qualificação daquilo que está sendo taxado. Deve haver diversificação no trato dessas questões, e a taxação deve ser realmente seletiva. Com o Imposto Provisório sobre Movimentação Financiar qualquer pessoa que passa um cheque vai ser taxada de igual forma, seja quem tenha uma pequena poupança, seja quem tenha uma conta bancária com alto volume de recursos. Da mesma forma injusta estão sendo taxados os produtos, porque o índice de imposto sobre determinado produto será pago igualmente por pessoas de alta e de baixa renda. A ausência de um trato adequado, de acordo com a faixa de renda, faz com que não acreditemos nas soluções propostas e constatemos que, nas medidas adotadas pela cúpula Governamental para solução dos problemas do povo brasi-

leiro, os benefícios continuam sendo concedidos àqueles que sempre se aproveitaram da situação do País.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PTB — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, como Casa política por excelência e como caixa de ressonância dos anseios da sociedade, não me parece seja a Câmara dos Deputados o local mais apropriado para a destilação de venenos criados pelas rivalidades paroquiais dos imensos rincões deste Brasil.

Também soa destituído de qualquer civismo o comportamento, pouco digno, de um membro do Poder Legislativo, ao fazer uso de uma decisão soberana de órgão superior do Poder Judiciário para assacar raivosamente contra autoridades do Estado de Roraima, como o fez a Deputada Tereza Jucá, comentando a substituição do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado, por ato do Tribunal Superior Eleitoral.

Absolutamente improcedentes as críticas levantadas contra a Administração Estadual e sem fundamento as informações dando conta de insegurança e intranquilidade em Roraima ou em Boa Vista. Em vez de abuso do poder econômico, como malevolamente insinuou no seu discurso, a Deputada Tereza Jucá deveria reconhecer que não tem tido a dignidade de acietar o valor da administração empreendida pelo Governador Ottomar Pinto, que tanto tem feito em benefício da população pobre de Roraima.

Sou testemunha, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, da maneira criteriosa e eficiente com que vêm sendo aplicados os recursos públicos que aportam ao Governo roraimense, tanto na aquisição de material como na implantação de projetos de infra-estrutura, destacando-se habitações, saneamento, saúde e educação. Mais de 500 obras já foram implantadas em menos de 2 anos de Governo, sempre privilegiando as camadas mais necessitadas da população, além do que, e principalmente, criando a infra-estrutura necessária para a alavancagem do desenvolvimento do novo Estado.

Quanto ao terrorismo de que fala a ilustre Deputada, a população de Roraima ainda o tem presente na memória, sim, do tempo em que seu marido foi Governador; terrorismo, aliás, que continuam tentando provocar, para tirar proveito eleitoral, inclusive comprometendo o Poder Judiciário, como é o caso: a denunciante é beneficiária direta, como candidata a Prefeita de Boa Vista, condição que deveria respeitar, abstendo-se de interferir em assuntos tão sensíveis, principalmente de maneira pública proferindo inverdades e desferindo ataques pessoais descabidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, verificamos que, em função dos últimos fatos ocorridos no Estado, a eleição foi transferida para o dia 29 de novembro. No entanto, em nenhum momento os membros do Poder Judiciário que acorreram àquele Estado tomaram atitudes radicais ante os fatos relatados pelos opositores.

O fato, Sr. Presidente, é que naquele Estado recém-criado o Governador, a duras penas, mas com competência e probidade, tem construído, dia após dia, escolas, hospitais e postos de saúde, entre outras obras, num total de mais de 500; tem adquirido máquinas e implementos para o desenvolvimento da agricultura, que estava abandonada nos Governos anteriores.

Para concluir, Sr. Presidente, quero frisar que, apesar dos poucos recursos de que dispõe o Governador, a população de Roraima lhe tem dado clara demonstração de apoio. Na

última pesquisa publicada pela TV Globo, encontra-se em terceiro lugar entre os Governadores de maior prestígio no País. Esta é a resposta que queremos dar aos opositores que não trabalham, apenas criticam; que não sugerem, cruzam os braços. Política é convivência de contrários; de contrários responsáveis, que querem o bem comum do povo que representam.

O SR. TONY GEL (Bloco — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Deputados, li com satisfação a inteligente entrevista concedida ao **Diário de Pernambuco** pelo eminente Senador Marco Maciel e publicada sob a responsabilidade do jornalista Carlos Cavalcante. A matéria traz o título: "Maciel inicia campanha presidencialista".

O Senador Marco Maciel, presidencialista convicto, dá nessa entrevista uma verdadeira aula da história republicana brasileira. Perguntando pelo repórter porque defende a permanência do presidencialismo, respondeu o Senador por Pernambuco:

"Por três razões. A primeira de ordem histórica. O Brasil, desde a época da proclamação da República, vem praticando o Presidencialismo. (...)

Em segundo lugar, a estrutura federativa. O Brasil é um Estado federal desde a Constituição de 1991. (...)

Por fim, temos a questão cultural. E eu gostaria de lembrar que o Brasil é um país de dimensões continentais. Eu diria, um continente — como destacou o Papa João Paulo II quando esteve no Brasil — dentro de um continente. Ora, isso pressupõe um Executivo ágil, que só o Presidencialismo possibilita. (...) Enfim é bom lembrar que o verdadeiro parlamentarismo é incompatível com a eleição direta do presidente da República, porque assim sendo ele geraria conflitos enormes entre o primeiro-ministro e o presidente. O primeiro, certamente um deputado, eleito por 50, 60 mil votos, fatalmente teria muitas dificuldades no relacionamento com um presidente que podia estar escolhido eleito em segundo turno com 50 e até 70 milhões de votos. Eu não consigo ver um presidente que se eleja com tal votação, e é bom lembrar que nós somos o segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental, só perdendo mesmo para os Estados Unidos e com a característica que no Brasil o voto é obrigatório, enquanto lá é voluntário, não consigo ver um presidente eleito com parcela tão significativa de votos, de uma hora para outras se conformar em ser apenas um mero chefe de estado, sem maiores atribuições. Me perdoe a expressão, uma espécie de rainha da Inglaterra."

O Senador Marco Maciel, perguntado sobre as vantagens do presidencialismo sobre o parlamentarismo, respondeu ao mesmo jornalista do **Diário de Pernambuco**:

"Eu acho que a primeira grande vantagem é uma melhor distribuição de responsabilidade. Ao contrário do que a gente pensa, há maior concentração de poder no parlamentarismo, que passa a legislar e governar (...) E assim, aquilo que os americanos conceberam na carta da Filadélfia fica um pouco prejudicado. No presidencialismo não, pois há uma nítida separação entre as funções executiva e legislativa e como os poderes, embora harmônicos são independentes, isso faz

com que haja uma maior distribuição das diferentes tarefas do governo, o que torna, a meu ver, um sistema mais aberto, diria até mais participativo."

Considerações como estas, partidas do Senador Marco Maciel, homem probo, inteligente, competente, um representante da maior envergadura do Estado de Pernambuco no Senado Federal, fazem com que reflitamos às vésperas de um plebiscito que convocará o povo brasileiro a escolher o sistema de governo (parlamentarista ou presidencialista) e o regime (república ou monarquia).

Entendemos que o Congresso Nacional, como disse o poeta, não pode ter pressa, que aniquila o verso. No nosso entender, o Brasil não está preparado para adotar o parlamentarismo. Os partidos são frágeis. Precisamos solidificar definitivamente a democracia. Há pouco tempo passamos por um momento difícil, que continua se arrastando com o Governo do Presidente em exercício Itamar Franco.

Houve a votação do pedido de **impeachment** do Presidente Collor nesta Casa. A meu ver, este episódio nada mais foi do que o fortalecimento do presidencialismo. Um Presidente eleito com mais de 35 milhões de votos foi afastado. As instituições democráticas não sofreram arranhões, continuam intactas. A estabilidade aí está. É uma prova de que a escolha do parlamentarismo, neste momento, seria uma precipitação do povo brasileiro, por orientação de líderes políticos à base da emoção.

O Congresso Nacional tem de refletir sobre a inoportunidade de passarmos ao povo a idéia de que o parlamentarismo será a salvação do País, pois isto não é verdade. A nossa estrutura nos dá a impressão de que a cada 90 dias cairá um gabinete.

Encaminho à Mesa, na íntegra, a brilhante entrevista concedida pelo Senador Marco Maciel, para que fique registrada nos Anais desta Casa. Associo-me a S. Ex^a na sua luta em defesa do presidencialismo.

Era o que tinha a dizer.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR:

MACIEL INICIA CAMPANHA PRESIDENCIALISTA

Brasília — Presidencialista convicto e histórico, o Senador Marco Maciel inicia, na próxima semana, uma campanha a nível nacional pela permanência do atual sistema político do País. Prudente como sempre, Maciel reconhece que, nos últimos meses, aumentou consideravelmente o número de defensores do Parlamentarismo, principalmente após a crise que redundou no afastamento do presidente Fernando Collor.

Maciel afirma, entretanto, que, ao contrário do que muita gente possa estar pensando, a crise serviu para demonstrar que o Presidencialismo é capaz de administrar com êxito um tipo de situação como o afastamento do presidente da República. "Veja que se fez a substituição do presidente Fernando Collor sem que houvesse qualquer descontinuidade. O presidente trabalhou até o último dia e seus ministros operaram sem nenhuma inibição, o que mostra, de alguma forma, que o **impeachment** é uma espécie de voto de censura, como existe no Parlamentarismo", elogia.

O Senador, em entrevista exclusiva ao **Diário**, adianta que a partir desta semana irá iniciar uma série de contatos com políticos, dirigentes sindicais e representantes da sociedade civil de todas as tendências ideológicas e que tenha afinidade com o Presidencialismo. Entende que é necessária uma

ampla campanha de esclarecimento da população sobre qual o melhor regime para o País. “E não tenho dúvida que a melhor opção para o País é a gente continuar com o Presidencialismo”, defende.

Para o senador, o Parlamentarismo que está sendo proposto para o Brasil reproduz exatamente um modelo que está em crise nos países que o adotaram. Segundo o senador, o Parlamentarismo, tal como funciona em todos os países democráticos, é incompatível com a eleição direta do Presidente da República e com o voto proporcional. Lembra que a única exceção ao primeiro princípio é exatamente a França, cujos resultados são conhecidos. E não há exceções quanto ao segundo.

Defensor intransigente do Presidencialismo, Maciel enfatiza que o Parlamentarismo só tem efetivamente funcionado de forma harmônica nos países em que há partidos dominantes, o que significa um sistema partidário com três ou quatro partidos. A exceção a essa regra, diz Maciel, é a Itália, onde a precariedade das alianças partidárias já deu como resultado mais de 60 gabinetes em pouco mais de 40 anos de regime.

Na avaliação do senador, não tem sentido invocar como precedentes históricos de Parlamentarismo no Brasil, nem o Império, nem a efêmera experiência de 61. “No Império, tivemos praxes parlamentares, apenas nos últimos 10 anos, por condescendência do imperador, que sempre reteve o poder de livremente nomear e demitir os seus ministros, o que é incompatível com o Parlamentarismo. Na experiência de 61 foi uma contrafação de Parlamentarismo, pois o presidente só podia dissolver a Câmara depois da derrubada sucessiva de três Conselhos de Ministros.

A seguir, a entrevista concedida ao **Diário**:

Diário — Por que o senhor defende a permanência do Presidencialismo?

MARCO MACIEL — Por três razões. A primeira delas de ordem histórica. O Brasil, desde a época da proclamação da República, vem praticando o Presidencialismo. É certo que, no início, um Presidencialismo imperial, caracterizado pela hegemonia do Poder Executivo. Mas de toda a maneira um Presidencialismo. E nós nunca tivemos — posso afirmar com convicção — apoiado nos fatos, no Brasil, um sistema parlamentar de Governo. Mesmo no Império nós podemos ter tido práticas parlamentares, nunca verdadeiro Parlamentarismo, porque pela Constituição imperial de 1824, o imperador podia, livremente, nomear e demitir os ministros. Ora, ele freqüentemente fazia isso sem observar a composição da Assembléia Nacional. Ou seja, sem observar conseqüentemente a composição política do parlamento brasileiro. Então nós não podemos falar também em experiência parlamentar no período 61/63. Porque aquilo foi um contrafação de Parlamentarismo. Foi um Parlamentarismo de ocasião, que foi impetrado como conseqüência de um acordo político, tendo em vista o veto que o presidente João Goulart sofreu por parte dos militares, para poder assumir a Presidência da República. A fórmula encontrada então foi adotar-se um Parlamentarismo de sorte que o presidente da República ficasse como chefe de Estado e se assegurasse ao primeiro-ministro o governo do País. Mas essa foi uma fórmula politicamente construída no Congresso Nacional, através do Ato Adicional nº 4, e que também não conseguiu prosperar. Tanto é que, menos de dois anos depois, já o Presidencialismo tinha sido restaurado. E nesse período, em que houve esse Parlamentarismo de ocasião, tivemos nada menos nada mais do que quatro

primeiros ministros. O que mostra uma elevada rotatividade nas funções de chefe de Estado. Convém reiterar que, no período, tivemos Tancredo Neves, Auro de Moura Andrade, Francisco Brochado Rocha e Hermes Lima como primeiros-ministros. Ou seja, quatro primeiros-ministros num período inferior a dois anos.

Em segundo lugar, a estrutura federativa. O Brasil é um Estado federal desde a Constituição de 1891. Nós éramos, no Império, um Estado unitário, mas com a primeira Carta Republicana nós nos transformamos num Estado federal. Ora os Estados Federais são — por definição — Estados compostos entre a União, Estados e Municípios, como é o caso do federalismo brasileiro, consagrado na Constituição de 1988, que transformou também os municípios em rede federativa. Ora, eu não consigo ver como se estender aos Estados e Municípios o sistema parlamentar. Acho que seria algo de enorme complexidade. E, se nós fizermos apenas o sistema Parlamentar para a União, isso vai fazer com que governadores de Estados mais importantes se convertam em peças políticas com maior soma de poder de que o próprio primeiro-ministro. Sobre tudo nos Estados mais fortes, como São Paulo, Minas Geras, Rio, talvez Paraná e, quem sabe, Rio Grande do Sul. O que, ao meu ver, faria com que concorresse para ampliar os desníveis inter-regionais que marcam o federalismo brasileiro. Um federalismo como se sabe, caracterizado por enormes desigualdades — que estariam sendo extremamente agravadas se tal modelo viesse a ser consagrado.

Por fim, temos a questão cultural. E eu gostaria de lembrar que o Brasil é um país de dimensões continentais. Eu diria, um continente — como destacou o papa João Paulo II quando esteve no Brasil — dentro de um continente. Ora, isso pressupõe um Executivo ágil, que só o presidencialismo possibilita. Ou seja, um Executivo que tenha a capacidade de presença nos diferentes pontos no espaço territorial brasileiro. E que seja capaz também de agir nas diferentes partes do território brasileiro. Eu diria que há no Brasil, já, uma cultura presidencialista, que se consolidou de alguma forma na sociedade brasileira e pela própria natureza de sua formação e pela própria extensão do País. Por essas três razões então é que eu sou presidencialista convicto e achando mais que o melhor caminho será mantê-lo.

Diário — Os parlamentaristas estão muito otimistas com a possibilidade de aprovação do novo sistema políticos para o Brasil. O que é que o senhor pretende fazer a partir de agora para que o presidencialismo seja mantido no Brasil?

MARCO MACIEL — Eu reconheço que nos últimos anos o parlamentarismo cresceu muito, sobretudo dentro do Congresso Nacional. As últimas pesquisas realizadas mostram que perto de dois terços do Congresso são parlamentaristas, ou seja, uma boa fatia de deputados e senadores é de tendência parlamentarista. A meu ver isso tem uma certa explicação porque sempre se tem a idéia no Congresso de que com o parlamentarismo aquela Casa seria mais forte. Acho que nisso há um equívoco porque nos Estados Unidos se pratica o presidencialismo, o Congresso é forte e atua não somente como poder fiscal mas como fórum de problemas nacionais ou internacionais, sem que haja parlamentarismo.

Eu sinto que por ser um sistema de governo que nasce no próprio Congresso Nacional, é explicável que a maioria dos congressistas seja parlamentarista.

De minha parte continuo considerando que esse não é o melhor caminho, porque ainda não temos os pré-requisitos

que ensejem a aprovação do parlamentarismo, por exemplo: o parlamentarismo pressupõe partidos estruturados, organizados, o que significa dizer que sua implantação careceria de uma grande reforma partidária, no sentido de extinguir as legendas de aluguel, consolidar os grandes partidos que aí estão e estabelecer regras de funcionamento permanente dos partidos. Implicaria também em alterar a legislação eleitoral, pois que não se pode conceber parlamentarismo com o povo proporcional para um sistema que gera conflitos no interior dos próprios partidos. Por fim, não há no Brasil ainda uma burocracia profissional de sorte que o País possa continuar trabalhando independentemente da rotação dos Ministérios, da queda dos gabinetes. Então, o verdadeiro parlamentarismo para que seja adequadamente implantado e funcionasse a contento, teria que exigir essas mudanças. E eu não sei se há uma consciência no sentido de que isso deve ser feito e já. Enfim é bom lembrar que o verdadeiro parlamentarismo é incompatível com a eleição direta do presidente da República, porque assim sendo ele geraria conflitos enormes entre o primeiro-ministro e o presidente. O primeiro, certamente um deputado, eleito por 50, 60 mil votos, fatalmente ele teria muitas dificuldades no relacionamento com um presidente que podia estar escolhido eleito em segundo turno com 50 e até 70 milhões de votos. Eu não consigo ver um presidente que se eleja com tal votação, e é bom lembrar que nós somos o segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental, só perdendo mesmo para os Estados Unidos e com a característica que no Brasil o voto é obrigatório, enquanto lá é voluntário, não consigo ver um presidente eleito com parcela tão significativa de votos, de uma hora para outra se conformar em ser apenas um mero chefe de estado, sem maiores atribuições. Me perdoe a expressão, uma espécie de rainha da Inglaterra.

Diário — Além do senhor, quais são os outros políticos que estão se articulando para que o presidente seja mantido em nosso País?

MARCO MACIEL — Bom, tenho que reconhecer que nos últimos meses nós sofremos muitos desfalques. Éramos maioria, uma maioria silenciosa e conseguimos manter o presidencialismo na Carta de 1988. Agora deixamos de ser maioria e passamos de maioria silenciosa para minoria calada, talvez, porque não está havendo arregimentação presidencialista. O movimento que está atuando no Congresso, se organizando, é o movimento parlamentarista. Agora eu espero a partir dos próximos dias começar uma mobilização presidencialista, incorporando alguns quadros importantes de diferentes partidos. E acredito que no Congresso nós temos figuras eminentes que se dispõem a nos ajudar nesse caminho. Entre eles eu gostaria de chamar a atenção, o próprio presidente do PMDB, Senador Humberto Lucena, o atual ministro das Comunicações, Senador Hugo Napoleão, só para dar dois exemplos de políticos de projeção nacional. Se bem que eu reconheço que o parlamentarismo cresceu muito nos últimos dias, sobretudo após a crise que redundou no afastamento do Presidente Fernando Collor. A respeito do assunto, eu gostaria de dizer que, ao contrário do que muita gente possa estar pensando, esta crise serviu para demonstrar que o presidencialismo é capaz de administrar com êxito este tipo de situação. Veja que se fez a substituição do presidente da República sem que houvesse qualquer descontinuidade. O presidente trabalhou até o último dia e seus ministros operaram sem nenhuma inibição, o que mostra, de alguma forma, que o **impeachment**

é uma espécie de voto de censura, como existe no parlamentarismo. Isso não significa a queda do gabinete, que não há conseqüentemente descontinuidade administrativa. Então, ao contrário do que muita gente pensa, essa crise, se adequadamente analisada, ela vai mostrar que o presidencialismo é capaz, inclusive, de suportar essas crises e administrá-las convenientemente.

Diário — Então o senhor admite que no momento o parlamentarismo levaria vantagem sobre o presidencialismo?

MARCO MACIEL — Não tenho a menor dúvida. Mas quando eu falo em presidencialismo não falo naquele presidencialismo do começo da República. Eu falo desse novo presidencialismo concebido pela Carta de 1988, quando se instalou um sistema que eu chamaria de equipotência de poderes. Ou seja, eu diria que não é o Poder Executivo que era forte no presidencialismo, que vingou praticamente até o início de 1988. Os outros poderes, Legislativo e Judiciário, é que eram fracos. Agora com a Constituição de 88 é que o Brasil começa a praticar o verdadeiro presidencialismo. Um sistema caracterizado por uma adequada distribuição de poderes. Ao Poder Executivo cabe administrar o País, chefiar o Estado e o Governo; ao Congresso Nacional cabe legislar, fiscalizar e controlar a administração pública federal, funcionar como um grande fórum de debates; e ao Judiciário, além da missão política, de corte constitucional, se assim podemos dizer conferível ao supremo, cabe também agir por provocação do Ministério Público em alguns casos até independentemente de provocação das partes. Esse sistema, que eu prefiro chamar de equipotência de poderes está mostrando à sociedade brasileira que estamos realmente praticando um verdadeiro e moderno presidencialismo, que antes não tínhamos. O que existia era uma Constituição buscando transplantar instituições de outros países. E nós sabemos que em quase todo transplante há rejeição, que nem sempre os órgãos transplantados se adequam ao organismo no qual ele vai funcionar. Hoje, penso que estamos praticando esse moderno presidencialismo e podemos observar, lendo jornais, ouvindo rádio, assistindo televisão, que mudou o sistema de Governo no Brasil. Mudou e para melhor e acho que essa experiência tem que ser melhor observada, para verificar o seu novo perfil. O presidente da República com agilidade para trabalhar, o Congresso bastante fiscalizador, o Judiciário investido não somente de funções para administrar conflitos entre partes, mas também de enormes tarefas de controle político e constitucional. Então eu vejo que estamos vivendo um momento bastante positivo no País com relação ao sistema de governo e entendo que não devemos mudar nada agora. Mexer no sistema de governo, como disse certa feita, Ulysses Guimarães, é mexer no coração da Constituição. E acho que ninguém mexerá sem ter motivos, até porque a crise brasileira nada tem a ver com o coração. ui outra raiz, decorre de uma dessintonia, como disse certa vez Gilberto Amado, em um discurso pronunciado em 1926. É uma dessintonia entre as instituições políticas e o meio social. Em suma, o momento não é de mudanças, até porque temos questões mais importantes que precisam ser revistas.

Diário — Quais são as vantagens que o presidencialismo tem sobre o parlamentarismo?

MARCO MACIEL — Eu acho que a primeira grande vantagem é uma melhor distribuição de responsabilidade. Ao contrário do que a gente pensa, há maior concentração de poder no parlamentarismo, que passa a legislar e governar.

E assim, aquilo que os americanos conceberam na carta da Filadelfia fica um pouco prejudicado. No presidencialismo não, pois há uma nítida separação entre as funções executiva e legislativa e como os poderes, embora harmônicos são independentes, isso faz com que haja uma maior distribuição das diferentes tarefas do governo, o que torna, a meu ver, um sistema mais aberto, diria até mais participativo. Além disso, eu considero que no parlamentarismo há uma tendência para que, se não tivermos cuidado, se converta num grande assembleísmo. De qualquer maneira, para funcionar bem, é preciso optar por formas claras. Não basta simplesmente, por exemplo, que o Congresso censure o gabinete. É necessário que haja uma contrapartida, ou seja, o gabinete peça a dissolução do Congresso, isto é, que se leve a questão para consulta popular, para que o povo decida quem ao final tem razão, se o gabinete censurado ou o Congresso. Se nós não estabelecermos formas muito ágeis não somente de censura mas também de possibilidade de o gabinete dissolver o congresso e pedir que o povo dirima os conflitos, nós iremos cair no assembleísmo, que será, ao contrário da ditadura do Executivo, a ditadura do Legislativo que é, como toda ditadura, essencialmente nociva. São essas as duas razões principais entre tantas que eu poderia citar.

Diário — Senador, o senhor poderia tentar conscientizar a população de que o nosso sistema atual é o melhor, o senhor tem algum plano para desencadear uma campanha de esclarecimento, reuniões com os políticos, o que pretende a partir de agora?

MARCO MACIEL — Há uma comissão em funcionamento no Congresso Nacional, inclusive que elegeu o Deputado Ulysses Guimarães como dirigente. Mas para a nossa tristeza, 15 dias após a posse, houve aquele acidente que todos nós lamentamos. Trata-se de uma comissão encarregada de elaborar as propostas do sistema de governo que serão submetidas à consulta popular. Eu tive entendimentos com outras lideranças do Congresso e vai ser eleito um novo presidente que será o Senador Nelson Carneiro. A partir daí haverá um relator para o sistema parlamentarista, outro para o presidencialismo e mais um para a monarquia e nós vamos submeter tudo à consulta popular. Então estaremos na televisão, estaremos em campanha fazendo propaganda, mostrando a importância do sistema. Eu acho até que ainda é cedo para se fazer isso, por conta do pouco tempo de vigência da Constituição, pois esse novo sistema ainda não foi testado. Talvez daqui a 10 anos se possa fazer tal coisa, até porque o modelo que aí está é muito bom. Entendo que esse é o momento de se fazer um plebiscito. Sou muito a favor da democracia participativa, acho que a hipótese de fazer plebiscito, referendo, é muito positiva, mas acho também que com relação à mudança de sistema de governo a gente deveria esperar mais um pouco, observar mais um pouco o que está funcionando. Mas entendo que, a essa altura dos acontecimentos, com o plebiscito já se aproximando, é possível que a partir deste mês a gente comece a se mobilizar. Embora reconheça que no final do ano fique muito difícil desenvolver uma mobilização por conta de uma série de razões.

Diário — O senhor vai conversar com todos os presidencialistas, mesmo sendo de partidos diferentes?

MARCO MACIEL — Vou conversar com todos os políticos presidencialistas e que estejam dentro ou fora do Congresso. Esse tem que ser um movimento ecumênico, amplo, que reúna inclusive entidades da sociedade civil, sindicatos

e também usar a mídia eletrônica, os jornais, as emissoras de rádio. É bom lembrar que essa será a primeira vez que iremos fazer um plebiscito em nosso País. Tivemos em 1963 um referendo. O brasileiro sempre é chamado para votar, para se manifestar sobre pessoas, escolher os seus representantes, e pela primeira vez iremos ter um plebiscito destinado a falar sobre esses temas específicos. Então é necessário que se conscientize a sociedade para quando a sociedade for fazer a sua escolha sobre temas, sobre questões concretas, ela esteja devidamente informada. O de 1963 para mim não vale com um exemplo, pois não foi um plebiscito. Foi um referendo. A decisão já tinha sido tomada pelo Congresso e cabia apenas ao povo dizer se mantinha aquela decisão ou não. Já um plebiscito é diferente. É algo que é feito antes de uma manifestação congressual. Quer dizer: o tema não terá sido decidido antes no Congresso. O plebiscito é algo que acontece precedendo a decisão do Congresso. O Congresso vai então adotar a decisão que o povo optar. Então é importante que haja um amplo debate.

O SR. OSVALDO REIS (PTR — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para falar sobre o desenvolvimento e a expansão da Agricultura Natural com uso de Microorganismo Eficazes.

Trata-se do uso de uma nova técnica que visa à produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, com baixo custo de produção e alta qualidade dos produtos. Técnica esta bastante difundida no Japão, onde há mais de dez anos produtores de todas as regiões do país conseguem alimentos de altíssima qualidade e em escala cada vez maior.

Em apenas um ano e meio, o uso da agricultura natural vem sendo desenvolvido em diversos Estados do Brasil. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Pará e Mato Grosso já existem produtores usando esta prática, que foi introduzida durante a 2ª Conferência Internacional de Agricultura Natural, ocorrida em 1991 na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. Contando com o total apoio da Fundação Mokiti Okada, através do seu Secretário Executivo, Dr. Marcos Antonio Rezende, cerca de 700 produtores utilizam-se desta nova técnica, e a perspectiva é que ao final de 1993 existam mais de vinte mil produtores cultivando através da Agricultura Natural com uso de Microorganismos Eficazes.

O precursor das pesquisas nesta área é o Prof. Teruo Higo, da Universidade de Ryukyu, em Okinawa, que estará visitando o Brasil durante o Congresso Internacional de Agricultura Orgânica, que será realizado entre os dias 16 e 21 de dezembro próximo, na cidade de São Paulo, onde serão expostos, pelo Prof. Sangara, da Universidade de Sri Lanka, trabalhos relativos à tecnologia EM (Microorganismo Eficazes). O congresso será promovido pela Ifoam, órgão que congrega todas as entidades que tratam da agricultura natural no mundo.

Este trabalho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vem sendo propagado pelos quatro cantos do mundo através da pessoa de Reverendo Tetsuo Watanabe, Vice-Presidente Mundial e Presidente Nacional da Igreja Messiânica, que foi recebido na quinta-feira próxima passada pelo Sr. Ministro da Agricultura, Lázaro Barbosa, que se mostrou muito interessado pela Agricultura Natural com uso de Microorganismos Eficazes.

O desenvolvimento de formas alternativas de produção de alimentos utilizando métodos naturais constitui-se num tra-

balho que merece maior atenção por parte dos governos, não só no Brasil, mas em todo o mundo, porque será, sem dúvida alguma, o grande sustentáculo da produção de alimentos para o próximo século.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quase diariamente tenho reclamado do Governo um posicionamento com relação à discussão da nova política salarial. Aprovamos a urgência para o Projeto de Lei nº 2.146 há praticamente duas semanas e não conseguimos, até agora, abrir esse canal de negociação com o Governo, apesar da boa vontade — é bom que se registre — do Líder do Governo, Deputado Roberto Freire. Na última sexta-feira, conversei com S. Ex.^a, juntamente com os Deputados Amaury Müller, Haroldo Sabóia e Augusto Carvalho, e ficou acertado que essa negociação será feita amanhã, terça-feira. Espero que, de fato, ela se realize.

Faço questão de frisar que minha reclamação não é dirigida à Mesa, que não colocou a matéria em votação por pedido nosso, porque queremos entabular o processo de negociação.

Sr. Presidente, também quero dizer que continua a nossa luta junto ao Tribunal Superior do Trabalho para evitar que aquela Corte retire dos sindicatos o direito de serem substitutos processuais dos trabalhadores. Com esta finalidade, entregaremos ainda nesta semana a todos os Ministros daquele Tribunal o seguinte documento:

“Brasília, 3 de novembro de 1992.

Exm.^o Sr.

MD Ministro do Egrégio

Tribunal Superior do Trabalho

Exm.^o Sr. Ministro,

Considerando o debate nesse Egrégio Tribunal Superior do Trabalho sobre a questão da substituição processual;

Considerando a importância da matéria e suas repercussões definitivas na atuação dos sindicatos e nas relações trabalhistas;

Considerando a abrangência social da questão;

Considerando não só o princípio constitucional da independência dos poderes, mas igualmente o da harmonia entre os mesmos, de forma a se evitar incoerências ou contradições entre suas decisões, Os Parlamentares, Constituintes de 1988 e aqueles que participaram da votação da Lei nº 8.073/90, independentemente dos cargos atualmente ocupados, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, objetivando contribuir para a melhor solução desta questão, prestar os seguintes testemunhos:

Quando votamos o art. 8º, inciso III, da atual constituição, pretendíamos consagrar como norma constitucional a substituição processual.

Como não foi garantida a estabilidade no emprego pretendida pelos trabalhadores pareceu-nos indispensável para a própria eficácia do Direito do Trabalho que se estabelecesse o instituto de substituição processual, porque entendemos inquestionável que se o trabalhador não tem garantia do emprego, fica impossibilitado de reclamar seus direitos quando, descumpridos pelo empregador.

Assim, a atual Constituição da República consagrou o instituto da substituição processual aos sindicatos sendo que a supressão no projeto do texto consti-

tucional da expressão “substituição processual”, ocorrida no 1º Turno, deu-se apenas por força de técnica legislativa, para não se manter no texto da Constituição expressão redundante, já que na redação adotada contemplava-se a “defesa” dos direitos e interesses “individuais” em questões “judiciais”.

A vontade do constituinte foi a de manter a substituição processual aos sindicatos, tanto assim que as emendas que visavam retirar da atribuição dos mesmos defesa dos direitos individuais dos integrantes da respectiva categoria foram rejeitadas, na votação do segundo turno (última votação), por 311 a 79 votos (in Diário da Assembléia Nacional Constituinte págs. 12574 usque 12577, cópia anexa).

Por ocasião da edição da Lei nº 8.073/90, foi unânime a votação no sentido de se manter o artigo 3º, que tratava da substituição processual, justamente para sedimentar as discussões em torno da matéria e se evitar a sua não-aceitação pela interpretação de que a norma constitucional necessitasse de lei ordinária.

Assim, para que na aplicação das normas constitucionais e ordinárias haja harmonia entre os poderes, pois não teria sentido retirar do trabalhador um dos mais importantes instrumentos para a efetiva reparação dos direitos lesados, vez que inexistem no ordenamento jurídico pátrio mecanismos efetivos a se evitar a dispensa arbitrária do trabalhador, os abaixo assinados vêm manifestar perante Vossa Excelência testemunho histórico, como forma de contribuir para uma justa decisão sobre esta questão de inegável alcance social.”

Sr. Presidente, este documento foi assinado pelo Senador Mário Covas, pelo Líder Roberto Freire, por centenas de Constituintes de 1988 e também por aqueles que participaram da elaboração da lei que trata do assunto, e o nosso objetivo é levá-lo, nesta semana, aos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, testemunhando que a intenção desta Casa foi garantir a substituição processual.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais uma vez, volto a esta tribuna para chamar a atenção das autoridades para os nossos mini e pequenos agricultores.

Tenho ouvido, nas minhas andanças pelo Rio Grande do Sul, que muitos desses agricultores não têm ido buscar créditos rurais junto aos estabelecimentos bancários pela grande dificuldade em consegui-los. Se não procurarmos simplificar o crédito rural, o nosso agricultor terá que fazer curso ou será obrigado a contratar um técnico em crédito rural para operacionalizá-lo, tamanha é a dificuldade que encontra hoje. E se não estendermos a mão a esses agricultores veremos a nossa produção diminuindo ainda mais, quando deveria ser triplicada ou pelo menos duplicada.

Sr. Presidente, tenho em mãos cópia de telex enviado pelo engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini, Diretor-Presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., ao Presidente da República e também ao nosso colega Lázaro Barbosa, Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. As sugestões que S. S.^a faz visam exatamente à simplificação do crédito rural e dizem respeito aos seguintes itens:

- 1) classificação dos produtores com base na receita bruta;
- 2) Unificação das taxas de juros;
- 3) limite de financiamento;

- 4) Plano agrícola;
- 5) Opção VBC/orçamento ou projeto técnico;
- 6) Proagro.

Sr. Presidente, o telex contém sugestões importantes, e por esse motivo peço a V. Exª que mande transcrevê-lo nos Anais da Casa. Essa matéria poderá servir ao debate sobre o aperfeiçoamento do crédito rural, para que o nosso agricultor volte a buscá-lo e assim possam produzir mais.

Era o que tinha a dizer.

TELEX A QUE SE REFERE O ORADOR:

Excelentíssimo Senhor

Ivo Mainardi

Deputado Federal do PMDB (RS)

Brasília — DF

Senhor Deputado.

Passamos aas mãos de Vossa Excelência, cópia do telex enviado ao Sr. Itamar Augusto Caltier Franco — DD. Presidente da República Federativa do Brasil, e Sr. Lázaro Barbosa — DD. Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, para o qual solicitamos vosso apoio aas reivindicações:

ABRASPAS:

Sugestões para simplificação do crédito rural

O Princípio universal do crédito rural é baseado por normativos legais que visam beneficiar o mais humilde agricultor através de procedimentos operacionais simplificados, permitindo que os mesmos sejam acessíveis a quaisquer níveis culturais do homem do campo e não só a pessoas que são obrigadas a se tornarem técnicas em crédito rural para operacionalizá-lo.

Dentro desta visão, apresentamos algumas sugestões, que são emanadas da convivência junto ao nosso cooperado e que cada vez mais está culpando as cooperativas e as instituições financeiras pelo excesso de burocracia e não os burocratas que normatizam o crédito rural.

I. Classificação de produtores com base na receita bruta

A classificação do produtor visa beneficiar os agricultores de menor renda com taxa de juros menores.

Primeiramente queremos frisar que esse benefício está sendo utilizado por diversas outras categorias de produtores, como abaixo descreveremos, além dos transtornos a seguir:

A) Visando obter o benefício da taxa de juros menor, o produtor exige que seja classificado como mini ou pequeno.

B) Não obtendo êxito, o produtor opta pelo arrendamento de suas áreas entre familiares e pessoas de confiança, de forma que todos sejam classificados como minis ou pequenos produtores.

C) Esse procedimento é juridicamente correto, mas não achamos correto o produtor ter que agir desta forma, procurando beneficiar-se de uma norma que visava somente o mini ou pequeno produtor.

D) Todo esse processo burocrático envolve técnicos agrícolas e agrônomos, que em princípio, teriam que estar voltados

para o aumento da produtividade e não para apuração da classificação do produtor.

E) De acordo com os nossos dados, o benefício que o mini produtor obtém é insignificante, perante os custos operacionais que as cooperativas e agentes financeiros têm, ou seja:

A redução de 3% ao ano na taxa de juros representa um ganho anual de:

01 SC de milho por alqueire

0,7 SC de soja por alqueire

0,5 SC de trigo por alqueire

F) Essa classificação obriga as cooperativas e os agentes financeiros a terem em seus computadores programas específicos para cada classificação de produtores, arcando com custos administrativos e operacionais muito superiores aos benefícios obtidos pelos produtores.

G) No caso de financiamento de insumos para posterior fornecimento, somos obrigados a definir em percentual de mini, pequeno e demais produtores, visando cumprir a exigibilidade bancária. Essa atitude não permite beneficiarmos de forma ampla os nossos cooperados, pois temos que definir o percentual de participação por categoria de produtores sem conhecermos quem irá utilizar o produto financiado.

H) Toda essa complexidade exige que alguém fiscalize, sendo esta exercida pelo Bacen, que no seu dever, pune severamente os administradores do crédito rural, que na maioria das vezes nunca agiram de má fé.

Proposição:

1) Eliminação do procedimento em vigor para classificação dos produtores.

2) Em substituição a classificação, adotaria um limite de financiamento maior para os produtores que financiariam pequenas áreas.

II. Unificação das taxas de juros

Visando a simplificação dos procedimentos de contratação dos financiamentos agrícolas a taxa de juros seria única para todos os agricultores.

A

Proposição:

Para todas as taxas de juros seria de 9% A.A. efetiva.

III. Limite de financiamento

Objetivando beneficiar os produtores de áreas menores (mini e pequenos), o limite de financiamento seria mais representativo para essas áreas.

Os produtores com áreas maiores, tendo um limite de financiamento menor, procurariam fontes alternativas de recursos, consequentemente teriam um custo mais elevado.

Esse procedimento, em princípio geraria maior volume de recursos disponível aos produtores com áreas menores, tendo como consequência um menor custo, evitando-se com isto o êxodo rural, tornando-se a propriedade produtiva.

Proposição:

1. Culturas prioritárias

HA	PRODUTOS % FINANCIAMENTO					
Financiado	Soja	Milho	Trigo	Feijão	Algodão	Arroz
Até a 100	80%	100%	90%	100%	90%	100%
101 a 500	70%	80%	80%	90%	80%	90%
+ 501	60%	70%	80%	80%	70%	80%

2. Caso o produtor venha a financiar mais que uma cultura, o enquadramento do produtor seria pela quantidade da área da cultura que seria financiada.

IV. Plano agrícola

O plano agrícola deverah ser elaborado pelas entidades representativas do setor e o CNPA (Comissão Nacional de Política agrícola) e deverah abranger, o volume de recurso disponível, o limite de financiamento, a política de incentivo ou desestímulo de determinada cultura e o custo de produção.

De acordo com o plano agrícola, seria definido o limite de financiamento por cultura conforme meta de produção por cultura, com base no consumo interno e mercado externo.

Dentro desse princípio, o governo definiria a quantidade necessária por produto (mercado interno/externo) e definiria o volume de recursos com base no custo de produção. Deverah ser analisado no âmbito do plano agrícola, as diretrizes básicas para que produto nacional possa competir no mercado internacional. Neste caso poderia ser reduzida a variação da atualização monetária, como um subsídio, ou a isenção de tributos ou ainda, para os produtos subsidiados em outros países deveria haver um imposto de importação para não prejudicar o produtor nacional.

V. Opção VBC/orçamento ou projeto técnico

Permanecer com o limite de financiamento em 100%, conforme definido para safra 92/93.

VI. Proagro

Ampliar o limite de cobertura que hoje está muito defasado.

Atenciosamente

Eng. Agr. Joseh Aroldo Gallassini

Diretor Presidente

Coamo — Cooperativa Agropecuaria Mouraoense Ltda.

OP. Fatima

Fechaspas:

Atenciosamente

Eng. Agr. Joseh Aroldo Gallassini

Diretor-Presidente

Coamo — Cooperativa Agropecuaria Mouraoense Ltda.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PPS — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, o parecer do Relator Francisco Dornelles à medida provisória da reforma administrativa lamentavelmente incorpora algo que achamos extremamente equivocado. Quando da reforma ministerial no Governo Sarney, há cinco anos, foram unificados no mesmo Ministério o Ibama, a Sudepe e o IBDF.

Sr. Presidente, foram anos de consolidação de um trabalho de formação de técnicos qualificados para exercer o controle sobre duas áreas que, a cada dia, chamam mais a atenção da opinião pública internacional, especialmente devido à forma predatória como vinham sendo praticadas essas duas atividades em vários países, entre eles o Brasil. Agora, sem uma explicação técnica, sem uma fundamentação mais aprofundada — e não sendo desejo do próprio Governo, que não propôs esse desmembramento no texto original da medida provisória — o Relator, Deputado Francisco Dornelles, acolhendo sugestões vindas não sei de onde, no seu substitutivo transfere para o Ministério da Agricultura o controle e a supervisão da Sudepe e do IBDF, duas importantes áreas que já foram motivo de denúncias relacionadas a tráfico de influência, exatamente por se terem convertido, ao longo de gestões anteriores, em antros de corrupção. Talvez por isso tenham

sido unificados sob o comando do Ibama, a fim de que se pudesse ter um controle mais rigoroso sobre suas atividades.

Portanto, não há o menor sentido nesse desmembramento que se faz agora. Pelo contrário, é uma confrontação com toda uma visão de preservação do meio ambiente que nós, brasileiros, já acumulamos. Hoje a opinião pública já está suficientemente amadurecida no que diz respeito a essa questão, especialmente após a realização da Eco-92, que dela tratou de forma aprofundada.

Penso que o Relator se equivocou, porque a vontade original do Governo não era essa, segundo estamos informados. O investimento na formação de técnicos, que consumiu bilhões de cruzeiros, não pode agora ser desprezado, sem maiores explicações, a não ser que a força dos grupos econômicos que exploram a pesca da lagosta e as madeiras das nossas reservas tenha conseguido sensibilizar o Relator. Todavia, espero que S. Ex^a esteja aberto para um debate em plenário, para que possamos sanar essa incorreção, que não tem sentido no momento em que há um intercâmbio mundial sobre o que ocorre no meio ambiente. Podemos ter certeza de que os recursos de programas de desenvolvimento e apoio à preservação da pesca e das reservas cessarão de fluir, nem sequer chegarão a sair dos países que, em convênio com o Brasil, teriam possibilidade de fazer investimentos importantíssimos para o nosso País nessas duas áreas.

Fica o meu protesto, que, com certeza, reflete a opinião de todos aqueles que lutam pela defesa do meio ambiente. Se vier a ser consumada, essa decisão equivocada do Deputado Francisco Dornelles terá repercussão internacional. Por isso, gostaria que o Governo ficasse atento para tal fato. Faço essa observação esperando que o próprio Relator esteja sensível no momento adequado ao debate.

O SR. PAULO MANDARINO (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, retomo esta tribuna para abordar um tema que reputo da mais alta importância para o desenvolvimento harmônico e equilibrado do País, para o aumento da segurança social e para a preservação do acervo patrimonial dos diversos segmentos da sociedade, bem como para maior proteção à família brasileira. Refiro-me ao mercado segurador e à Previdência Social e Complementar. Apesar de sua grande importância para a economia do País, o sistema de seguros brasileiro não tem apresentado muita significância ao longo de sua história, como atestam os mais diversos indicadores econômicos.

Nos últimos trinta anos, por exemplo, a relação prêmios de seguros/PIB situou-se em torno de 0,9 por cento, muito abaixo da média registrada tanto nos países avançados como também nos menos desenvolvidos. No Japão, nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, essa relação tem se situado acima dos 8 por cento, e, nesse particular, o Brasil tem apresentado um desempenho abaixo de países como Nigéria, Chile, Colômbia, Tunísia, Argélia, Quênia e tantos outros.

Quanto à Previdência Complementar, embora represente um dos segmentos de maior dinamismo do complexo conhecido como Seguridade Social, seu desempenho no País também ainda é bastante modesto. Dada a sua amplitude e considerando a crescente retração do papel da Previdência Social, a Previdência Complementar se depara com amplas perspectivas de desenvolvimento. Diante disso, deduz-se que o Sistema de Seguros e de Previdência Complementar preenche todos os requisitos necessários para desempenhar um papel cada vez mais crescente no contexto econômico e social do País.

É importante observar que esse complexo sistema segurador e previdenciário é incipiente não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Segundo o balanço macroeconômico social do setor de seguros da Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg), até 1988 a América Latina detinha uma participação de apenas 0,7 por cento do total de prêmios de seguro em todo o mundo, atrás até mesmo da África e Oceania, com 1 e 1,8 por cento, respectivamente, enquanto a América do Norte liderava o **ranking** de seguros, com 39,1 por cento, seguida da Europa, com 29,8 por cento.

A título de ilustração, pode-se observar que o setor de Seguro Social no País, que compreende também as Previdência Social e Complementar, além da medicina de grupo, alcançava em 1990 uma participação de apenas 11,2 por cento do PIB, bem abaixo dos níveis verificados nos países mais avançados. Desse total, o setor de seguros privados participava com apenas 1,3 por cento do PIB, a Seguridade Social com 8,7 por cento, a Previdência Complementar tinha uma participação de 0,6 por cento e a medicina alternativa 0,5 por cento.

Apesar do estágio incipiente em que se encontra, o sistema apresenta grande potencial de desenvolvimento ao longo dos próximos anos. Para tanto, é indispensável a conjugação de diversos fatores, entre os quais se colocam a necessária modernização do setor, o aumento da produtividade e uma maior competitividade entre os segmentos que atuam no sistema. Nesse sentido, cabe ao novo Governo um papel de instrumento balizador da programação e do planejamento estratégico dos diferentes agentes do mercado, além de sinalizador do apoio institucional a um sistema que deve ser permanentemente preservado e estimulado.

Cabe ao Governo prosseguir com a política de sesregulação e simplificação do sistema, através de uma maior liberdade aos agentes, sem abrir mão de suas responsabilidades de agente fiscalizador das instituições e de protetor dos segurados. Nesse sentido, devem ser reforçados os mecanismos e instrumentos de controle e fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O objetivo principal seria um rigoroso controle da solvência das entidades operadoras do sistema, com base em planos trienais de operação, renovável anualmente e com aprovação da Susep.

Uma outra contribuição do Governo seria no sentido de disseminar a cultura do seguro, através da ampliação do nível de conhecimento das lideranças comunitárias, educacionais, empresariais, governamentais, políticas, sindicais e estudantis sobre o instituto do seguro, seus propósitos e sua importância para o desenvolvimento do País. Da mesma forma, deve ser implementada uma política de revisão tributária do setor, como forma de estímulo à poupança voluntária através dos próprios mecanismos fiscais, aumentando a captação e os investimentos a longo prazo, de vital importância para o desenvolvimento econômico e social.

O seguro rural e o seguro habitacional também devem merecer atenção especial, no sentido de se implementarem as correções e reavaliações pertinentes, visando compatibilizar o equilíbrio atuarial de compromissos pretéritos e futuros submetidos a risco pelas distorções e divergências estruturais decorrentes da legislação vigente para o setor.

A Previdência Complementar, além de merecer também permanente estímulo, deve ter seus recursos melhor investidos, visando não apenas ao bem-estar dos associados, mas servindo de suporte aos programas de desenvolvimento nas mais diversas áreas da atividade econômica. Os recursos dessas

entidades, que são expressivos, devem servir muito mais à produtividade do País do que à simples especulação do mercado financeiro. Para a consecução desses objetivos, cabe a esta Casa uma parcela significativa de responsabilidade, seja através do processo legislativo, seja como instrumento fiscalizador do cumprimento das metas programadas para o setor. Portanto, conclamo meus pares nesta Casa para que juntos possamos contribuir para o desenvolvimento desse importante segmento da economia nacional.

Assim, Sr. Presidente, estou convencido de que o setor de seguros e o de Previdência Complementar devem merecer do atual Governo uma atenção muito especial, sobretudo neste momento de transformações econômicas no cenário mundial, principalmente a partir da derrota do Presidente Bush nos Estados Unidos, que acarretará para todo o mundo, particularmente para o Brasil, profundas mudanças na reativação da economia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO FAGUNDES (PMDB — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em recente entrevista, o Presidente Itamar Franco declarou o seu propósito de não assinar o decreto demarcatório da Reserva Indígena Raposa-Serra do Sol, no Estado de Roraima. Mais uma vez, o Presidente demonstra grande visão e sensatez, pois de nada valerá o isolamento do índio se ele não receber o indispensável apoio para a sua sobrevivência.

O episódio ocorrido em São Pedro dos Cacetes, no Município de Barra do Corda, no Maranhão, deve ser detidamente analisado, para que possamos retirar dele ensinamentos que evitem a repetição de tais fatos nas comunidades indígenas, tão mal conduzidas pelos atuais dirigentes da Funai.

O primeiro ensinamento decorre da irresponsabilidade de governantes, que desviam, criminosamente, a verba pública de suas verdadeiras finalidades. No caso, uma verba foi especificamente liberada para a retirada da população branca do interior da reserva indígena. Como foi desviada de seu verdadeiro destino, estamos à beira de um conflito armado, de consequências imprevisíveis.

O segundo ensinamento a ser tirado é que o interior das reservas indígenas não pode ser santuário impenetrável ao cumprimento da lei. Como é lógico, estando a reserva indígena dentro do Brasil, não se pode questionar a aplicação da lei brasileira aos ilícitos penais que lá se cometerem. Um índio em plena fase de aculturação e com total condições de entender o caráter criminoso da conduta praticada não pode ficar inimputável e penalmente irresponsável! Isso foi decidido, sabiamente, pelo Juiz de Direito de Redenção, no Pará, acolhendo o ponto de vista do Ministério Público, ao denunciar Paulinho Paiakan, do grupo dos índios caiapós.

O terceiro ensinamento que se poderá tirar do episódio dos guajajaras é que a Funai não se interessa em resolver problemas dos índios.

A Funai é um órgão inútil que se interessa em fomentar problemas, para justificar a existência de centenas de antropólogos e indigenistas, que encaram o índio exclusivamente no seu sentido animal e lhe negam a possibilidade de crescimento no sentido moral e espiritual, para conservá-lo em reservas impenetráveis a qualquer tipo de desenvolvimento.

Enquanto a Funai exercer essa tutela peçonhenta sobre os guajajaras eles ficarão isolados, sem qualquer visão econômica, incapazes de cultivar o alimento para comer, mas capa-

zes de cultivar a maconha para vender e beber cachaça com o produto da venda.

Infelizmente, segundo a visão caolha do atual Presidente da Funai, a maconha faz parte do ritual indígena, e S. S. é um defensor intransigente dessa cultura.

Como eu sou um defensor intransigente do Brasil e de todos os brasileiros, índios ou não, sou amplamente a favor da retirada dos brancos da Reserva Indígena de São Pedro dos Cacetes.

Mas não posso concordar que se criem novas reservas e se tentem novas expulsões de brancos, como ocorre em Roraima na região Raposa-Serra do Sol.

Em São Pedro dos Cacetes está armado o conflito. Em Roraima Funai está armando um conflito, pretendendo uma área onde hoje existem 400 fazendeiros, muitos dos quais estão na região há mais de 100 anos.

É preciso que saibamos tirar ensinamentos do lamentável episódio agora ocorrido em São Pedro dos Cacetes para evitar que venhamos criar iguais episódios e conflitos em outros pontos do Brasil, como está ocorrendo em Roraima neste momento.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados, o lado mais visível da imensa tragédia que se abate sobre os trabalhadores brasileiros corresponde sem dúvida às elevadas e perigosas taxas de desemprego, cujo cortejo de mazelas inclui o subemprego e sobretudo o arrocho salarial. Não há mais como suportar a idéia equivocada de que salário é causa de inflação. Não é mais possível tolerar políticas que coloquem o combate à inflação no centro do arrocho dos salários. Estou convencido mais do que nunca de que a recuperação da saúde econômico-financeira do País, a retomada do processo do crescimento econômico tem suas vertentes plantadas indiscutivelmente na recuperação do poder de compra dos trabalhadores. Isto significa adequar a realidade brasileira a uma política salarial mais justa. É o que propõe em princípio o Ministro Walter Barelly, com quem possivelmente amanhã destacados membros da Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público irão discutir a perspectiva de uma nova e justa política salarial e para o salário mínimo.

Todavia, há um lado pouco visível, quase oculto, quase nunca lembrado, dessa dramática situação dos trabalhadores. Trata-se, Sr. Presidente, do dimensionamento da gravidade dos acidentes de trabalho. Para que a Casa e V. Ex. tenham uma idéia da gravidade do assunto bastaria lembrar que ano passado ocorreram no mercado formal, com registro, nada menos do que 650 mil acidentes de trabalho no País. Isso corresponde, Sr. Presidente, a quase 2% de toda a mão-de-obra empregada em 1991 e a mais de 3% do PIB em termos de custos sociais. Desses 650 mil acidentes registrados no âmbito das nossas fábricas, das nossas minas, do nosso processo produtivo, aconteceram mais de 20 mil mutilações. Trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo que ficaram impossibilitados temporária ou permanentemente para o exercício profissional. E grande parte, Sr. Presidente, em razão de uma legislação vesga e capenga, não foi até hoje reabilitada para retomar as suas atividades profissionais.

Pois bem, não bastassem os dados alarmantes de tamanho e tão expressivo número de acidentes, com mais de 20 mil mutilações, vai aqui o registro mais dramático da história: mais de 4 mil e 500 trabalhadores perderam a vida nesse período. Não há dinheiro que pague a perda da vida de um

trabalhador sacrificado, por falta de fiscalização dos órgãos competentes e por leis atrabiliárias, a entregar a sua própria existência à ganância crescente de empresários mal intencionados que colocam a bandeira, a religião do lucro, acima do valor do trabalho e da vida humana.

Sr. Presidente, a Convenção nº 148 da Organização Internacional do Trabalho estabelece normas para a permanente fiscalização, através de sindicatos, das condições de segurança e medicina do trabalho. O Brasil é signatário dessa Convenção da OIT, mas os seus governos não a respeitam. O País pode inclusive ser denunciado, no âmbito da OIT, por desrespeitar uma convenção da qual é signatário.

Tive o cuidado de compulsar, ainda que rapidamente, o texto revisto e atualizado da CLT de autoria de Adriano e Hilton Campanhole. Esse texto, atualizado e revisado, dedica mais de trezentas páginas à questão da segurança e medicina do trabalho, contendo leis, decretos-leis, decretos, normas, portarias, anexos, enfim, definindo toda uma política que, se respeitada, poderia evitar essa imensa e lamentável tragédia em que está mergulhada grande parte dos trabalhadores brasileiros. Não há respeito às leis, aos decretos-leis, aos decretos, às normas, às portarias e muito menos à Convenção nº 148 da OIT.

O que se pede é que, paralelamente à implementação de políticas mais justas para o salário mínimo e para os salários em geral, assunto que começaremos a debater, a partir de amanhã, com o Ministro Walter Barelly e certamente com as centrais sindicais, com os patrões, especialmente os pequenos e médios empresários, os grandes empregadores de mão-de-obra, também nos dediquemos um pouco a conter esses índices alarmantes, insuportáveis e criminosos de acidentes de trabalho, que nem chegam ao conhecimento da opinião pública e, por isso mesmo, constituem-se, como disse antes, na face oculta dessa tragédia que hoje dizima milhares e milhares de brasileiros.

Era essa a questão que queria registrar, no sentido de que o Governo Itamar Franco, atento à gravidade desse problema, possa trabalhar um pouco mais em torno da contenção desses índices alarmantes de acidentes, até porque, Sr. Presidente, sendo um ambientalista, tenho o dever de me preocupar também com o que ocorre no útero do processo produtivo. Preocupamo-nos com as agressões que a mata amazônica, o pantanal, a mata atlântica e tantos outros setores do território brasileiro sofrem, mas não temos manifestado a mínima preocupação com o desrespeito do ambiente de trabalho. Está na hora de cuidarmos do trabalhador, em termos de salário, de garantia de emprego e, sobretudo, de segurança e medicina do trabalho.

O SR. NAN SOUZA (PST — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vou falar hoje da inocência dos índios e da esperteza dos brancos. Estamos assistindo, no meu Estado do Maranhão, a um conflito seriíssimo que acontece no povoado de São Pedro dos Cacetes, no Município de Barra do Corda.

Em 1979 foram repassados para o Governo do Estado, em valores correntes da época, 163 milhões de cruzeiros. Esses recursos se destinavam a custear ações complementares para desapropriação de uma reserva indígena e, conseqüentemente, para reassentamento da população branca em outra região. O atual Ministro da Justiça, em várias declarações, informa que esse dinheiro foi desviado pelo então Governador. Isso nos leva a uma outra reflexão muito séria, que também tem

história no Nordeste, inspirada principalmente na indústria falida da seca.

Estamos vendo agora que o Presidente Itamar Franco já repassou 100 milhões de cruzeiros para os Governadores nordestinos. No que diz respeito ao Maranhão, gostaríamos que houvesse uma ação paralela. Por isso, amanhã apresentaremos uma proposta, por escrito, para que esta Casa crie uma Comissão Especial para acompanhar a aplicação adequada dos recursos que estão sendo destinados para os Governos do Nordeste.

Temos registrado, na história da política e da administração nacionais, principalmente do Nordeste, que, a cada período de seca, grandes volumes de recursos são destinados à emergência e ao socorro daquelas pessoas que estão morrendo de fome. Lamentavelmente — e isso é grave — ainda há governantes e políticos que não têm sentimento humano e aproveitam esse momento de dificuldade, de desgraça do nordestino para enriquecer às custas do dinheiro que é destinado àquela emergência. Amanhã, faremos uma proposta no sentido de que se possa inibir essa tara que tem acompanhado ultimamente os governantes, os quais, ao assumirem o cargo, criam uma estrutura mafiosa para promover o enriquecimento ilícito daqueles que estão no poder.

Queremos que providências sejam imediatamente encaminhadas, a fim de que os recursos destinados a amenizar a fome e a sede do nordestino sejam efetivamente aplicados e com maior rigor, criteriosamente e, sobretudo, com uma dose adicional de humanismo. Percebe-se que a elite brasileira, que se perpetua no poder à custa de qualquer sentimento, está cada vez mais gananciosa, usando o poder público como instrumento para industrializar sua fortuna. Queremos que essa comissão seja o mecanismo inibidor do desvio dos recursos públicos que estão sendo canalizados para o Nordeste.

Estou preocupado com o dinheiro destinado para o Maranhão. Queremos que os 13 bilhões, já consignados pelo Presidente através do Ministério da Integração Regional, sejam utilizados com eficiência, com o acompanhamento não só desta Casa, mas de toda a sociedade. É necessário que a sociedade também entenda que esse dinheiro que está sendo enviado para essa emergência faz parte do patrimônio público e, como tal, sua destinação final precisa de acompanhamento.

O SR. RUBEN BENTO (Bloco — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, a situação criada pelos índios no Município de Barra do Corda, no Estado do Maranhão, traduz como se encontram os que estão sob a proteção da Funai. Naturalmente haverá reflexos sobre a situação ora reinante em Roraima, com apenas uma diferença: é que lá deverá haver uma interdição de rodovias, ou algo parecido, por parte dos não-índios.

Além da ganância da Funai em abocanhar terras produtivas e torná-las improdutivas, até o Governador do Estado está tentando obstruir os trabalhos de dezenas de pequenos produtores rurais, que pacificamente ocupam, desde o final do século passado, a região conhecida como Urupu-Anzol, desapropriando essas áreas para doá-las a não sei quem, no pressuposto de criar uma área irrigada em projeto hortigranjeiro. Não podemos concordar com a ação do Governador. Há tanta terra em Roraima para ser ocupada que só nos resta pensar que S. Ex^a não gosta de quem trabalha no Estado.

O segundo assunto, Sr. Presidente, diz respeito ao projeto de reforma fiscal do Governo, que mais uma vez vai penalizar

a grande massa trabalhadora, especialmente a de Roraima. Reporto-me ao aumento das tarifas de energia elétrica. Poderia até concordar com esse aumento, desde que ele recaísse apenas sobre os grandes consumidores — indústrias, comércios, prestadores de serviços, órgãos públicos etc. —, mas nunca sobre o consumidor doméstico. A energia elétrica é, hoje, um componente assíduo dos lares brasileiros, de empregados e desempregados, do homem da cidade e do homem do campo; todos nos utilizamos da energia.

Em Roraima, paga-se o preço mais alto do Brasil pelo consumo de energia elétrica, cobrado de maneira gananciosa pela Eletronorte na Capital, Boa Vista. Comparando o que gasta a classe média em Roraima, aqui em Brasília paga-se um terço da tarifa cobrada naquele Estado. Peço reparação desse absurdo e que a Eletronorte averigue o que está ocorrendo naquele Estado.

Sr. Presidente, antes de finalizar, gostaria de registrar nos Anais da Casa o Relatório das Atividades da Sociedade Internacional de Linguística, uma entidade que vem trabalhando entre os índios e prestando relevantes serviços às comunidades indígenas do Brasil, sem qualquer despesa para o Governo Federal e, portanto, sem onerar os cofres públicos. Essa sociedade vem realizando um trabalho belíssimo, traduzindo a língua dos índios, mantendo a sua cultura e as suas tradições, através de registros em livros que ficarão para a posteridade. Este é um trabalho que deve ser estimulado, Sr. Presidente, e quero registrar nos Anais da Casa este relatório para que sirva de exemplo e de modelo para outros órgãos do Brasil que nele possam se basear a fim de fazer um trabalho semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Moreira) — V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Relatório a que se refere o orador:

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA

Outubro de 1990 a setembro de 1991

RELATÓRIO

de atividades

OBSERVAÇÃO

No texto deste relatório, seguem os padrões sugeridos pelo Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues em *Línguas Brasileiras*, Edições Loyola, 1986, p. 10-11, para escrevermos nomes indígenas:

Para evitar a estranheza dos leitores que não estão familiarizados com os escritos sobre línguas e culturas dos povos indígenas do Brasil, convém esclarecer que a grafia dos nomes desses povos e de suas línguas utilizada neste livro obedece basicamente a uma convenção promovida há trinta anos (1953) pela Associação Brasileira de Antropologia e desde então adotada não só pela maioria dos antropólogos e linguistas, mas também por muitos indigenistas e missionários. Os pontos principais dessa convenção são:

(a) os nomes de povos (e de línguas) indígenas serão empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero nem de número: a língua Boróro (e não Boróra), os índios Boróro (e não Boróros);

(b) para os sons oclusivos serão usadas as letras p b t d k g, isto é, não se usarão as letras c e q em lugar de k, ao passo que g será usado no lugar de gu: Karajá (e não Carajá), Kirirí (e não Quirirí), Gerén (e não Gueren);

(c) para os sons fricativos serão usadas as letras f v s z x j, logo se escreverá Asuriní (e não Assuriní, nem Açuriní), Xavánte (e não Chavánte), Jê (e não Gê, nem Gês);

(d) para as semiconsoantes, isto é, i e u que não fazem sílaba, no início de palavras e entre vogais, serão usadas as letras y e w: Yamináwa (e não Iamináua), Wayoró (e não Uaioró). Essa convenção não pretendeu ser abusiva com respeito à ortografia portuguesa, mas tão-somente regular e eliminar as ambigüidades e confusões no uso técnico desses nomes em estudos antropológicos e lingüísticos.

CHAVE DAS SIGLAS MAIS USADAS NO TEXTO

ALEM Associação Lingüística Evangélica Missionária
CLM Curso de Lingüística e Missiologia
FTBB Faculdade Teológica Batista de Brasília
JOCUM Jovens com Uma Missão
MNTB Missão Novas Tribos do Brasil
PIN Posto Indígena
SUER Superintendência Executiva Regional
UnB Universidade de Brasília
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

Composto pela
Sociedade Internacional de Lingüística
SAI/NO, Lote D. Bloco 3, 70770 Brasília, DF

Apresentação

21 de abril de 1991

Exmº Sr.
Sidney Possuelo
Presidente
Fundação Nacional do Índio — FUNAI
Brasília, DF

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Esta edição do Relatório abrange os 12 meses de outubro de 1990 até setembro de 1991. Durante este período a atuação

da SIL no meio indígena continuou sendo orientada e regulamentada pelo Convênio FUNAI-SIL assinado em 6 de setembro de 1988. Foi um período de serviço privilegiado em prol dos grupos autóctones, pois tivemos mais uma oportunidade de servir a esses povos ajudando-lhes a realizarem seus sonhos e direitos como cidadãos brasileiros.

Hoje em dia muitos indígenas querem se aparelhar para o convívio com elementos da cultura majoritária mas não encontram como. A SIL, junto com outras entidades, está dando mais e mais ênfase à habilitação de uma liderança indígena que se sinta preparada para guiar seus grupos, ocupando eles mesmos o palco nas respectivas comunidades.

Lembro-me de uma ocasião, há vários anos, quando terminava um estágio junto aos Kaiwá e fechava minha casa. Estava muito ocupado quando Alberto chegou de visita — tão animado que ficou quase uma hora conversando comigo na sua língua materna. Mesmo sem tempo, sentei-me com ele para ouvir. “Estou tão contente”, disse, “contente mesmo, porque pela primeira vez na minha vida alguém me deu responsabilidade. Vou ser um professor do meu povo. Eles (a liderança tribal) confiaram em mim. Tornei gente. Agora sou uma pessoa porque alguém confia em mim!” Fiquei comovido com o entusiasmo dele. Nunca tinha visto um homem Kaiwá tão animado. Nosso trabalho visa este reaparecimento saudável de auto-estima. Ensinamos, treinamos e incentivamos povos indígenas a se realizarem.

Agradecemos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pela oportunidade de trabalhar ao lado desse órgão público na realização dos objetivos delineados na Constituição, como a valorização das culturas e línguas indígenas brasileiras. É nosso desejo continuar colaborando para que esses povos atinjam melhores condições de vida, sentindo-se pessoas capazes, seguras, orgulhosas da sua identidade e, ao mesmo tempo, prontos a participarem efetivamente no desenvolvimento da nação da sua cidadania.

Atenciosamente, **John Michael Taylor**, Presidente.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFÍCIO SEMAM-PR/GAB/Nº 1137/91

BRASILIA - DF 05.07.91

Senhor Diretor,

Tive oportunidade de visitar a área Terena nos dias 02-03.05.91, onde recebi o título de "Cacique Honorário" das lideranças. Na ocasião mantivemos conversas sobre vários projetos, um deles sendo de educação bilíngue.

Recebi recentemente este projeto assinado pelos líderes terena, sendo uma iniciativa deles. No entanto, percebemos que os professores índios não têm uma técnica ou o know-how da própria educação bilíngue. Tendo em vista a longa experiência do SIL em programas similares desenvolvidos em outros grupos indígenas do país, veríamos com prazer a participação desse Instituto no assessoramento técnico ao grupo mencionado.

Aproveito o ensejo para apresentar protestos de estima e distinta consideração.


JOSE A. LUTTENBERGER
Secretário do Meio Ambiente

A Sua Senhoria o Senhor
Professor JOHN MICHAEL TAYLOR
SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS (SIL)
SAI-NO lote D - Bloco 3
70.770 - BRASÍLIA/DF

FORMANDO Criando Pontes e los

“A sua missão como embaixadores da alfabetização merece alto louvor. Ao transformar em grafáveis línguas que previamente não as eram, vocês estão facilitando a preservação das culturas étnicas e construindo elos entre aquelas culturas e o restante da humanidade.”

— Javier Perez de Cuellar
Secretário Geral da ONU
maio de 1988

NOVAS PERSPECTIVAS...

passagem segura...
troca justa...
transição...
conexão...
contato...
Ponte.

Uma ponte constitui um símbolo adequado para representar os programas de treinamento em que a SIL tem o privilégio de estar envolvida. Alguns desses programas e eventos ocorrem sob responsabilidade da SIL, e outros acontecem em conjunto com entidades do governo brasileiro ou instituições acadêmicas. Outros treinamentos, ainda, se dão de maneira espontânea, informal, de indivíduo para indivíduo, ou mesmo em situações com pequenos grupos.

Aonde levam estas pontes?

...a aprender com os povos indígenas na medida em que estes transmitem seus conhecimentos sobre seu próprio meio, ciências, cultura e língua.

...a compartilhar tecnologia e experiência lingüísticas e de informática com a comunidade acadêmica.

...a possibilitar que professores e funcionários brasileiros da área de saúde atuem de maneira mais eficaz em seu trabalho junto ao povo indígena, podendo contar com a compreensão de sua língua e cultura.

...a ensinar habilidades práticas que ajudem os povos indígenas na preservação e enriquecimento de seu meio ambiente e de suas vidas.

...a alcançar pessoas em qualquer lugar, levando-lhes a mensagem de respeito por todos os povos, o valor de cada indivíduo, a necessidade da preservação da cultura, e a dignidade das línguas indígenas.

Uma ponte religa aquilo que um dia foi dividido; é o ponto de união de dois horizontes. Cada horizonte oferece uma visão distinta. Cada horizonte representa infinitas oportunidades. O encontro realizado no centro da ponte proporciona terreno neutro, significa estar em pé de igualdade. No treinamento acontece o mesmo. O professor é ensinado, o aluno contribui para obter o conhecimento que deseja; não existe menos ou mais importante, e sim uma junção de idéias, pensamentos, heranças, e esperanças. Para a SIL há grande satisfação em ser parte desse processo. Este relatório anual enfatiza o processo de treinamento, que consiste em um esforço contínuo que não começa nem termina com o ano calendário. É um compromisso para compartilhar — não só informações, mas o melhor de si mesmo.

Perspectivas

Práticas

O Primeiro Curso de Treinamento Indígena apresentou habilidades práticas que serão de grande utilidade para os participantes indígenas quando voltarem para suas aldeias, bem como em suas relações com outros povos. As aulas incluíram de tudo, desde conserto de motores até cuidados básicos com a saúde. As aulas de matemática ofereceram aos alunos conceitos e habilidades práticas que os capacitarão a atuarem com maior confiança em suas transações financeiras, sejam elas troca de bens à margem do rio ou depósito em conta de poupança no banco da cidade. A matéria de geografia apresentou fatos científicos, mas igualmente possibilitou aos alunos uma melhor compreensão do fato de serem eles parte integral de um mundo maior.

Cursos como este constroem, para o povo indígena, pontes de mão-dupla, no sentido de, enquanto aprendem habilidades novas que incrementam suas vidas diárias, desenvol-

verem também sua confiança no lidar com o mundo que os envolve. Com essas ferramentas tornam-se mais proficientes para transpor a lacuna existente entre a vida na aldeia e a do mundo exterior. Criam confiança nas decisões que tomam e aumentam a compreensão de suas opções e escolhas.

1º Curso de Treinamento Indígena

SIL, Porto Velho, RO

17 de novembro a 15 de dezembro de 1990

Corpo Docente: Rodolfo e Beatrice Senn

— desenvolvimento comunitário, Edward e Sally Koehn — linguistas, Robert e Barbara Campbell — linguistas, Douglas Baughman — piloto/mecânico, Lloyd Deister — técnico de eletrônica.

Participantes: 18 indígenas representando 7 tribos

4 apurinã — (Itaboca) Dominguido, Otacilio; (Lago Branco) Anastácio, Zebiu

3 banawá — Bidu, Sabatão, Tuefi

2 jamamadí — Badá, Baina

2 jaruára — (Casa Nova) Juraci, (Água Branca) Makabi

3 paumarí — Baiharo, Dosonhani, Kajoji

2 suruí — João, Tener

2 tenharim — Zelito, Albertino

No primeiro dia mataram-se três porcos, cuja carne foi empacotada e congelada para se comer ao longo do seminário. Todos riram muito durante este processo e o evento serviu como introdução ao convívio durante o mês.

Programa: aulas das oito até ao meio-dia, cursos práticos das duas às quatro da tarde; período recreativo; e, depois do jantar, fitas de vídeo.

Aulas —

Geografia: o projeto inicial foi a construção de uma maquete de sua própria aldeia para depois transferir o desenho ao papel. A seguir desenharam o mapa do estado, o do País, do continente e do mundo. Aprenderam algumas medidas como palmo, passo, metro e quilômetros. Foram apresentadas noções sobre os pontos da bússola, magnetismo, gravidade, e outros. Perguntaram, entre outras coisas, sobre o tamanho da terra, e a natureza do sol.

Matemática: o grupo dos mais avançados estudou a matéria da 1ª e 2ª séries, conquistando as quatro operações básicas. Ficaram bem animados. Os principiantes aprenderam a escrever os numerais e foram orientados nas primeiras duas operações: adição e subtração. Não foi nada fácil para alguns deles, que ainda não entendiam o conceito de “número”, e estranharam a idéia de poder representar uma quantidade de coisas com um simples rabisco no papel. Os que tinham mais experiência na cidade receberam orientação sobre inflação, poupança, juros, conta bancária, negócios, produção, lucros, corrupção, e muitas.

Saúde: foram discutidos os assuntos sobre a nutrição, as doenças que mais aparecem nas aldeias e o uso de remédios. Foi dado ênfase especial sobre o perigo da diarreia e a importância da reidratação. Também houve orientação sobre o tratamento para queimaduras e picadas de cobras. Cada participante pôde levar uma muda de planta “daloe vera” de volta para sua aldeia. Essa planta serve para o tratamento de queimaduras.

Na parte da tarde houve sessões práticas sobre macânica e marcenaria. Aprenderam o funcionamento do morto quatro-tempos: como desmontar, identificar as peças, reconhecer os sinais de desgaste, limpar e montar novamente. Também ensinou-se como derreter chumbo para fazer pesos para linha e rede de pescar, bem como para munição das armas de caça.

Houve orientação sobre uso e manutenção das ferramentas básicas de marcenaria, e todos escolheram um projeto de madeira para confeccionar: banco, mesa, maleta, porta-ferramentas, brinquedos (carrinho para criança), e até um pequeno armário.

O grupo realizou algumas excursões ao longo do mês do curso: visitaram uma oficina de motores na cidade, andaram na velha “Maria Fumaça” (EF Madeira-Mamoré), conheceram o posto de engarrafamento da Coca-Cola e o aeroporto, onde foi possível acompanhar de perto a aterrissagem, troca de carga e passageiros, decolagem de um avião comercial.

Os indígenas também desfrutaram a aprendizagem entre si. Inclusive, os dois banawá deram uma aula sobre o uso da zarabatana para caçar.

No final do curso houve cerimônia de formatura com a presença de autoridades estaduais e a entrega de certificados. Os artigos feitos pelos participantes do curso foram colocados em exposição. Antes de partirem, no entanto, alguns dos indígenas procuravam assegurar uma vaga para o próximo curso!

LINGÜISTA DE RENOME MUNDIAL VISITA UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Em visita ao Campus

A SIL, devido a seus muitos anos de trabalho no campo linguístico e à sua natureza como organização de envergadura mundial, tem entre seus membros vários linguistas bem conhecidos por seus colegas do mundo acadêmico. A Sociedade no Brasil promove, de vez em quando, a visita de um desses renomados linguistas ao país para oferecer palestras em universidades brasileiras, como serviço à comunidade acadêmica, em gratidão pelo privilégio de trabalhar no país, e no espírito de compartilhar técnicas com colegas da ciência linguística. Dr. Kenneth L. Pike é talvez o mais conhecido linguista da SIL. Em 1991 ele visitou o Brasil pela quarta vez. Segue o texto que precedeu o linguista às universidades que visitou.

Ele, Presidente Emérito da SIL e Professor Emérito da Universidade de Michigan, o Dr. Pike talvez seja mais conhecido como progenitor (desenvolvimento) da teoria chamada “Tagmemics”, através de sua obra magna: “*Linguagem in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior*”. Membro fundador da SIL-México, durante alguns anos Pike dividiu seu tempo entre trabalhos de campo junto ao povo mixteco e o campus em Michigan. Autor de 33 livros e mais de 230 artigos, pertence à Academia Nacional de Ciências dos EUA e recebeu da Universidade de Sorbonne o Doutorado Honorário em Linguística. Desde que se aposentou da Univ. de Michigan, o Dr. Pike viaja por todo o mundo, participando de congressos, seminários e cursos internacionais, e realizando consultas com grande número das equipes de linguistas da SIL e de outras entidades. Desde 1982 o nome Dr. Pike tem sido proposto anualmente para o prêmio Nobel da Paz.

Ela: Professora Associada de Pós-graduação da Universidade de Texas em Arlington — Departamento de Línguas Estrangeiras e Linguística. Professora de Fonologia nos cursos da própria SIL durante muitos anos, ajudou o esposo na preparação dos livros-texto usados nos cursos. Ultimamente, Evelyn viaja com o esposo, apresentando trabalhos em encontros internacionais e proferindo palestras em países como a China, Tailândia, antiga União Soviética, Malásia e o Japão.

Palestras do Dr. Pike

No período de 15 a 24 de maio de 1991, o Dr. Ken Pike e sua esposa, Sr^a Evelyn Pike, proferiram palestras nas seguintes universidades:

Universidade Federal de Pernambuco — Recife, PE

UNICAMP — Campinas, SP

Universidade Federal de Santa Catarina — Florianópolis, SC

De 26 de maio a 6 de junho do mesmo ano o casal apresentou diversas palestras na capital do País, nas localidades abaixo discriminadas:

Universidade de Brasília — UnB

Sociedade Internacional de Linguística — SIL

Alta Tecnologia

à Vista

Florianópolis março 1991

O Curso de Verão de Treinamento Computacional para Linguística Indígena se realizou na cidade de Florianópolis, SC de 18 de fevereiro a 9 de março de 1991. Promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, e tendo como coordenadores o casal Dr. Jean-Pierre e Dr^a Alexandra Aikhenvald Angenot. O curso tinha por objetivo introduzir os linguistas, antropólogos e indigenistas no âmbito da informática, já que estão diante de inúmeras situações que deles exigem a sistematização, catalogação e análises passíveis de serem aceleradas pelo uso do computador.

O Curso de Treinamento Computacional fornece aos linguistas do Brasil e da Argentina explorarem a tecnologia computacional disponível e aplicável no campo de pesquisa linguística, isso com a assistência de linguistas que já usam e trabalham com esse equipamento. A troca de recursos linguísticos e da informática constrói pontes dentro da comunidade acadêmica; tais recursos, por sua vez, alcançarão as comunidades indígenas na proporção em que os linguistas utilizem nova tecnologia na sondagem e aprofundamento de línguas antigas.

O propósito deste curso foi apresentar para linguistas interessados **software** de computadores, bem como sua aplicabilidade e uso. O renomado linguista brasileiro, Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues (UnB), assim como outros professores universitários tanto do Brasil como da Argentina, participaram expondo o assunto e fazendo demonstrações. Helga Weiss, linguista e professora da SIL, apresentou CECIL (Computerized Extraction of Components of Intonation of Language), um programa e máquina analisadora ("speech box") que pode gravar a fala e fazer uma análise acústica dela. O especialista de informática Tom Van Wymen, apresentou o programa processador de texto Word 5, os programas "database" SHOEBOX, WORDLIST, WORD SEGMENT, e o programa INTERACTIVE CONCORDANCE.

Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues (UnB) deu início à primeira semana de treinamento como conferencista convidado. Ele reiterou a necessidade de um processo analítico descritivo das línguas indígenas e para este fim salientou a importância do pesquisador na sociedade e o modo de como tornar sua tarefa mais dinâmica e eficiente.

O cronograma respeitou a seguinte divisão: (1ª semana) fonética acústica, programas de análise de fala e o seu uso na análise acústica; (2ª semana) linguística computacional, programas de auxílio a análises e processadores de texto; (3ª semana) orientação específica na área de concentração do pesquisador.

Participaram na primeira semana o Prof. Jorge Gurlekian, da "Universidad de Buenos Aires", apresentando o conteúdo teórico de fonética acústica. Em seguida, por dois dias, a Prof^a Helga Weiss, da SIL, esteve a frente da equipe expondo o programa e a máquina analisadora Cecil, produzida pela SIL. Ela explicou o programa e a análise acústica, destacando em detalhe a análise da intonação, mudanças dos sinais acústicos e outros recursos do **interface**.

***001 Na segunda semana, foi introduzido software** produzido pela SIL que visa auxiliar o trabalho do linguista. A Prof^a Amália Jurado, da "Universidad de Buenos Aires" nos indicou a difícil tarefa que a linguística comparativa realiza a nível teórico, e o mestrando Geraldo Faria, da UFSC, mostrou como é viável a utilização do programa WORDSURV que elimina em torno de 80% do trabalho analítico manual não só para linguística comparativa, como genética, fonostática e histórica. Na quarta-feira, o programador e analista de sistemas Tom Van Wymen, juntamente com o linguista, James Kakumasa, ambos da SIL, apresentaram o processador de texto WORD da Microsoft Corporation. Eles ainda apresentaram nos dois dias restantes da semana os programas SHOEBOX — a nível de treinamento — e Multi-lingual Scholar, Ample, fiesta, Rap, PC-Kimmo — exposição de **software**. O programa Shoebox, **software** que muito interessou aos participantes, já que com ele pode-se elaborar dicionários, os mais variados possíveis, bem como trabalhar com textos interlineares analíticos e léxicos, todos no mesmo programa.

A última semana foi a parte prática: direcionou-se a atenção ao aprofundamento no uso dos programas e sua aplicabilidade às necessidades específicas dos atendentes. A cerimônia de encerramento contou com a presença da Dr^a Yonne Leite, do Museu Nacional, Rio de Janeiro, que agradeceu a influência da SIL no surgimento da linguística indígena neste País e nos nossos dias pela introdução da informática como meio de propagar e tornar eficiente o estudo das línguas e culturas dos povos que aqui vivem.

A SIL no Brasil

A Sociedade Internacional de Linguística — "Summer Institute of Linguistics" — (SIL), organização internacional, científica e educacional, sem fins lucrativos, tem como seus objetivos primordiais os seguintes: analisar línguas indígenas e estabelecer suas ortografias, estimular a produção de literatura indígena, traduzir as Escrituras e material de alto valor cultural para essas línguas, e cooperar com o governo no fornecimento de educação bilíngüe-bicultural para os grupos indígenas cujas línguas são estudadas.

A Sociedade enfatiza o valor da preservação e da promoção das culturas e línguas indígenas, bem como reconhece a necessidade de adaptação cultural num mundo em constante mudança. Seus membros são estimulados pelo desejo de oferecer a Palavra de Deus para grupos minoritários em suas línguas maternas. Eles estão convictos de que esse livro pode oferecer uma base sólida para alicerçar as sociedades atuais que sofrem grandes mudanças, como também proporcionar um objetivo claro para as culturas que estão se desintegrando.

A Sociedade é constituída por voluntários que são sustentados por pessoas interessadas nesse trabalho, geralmente, suas próprias famílias, amigos e igrejas em seus países de origem. Atualmente no Brasil, há membros vindos dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Holanda, Nova Zelândia e Suíça.

O trabalho da SIL no Brasil iniciou em 1956, a convite de duas entidades: O Serviço de Proteção aos Índios, órgão que antecedeu a FUNAI, administrado pelo Ministério da Agricultura, e o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. No presente, realiza-se tal trabalho, entre cerca de quarenta línguas distintas, através de um convênio firmado com a FUNAI em 1988. Também realiza trabalhos em conjunto com a FUNAI ou outras instituições nacionais, em áreas correlatas à linguística, tais como educação, antropologia e desenvolvimento comunitário.

Grupos indígenas com atuação da SIL

Akewere (Suruí do Pará)

População: 110 em poucas aldeias

Albert e Sue Graham (EUA)

Apalaí

População: 350 em 20 aldeias

Edward e Sally Koehn

(Canadá/EUA)

Apinayé

População: 750 em 4 aldeias

Patricia Ham (EUA)

Apuriná

População: 1.500 em várias aldeias

Catherine Aberdour (Grã-Bretanha)

Julian King (EUA)

Arára

População: mais de 90 em 3 aldeias

Isaac e Shirley de Souza (Brasil)

Bakairí

População: mais de 500 em 10 aldeias

Elizabeth Camp (EUA)

Millicent Liccardi (EUA)

Banawá

População: 70 em 1 aldeia e 2 acampamentos

Ernest e Barbara Buller (EUA)

Boróro

População: 725 em 7 aldeias

Keith Barkaman (EUA)

Canela

População: 1.420 em 2 aldeias

Jack e Josephine Popjes (Canadá)

Guajajára

População: 10.000 em cerca de 81 aldeias

Dr. Carl e Carole Harrison (EUA)

Joseph e Lillian Boot (Grã-Bretanha/EUA)

Guarani

População: 3.000 em 35 aldeias no Brasil e 2.200 no Paraguai

Dr. Robert e Kathie Dooley (EUA)

Jamamadí

População: 150 em números as aldeias pequenas

Robert e Barbara Campbell (EUA)

Jaruára

População: 140 em 6 aldeias

Alan e Lucilia Vogel (EUA/Brasil)

Kadiwéu

População: 900 em 4 aldeias

Glyndwr e Cynthia Griffiths (Grã-Bretanha)

Peter e Carmosina Carlson (EUA/Brasil)

Kaiwá

População: 14.000 no Brasil, 500 na Argentina e 11.000 no Paraguai

John e Audrey Taylor (Grã-Bretanha)

Dr^a Loraine Bridgeman (EUA)

Karajá

População: 2.700 em várias aldeias

David e Gretchen Fortune (EUA)

Margaret Alford (Grã-Bretanha)

Kayabí

População: 500 em 3 áreas

Helga Weiss (Alemanha)

Rose Dobson (EUA)

Kayapó

População: 3.000 em 9 aldeias

Isabel Murphy (Canadá)

Ruth Thomson (Canadá)

Maxakalí

População: 700 em 16 aldeias

Harold e Dr^a Frances Popovich (EUA)

Nadëb (Makú-Nadëb)

População: 300 em 2 aldeias principais e cercanias

Glen e Shirley Bacon (EUA)

Helen Weir (Grã-Bretanha)

Ruth Schilberg (EUA)

Nambikuára

População: 900 em 10 aldeias

Menno e Barbara Kroeker (EUA)

Oiapí

População: 315 em 3 aldeias no Brasil e 400 na Guiana

Francesa

Dr. Allen e Cheryl Jensen (EUA)

Palikúr

População: 800 em várias aldeias no Brasil e 400 na Guiana Francesa

Harold e Diana Green (EUA)

Parecis

População: 800 em 20 aldeias

Orland e Phyllis Rowan (Canadá/EUA)

Paumari

População: mais de 500 em 4 aldeias

Meinke Salzer (Alemanha/Brasil)

Rodolfo e Beatrice Senn (Argentina/Suíça)

Shirley Chapman (Grã-Bretanha)

Pirahã

População: 150 em 4 aldeias

Dr. Daniel e Keren Everett (EUA)

Rikbaktsa

População: mais de 800 em várias aldeias

Sheila Tremaine (Grã-Bretanha)

Suruí

População: 440 em 9 aldeias

Tine van der Meer (Brasil)

Willem e Carolyn Bontkes (EUA)

Tenharim (Parintintín)

População: 255 em 2 aldeias

Helen Pease (Canadá)

La Vera Betts (EUA)

Terêna

População: 15.000 em 20 aldeias e 2 cidades

Muriel Ekdahl (EUA)

Nancy Butler (EUA)

Urubu-Kaapor

População: 500 em 10 aldeias

James e Kiyoko Kakumasu (Canadá/EUA)

Waurá

População: 150 em 1 aldeia
Evelyn Jackson (Grã-Bretanha)
Dr^o Joan Richards (Grã-Bretanha)

Xavánte

População: 7.500 em 60 aldeias
Alec e Tammy Harrison (Brasil/EUA)
Joan Hall (Grã-Bretanha)

Ruth McLeod (Grã-Bretanha)

Valerie Mitchell (Grã-Bretanha)

Kokleng

População: 500 em várias aldeias
Paul e Mary Mullen (EUA)

(De licença nos EUA durante o período abrangido pelo relatório.)

Obs.: os números populacionais aqui indicados são as estimativas fornecidas pelas equipes que lá atuam.

Departamentos da SIL

As listas de atividades e publicações deste relatório não são exaustivas, mas fornecem uma visão do envolvimento e das realizações dos membros da SIL desde outubro de 1990 até setembro de 1991. Existem vários departamentos dentro da estrutura organizacional da SIL no Brasil. Cada um tem suas responsabilidades e objetivos. Todos, porém, trabalham visando a um alvo comum: a preservação e a promoção das línguas e culturas indígenas. As atividades dos departamentos sobrepõem-se em quase todas as áreas, uma vez que todos trabalham em conjunto. Contudo, para maior clareza e conveniência, dividiu-se este relatório em diferentes áreas, conforme cada departamento, a fim de dar ao leitor uma visão mais inteligível e completa. São elas: Educação, Linguística, Tradução, Antropologia, e Desenvolvimento Comunitário.

Antropologia

O objetivo do Departamento de Antropologia da SIL é assessorar as equipes nas seguintes áreas:

1. estudo da cosmovisão indígena;
2. coleta e transcrição de textos de tradição oral;
3. realização de pesquisas mais aprofundadas da cultura em questão.

Participação em

Programas Externos

2nd International Congress of Ethnobiology

Kumming, Yunnan-People's Republic of China. 22 a 26 de outubro de 1990.

Representante da SIL: Dr. Allen Jensen.

Trabalho apresentado: "The spirit world of the Wayampi (Tupi-Guarani) as a model of the ecological domains around them: practical applications" (Dr. Allen Jensen).

O seguinte texto consta no relatório apresentado pelo Dr. Allen Jensen depois do Congresso: "As reuniões de negócio (duas noites) versaram, principalmente, sobre a maneira pela qual a International Society of Ethnobiologists, como organização, poderia colocar em prática a 'Declaração de Belém' (uma declaração sobre a prática etnobiológica e sua atuação desde o Congresso realizado em Belém no ano de 1988); também procurou encontrar formas de estimular sua aplicação em níveis pós-acadêmicos. Sugeriram que movimentos religiosos (igrejas e missões) deveriam ser abordados, uma vez que são eles os portadores da força moral e de consciência no mundo de hoje. A aceitação dessa idéia foi unânime. Da mesma forma, o Congresso imprimirá uma lista de normas

para os etnobiólogos no que diz respeito à sua responsabilidade moral em relação aos grupos indígenas quanto à informação colhida. Na lista são apresentadas também algumas sugestões que o cientista estrangeiro pode usar para edificar a integridade e auto-estima do grupo indígena com que trabalha."

American Anthropological Association

New Orleans, Louisiana, EUA. 29 de novembro a 2 de dezembro de 1990.

Representante da SIL: Margaret Sheffler.

A Fenomenologia da Religião

Centro Evangélico de Missões (CEM), Viçosa, MG. 1 a 6 de abril de 1991, e 29 de julho a 2 de agosto de 1991.

Professora: Dra. Frances Popovich.

Número de participantes: a) 18 alunos de pós-graduação; b) 18 alunos de graduação e pós-graduação; 14 brasileiros, 2 angolanos, 1 coreano, 1 chileno.

Horas-aula: 30.

A Fenomenologia de Religião

Seminário Presbiteriano do Norte, Recife, PE. 10 a 15 de junho de 1991.

Professora: Dra. Frances Popovich.

Número de participantes: 35 alunos brasileiros de pós-graduação.

Horas-aula: 30.

Orientação Intensiva em Antropologia

Missão Antioquia no Vale da Bênção, São Paulo, SP. 19 a 24 de agosto de 1991.

Professora: Dra. Frances Popovich.

Número de participantes: 6 alunos brasileiros.

Horas-aula: 27.

Educação

Os objetivos específicos do Departamento de Educação da SIL são:

1. desenvolver ortografias que sejam socialmente aceitas
2. ajudar a tornar o conceito de alfabetização um valor comunitário, auxiliando na elaboração de programas de alfabetização auto-propagáveis nas culturas indígenas;
3. cooperar na criação de oportunidades bilíngues-biculturais.

Em termos gerais, tais objetivos visam a reforçar a identidade cultural e ajudar os indígenas a enfrentarem novas situações.

Participação em

Programas Externos

Primeiro Encontro Estadual Indigenista/MS

(Terêna)

Instituto Regional Pastoral de Mato Grosso (IRPAMAT) Campo Grande, MS. 22 a 24 de setembro de 1990.

Responsável: Departamento de Educação, Mato Grosso do Sul.

Patrocinado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Educação.

Professoras da SIL: as linguistas Nancy Butler e Muriel (Bete) Ekdahl

Participantes: 66 professores indígenas e não-indígenas que trabalham nas aldeias terêna.

As lingüistas da SIL apresentam palestras sobre educação para os terêna. Dentre outros palestrantes estiveram presentes, o Chefe do Setor de Educação da Administração Regional da FUNAI em Campo Grande — José Gondim Lins Neto; a Coordenadora-Geral de Educação SE/MS — Aureotilde Monteiro; a antropóloga junto ao Centro de Trabalho Indígena de São Paulo — Maria Eliza Ladeira.

Seminário Estadual de Alfabetização

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT. 21 a 24 de outubro de 1990.

Responsáveis: UFMT/SEC e DEMEC/SME Cuiabá.

Representantes da SIL: Margaret Alford e Phyllis Rowan.

Trabalho apresentado: “Uma experiência de alfabetização na Chapada dos Parecis” (Phyllis Rowan).

Consulta Educacional Xavante

PIN Kuluene — Aldeia Fundação Aldeia Centro (AFAC), MT. 23 de outubro a 20 de novembro de 1990.

Responsável: Margaret Alford da SIL

Extraído do relatório da educadora Margaret Alford: “Demos apoio técnico ao professor xavante Adriano. Elaboramos o planejamento e currículo escolar xavante. Trabalhamos em conjunto com a lingüista da SIL, Joan Hall, na parte de alfabetização xavante.”

Consulta Educacional Macuxi

Serra Grande, RO. 24 de novembro a 3 de dezembro de 1990. Margaret Alford participou de consulta educacional com a lingüista Miriam Abbott, da MEVA, que trabalha junto ao povo macuxi. Extraído do relatório de Margaret Alford: “Tentamos planejar uma educação escolar bilingue diferenciada, e assim, ver contextualizada a escola macuxi, em todas as suas áreas, na sua própria realidade.”

Encontro sobre Projeto Piloto Kaiwá

Dourados, MS. 16 de setembro a 2 de outubro de 1991.

A convite da supervisora da Escola Municipal Francisco Meireles, Profª Margarida Gennari Bernardes, da Missão Evangélica Caiuá (situada ao lado do Posto Indígena Dourados).

Representantes da SIL: Margaret Alford, Dra. Loraine Irene Bridgeman, Donna Kay Shewmaker.

Este encontro visou montar uma comissão de elaboração de um projeto piloto para a implantação do ensino bilíngue-bicultural nas escolas indígenas da referida área, conforme pedido da Secretaria Municipal de Educação de Dourados/MS.

Reuniram-se na Escola Municipal Francisco Meireles para iniciar o trabalho, a professora Margarida; a Chefe do Setor de Educação da Administração Regional FUNAI/A-mambai — Wanda Rodrigues Serego (18-20); a programadora educacional da FUNAI na Escola Francisco Hibiapina — Maria Nonato Marques (2 dias); a lingüista, antropóloga e consultora do Departamento de Pesquisas Lingüísticas da SIL — Dra. Bridgeman; e a pedagoga e consultora do Departamento de Educação da SIL — Margaret Alford.

Destaques do Encontro segundo o relatório de Margaret Alford: No dia 19 de setembro “reunimo-nos com os professores das escolas Francisco Hibiapina, Ara Porã, Extensão e Francisco Meireles, assim como com a liderança e pais indígenas e o Chefe do Posto. Contamos também com a presença do Secretário Municipal de Educação, Idenor Machado e da assessora pedagógica Doraci Moraes (veja, em anexo, a reportagem do Jornal *O Progresso*, 21/22 de setembro de 1991).”

Nos dias 27 e 28 de setembro “elaboramos planos para um treinamento de professores bilíngues-biculturais Kaiwá. A primeira etapa incluirá lingüística e antropologia, e a segunda apresentará o programa que o professor desenvolverá na escola bilíngue, começando com um período intercalado com seu treinamento.”

Curso de Lingüística e Missiologia (CLM)

Brasília, DF. Patrocinadora: Associação Lingüística Evangélica Missionária (ALEM)

1ª Etapa: 7 de janeiro a 8 de março de 1991.

Alunos: 30

Professores convidados da SIL:

Isaac Costa de Souza SIL/ALEM (Diretor Acadêmico do CLM — Estudos Missionários);

Drª Frances Popovich (Antropologia);

Eunice Burgess (Conceitos Básicos de Lingüística,

Aprendizagem de Línguas);

Margaret Alford (Educação I);

Helga Weiss (Fonética);

auxiliada por Paulo Botrel e Geraldo Faria Júnior.

2ª Etapa: 18 de março a 31 de maio de 1991

Alunos: 22

Professores convidados da SIL:

Isaac Costa de Souza SIL/ALEM (Diretor);

Harold Popovich e Carole Harrison (Educação II);

Paul Mullen e Shirley de Souza SIL/ALEM (Fonologia);

Dr. Carl Harrison e Isaac Costa de Souza (Gramática);

Drª Frances Popovich (Missiologia e Tradução).

Acampamento de Sobrevivência nas Selvas (ASS)

Município de Goiatins, TO (próximo à A.I. Krahó). 8 de junho a 30 de agosto de 1991.

Patrocinadora: ALEM.

Alunos: 10

No ASS de 1991, todos os instrutores eram membros da SIL:

Alan Vogel — diretor-geral, orientador de pesquisas, aprendizagem, e de estágios na aldeia; Lucília Vogel — responsável pela creche no período das aulas; Glen Bacon — tesouraria, aulas práticas, e chefe de trabalhos manuais; Shirley Ann (Ana) Bacon — aulas de saúde, chefe da cozinha comunitária, aulas de natação, e aulas de cozinha rústica; e Leslie Teel (aluna e professora) — aulas de enfermagem.

O programa do ASS teve duração de 8 semanas, divididos da seguinte maneira: 1ª; 2ª; 5ª, e 8ª semanas no acampamento na selva; 3ª e 4ª semanas na aldeia Pedra Branca; 6ª e 7ª semanas na aldeia Cachoeira.

Programas Patrocinados pela SIL

Décima Oficina para Escritores Indígenas

SIL, Cuiabá, MT. 13 de novembro a 11 de dezembro, 1990.

Responsável: James Kakumasu e Kiyoko Kakumasu.

Professora em treinamento: Donna Shewmaker.

Os participantes foram:

Tribo: Aikaná

Participantes: Hermes Vieira de Souza

Luzia Aikaná

Luciana Aikaná

Lingüista: Salete Terezinha Zeferino (ALEM)

Tribo: Kadiwéu

Participantes: Aurélio Francisco Pinto

Antônia Soares Vicente

Reinaldo Marcelino da Silva
Denise Bernaldino Lange
Lingüistas: Pete Carlson, Carmosina Carlson, SIL
Tribo: Rikbaktsa
Participantes: Augustino Poikmy Rikbaktsa
José Roberto Babamutsa
Heriberto Rikbaktsa
Lingüista: Sheila Tremaine, SIL

O objetivo desta oficina foi providenciar materiais de leitura, redigidos e produzidos por autores indígenas para suas próprias comunidades, que têm pouco ou nenhum material impresso em suas línguas maternas. Visou, também, fornecer treinamento a esses escritores. As matérias ministradas incluíram: "Como Escrever", pontuação, sucesso na alfabetização, ilustração, datilografia, e distribuição de material de leitura.

Palestrantes convidados: A Chefe do Departamento de Educação da FUNAI, Maria de Lourdes Mello — fez a abertura e apresentou uma palestra sobre comunidade e história tribal; a representante da FUNAI, D. Ivelise, falou sobre o tema higiene; do Departamento de Educação da SIL, Margaret Alford versou sobre "A importância da literatura indígena". Fizeram, também, parte deste curso uma variedade de atividades sociais e excursões. Os alunos visitaram o aeroporto Marechal Rondon de Várzea Grande e obtiveram autorização para entrarem em um jatinho. Visitaram, igualmente, o Horto Florestal, a Cerâmica São Gonçalo, o Jardim Zoológico, o Museu Marechal Rondon, a Emater, a Cetremater, uma apresentação de teatro e uma fábrica de borracha. Esses passeios forneceram aos alunos novas experiências educacionais, bem como situações com as quais pudessem se identificar. O representante da tribo aikaná é um seringueiro, e as mulheres kadíwéu são conhecidas por suas obras em cerâmica.

A participação do povo aikaná teve grande destaque na oficina. Produziram um livreto contendo oito histórias — o primeiro material redigido na língua aikaná.

As cerimônias de encerramento se deram no dia 11 de dezembro, no auditório do SESC em Cuiabá. Estiveram presentes funcionários da FUNAI, bem como outros convidados. Recomendou-se aos alunos que continuassem usando os extensos e ricos recursos de sua cultura em textos escritos por eles próprios. Um dos alunos apresentou o livreto composto durante a oficina. Encontram-se abaixo alguns dos comentários emitidos:

"O curso foi muito legal e vocês nos ajudaram muito. Valeu a pena a gente estudar e as únicas pessoas que estão nos ajudando são vocês."

"O curso foi ótimo. Cada representante de sua nação esteve participando do treinamento dos 10 escritores indígenas. Só assim poderemos levar os nossos futuros filhos para frente."

Curso de Reciclagem Xavante

PIN Kuluene, Aldeia Fundação Aldeiona Centro, MT.
23 de março a 11 de maio de 1991. Professoras: Joan Hall e Margaret Alford.

Participantes: 10

Este curso se deu aos sábados durante 9 semanas, destinado a professores xavantes que atuam no Kuluene. O curso foi resultado de um convite verbal feito pela AFAC à professora Margaret Alford para que retornasse àquela comunidade para dar assistência à escola. A realização do curso contou com verbas provenientes de organizações de fomento, contu-

do, o material didático foi providenciado pelas ministrantes. Através de uma automotivação, os participantes de mostraram entusiasmados e dedicados aos seus estudos. Participaram, quase sem faltas, durante os nove sábados, tendo, inclusive, que percorrer a pé distâncias que variavam de 5 a 40 km, às vezes com tempo chuvoso.

Conteúdo Programático — Currículo Bilingüe, Didática, Métodos de Avaliação, Alfabetização Xavante, Material Didático em Xavante, Ensino de Português Falado como Segunda Língua, Matemática, Estudos Sociais e Ciências, Atividades Diversificadas, Vocabulários Didáticos Individuais, Português.

Alfabetização nas Tribos

A seguir apresenta-se uma amostra das atividades realizadas no programa de alfabetização em andamento nas tribos onde a SIL atua:

Segundo ela, quatro das cinco crianças de uma de suas turmas estão lendo em nível de terceira série.

Jaruara

— A lingüista Lucília Vogel, membro da SIL, está trabalhando com turmas de alfabetização. Os três primeiros elementos da aldeia que aprenderam a ler já estão ensinando outros a ler e escrever. A lingüista também ministra aulas de aritmética para um grupo de dez homens. Diversos rapazes adolescentes preferiam começar a ler sozinhos, fazendo uso de material fornecido a eles por Lucília, a ter de esperar que alguém se dispusesse a ensiná-los.

Nadëb

— Helen Weir, lingüista da SIL, conduz um projeto piloto de alfabetização, ensinando alguns rapazes a ler e escrever. Está avaliando diferentes possibilidades para se escrever a língua, e pesquisando maneiras de falar sobre a língua escrita (coisa que até agora não se precisava fazer) — o que inclui a escolha de termos para referir-se às letras maiúsculas e minúsculas. Por enquanto, decidiu-se utilizar "velhos pais" e "os filhos". Do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da SIL, Glen e Shirley Bacon trabalharam com caligrafia, e estimularam o grupo a ler e gravar histórias em fitas cassetes.

Nambikuara

— Os lingüistas membros da SIL, Menno e Barbara Kroeker relataram que um grupo de nambikuara de uma aldeia distante e que já sabia ler em português, aprendeu a ler nambikuara com facilidade usando cartilhas que lhes foram fornecidas pelo casal Kroeker. Estes mantiveram aulas de alfabetização no Posto Nambikuara do dia 20 de maio a 21 de junho de 1991.

Paumarí

— Membros da SIL, as lingüistas Meinke Salzer e Shirley Chapman supervisionam cursos e professores de educação bilíngue e do paumarí. São quatro os professores da escola paumarí que dão aulas para todas as idades.

Waurá

— As lingüistas Joan Richards e Evelyn Jackson, membros da SIL, puderam trabalhar na aldeia waurá de setembro de 1988 a setembro de 1991. Ministraram na escola da aldeia, tiveram atuação médica, e iniciaram trabalho de tradução. Atualmente aguardam nova autorização para retornarem à aldeia. O próprio chefe waurá solicitou, por escrito, que as autoridades permitissem seus retornos. Entrementes, na cidade, as lingüistas trabalham no material lingüístico, elaborando

materiais escolares e fazendo traduções a serem verificadas sempre que possível.

Apalaí

— Dois professores indígenas auxiliam o professor da escola local em sala de aula desde 1990. As redações dos alunos estão sendo recolhidas para uma futura impressão de livros de leitura.

Apinayé

— Sempre que a lingüista Pat Ham, da SIL, se encontra na tribo dá-se continuidade às aulas de leitura.

Kayabí

— A lingüista da SIL, Helga Weiss, vem trabalhando na correção das cartilhas em uso atualmente, preparação de materiais extras de alfabetização e leitura, e transcrição de textos gravados em fitas cassetes. Rose Dobson, também membro da SIL, está ministrando cursos de alfabetização na aldeia.

Lingüística

Os lingüistas da SIL têm em mente os seguintes objetivos: analisar línguas ágrafas e tornar o conhecimento adquirido acessível ao mundo acadêmico. Para isso, vivem junto com os indígenas e aprendem a falar bem suas línguas, o que permite uma interação positiva com a comunidade. Com o passar do tempo, os lingüistas estabelecem uma fonologia definitiva, uma ortografia e uma gramática descritiva. Existem ainda outros objetivos, tais como coletar textos e produzir um dicionário bilíngüe. A tarefa lingüística é vista como parte de um esforço global para ajudar os indígenas no seu relacionamento com a cultura envolvente.

Participação em Programas Externos

Encontro Multidisciplinar em Indigenismo

Unicamp, Campinas, SP. 21 a 22 de novembro de 1990.

Responsável: Unicamp Instituto de Estudos de Linguagem, Departamento de Lingüística.

Representante da SIL: Helga Weiss.

Curso de Verão de Treinamento Computacional para Lingüística Indígena

CEDRHA, Canasvieiras, SC. 18 de fevereiro a 6 de março de 1991.

Patrocinadora: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Coordenadores: Professores Dr^{os} Jean-Pierre e Alexandra Aikhenvald Angenot.

Consultores da SIL: James Kakumasu, Tom Van Wymen, Helga Weiss.

Participantes: Mais de 60 professores e alunos de todo o Brasil e também da Argentina.

Para obter mais detalhes, refira-se à página 12, no artigo especial.

Labphon 3, Phonetics/Phonology Congress

UCLA (Universidade de Califórnia, Los Angeles), Los Angeles, California, EUA. 17 a 19 de junho de 1991.

Representante da SIL: Helga Weiss participou como ouvinte e professora, ensinando o uso da máquina CECIL na análise acústica.

International Congress of Americanists

New Orleans, Louisiana, EUA. 4 a 11 de julho de 1991.

Representantes da SIL: Carl Harrison, Ed Koehn, Sally Koehn.

Trabalhos apresentados: "The Interplay of Causative and Desiderative in Guajajára" (Carl Harrison); "Ergativity and

the Split Case System of Apalaí" (Ed Koehn); "Use of Generic Terms in Apalaí Genitive Construction" (Sally Koehn).

XXI International Congress of Phonetic Sciences

Aix-en-Provence, France. 19 a 24 de agosto de 1991.

Representante da SIL: Helga Weiss.

Trabalho apresentado: "Prosodic and Paralinguistic Features of Onomatopoeia in Kayabí".

Programas Patrocinados pela SIL

Seminário sobre Sociolingüística

SIL, Belém, PA. 17 a 21 de dezembro de 1990.

Consultores responsáveis: Harold Green e Diana Green. Sete participantes da Universidade Federal em Belém: Encida Corrêa de Assis (antropóloga), Adão Bachega (etnocietista); Marco Aurélio (psiquiatra); Dr. Valle de Moraes (médico); Rinaldo Sanches, Socorro de Fátima Cardoso da Costa, Mônica Cristina Dias (os três fazem o curso de mestrado em antropologia).

Este seminário apresentou lingüística básica com ênfase na língua e cultura palikúr. A Universidade solicitou que fosse oferecido um seminário às pessoas que pretendiam trabalhar entre os palikures.

Discurso de Dr. Dixon

SIL Porto velho, RO. 18 de março a 19 de abril de 1991. (O Dr. Dixon apresentou palestras diversas vezes no decorrer de sua permanência.)

Dr. R.M.W. Dixon, lingüista da Universidade Nacional da Austrália visitou as tribos jaruára e banawá, em que atuam lingüistas da SIL. Suas pretensões são de aprofundar suas pesquisas lingüísticas sobre as línguas amazonenses. Durante sua estada dispôs-se para consultoria com vistas a auxiliar lingüistas individualmente, e também apresentou palestras na sede da SIL e na Universidade Federal de Rondônia. Dentre os temas abordados incluem-se: Observações sobre Ergatividade; a Palavra na Lingüística; Substantivos, Verbos e Adjetivos.

— Constituem Classes de Palavras Distintas na Língua Fijiana?; Estratégias de Complementação em Dyrbal; Adjetivos.

Discursos de Dr. Pike

Recife, Campinas, Florianópolis. 15 a 24 de maio de 1991.

UnB, SIL (Brasília) DF. 26 de maio a 6 de junho de 1991.

Para obter maiores informações sobre o evento, refira-se ao artigo especial, na página 11.

Oficina Tupí-Guaraní

SIL — Belém, PAZ 1º a 15 de dezembro de 1990.

Consultores principais: Dr. Carl Harrison, Cheryl Jensen

Esta oficina foi realizada a pedido dos lingüistas da ALEM que atuam junto a tribos cuja língua pertence à família Tupí (asurini do Xingu, parakanã do Xingu, e tembé do Pará/Maranhão). Através do compartilhar de conhecimentos sobre as línguas Tupí com que trabalham alguns lingüistas da SIL, os oito novos lingüistas poderão obter um desenvolvimento mais veloz em seus programas lingüísticos. Representantes do Museu Goeldi e da Universidade Federal do Pará também participaram da oficina. Neste evento contou-se, ao todo, com 14 participantes.

Cheryl Jensen apresentou palestras sobre o desenvolvimento da fonologia e morfologia Tupí-Guaraní desde sua

protolíngua até suas formas derivadas. O Dr. Carl Harrison falou sobre mudança na língua, morfologia, fonologia e sintaxe partindo de uma visão teórica e, a seguir, comparando-as ao Tupí moderno. Igualmente, versou sobre a aprendizagem de línguas. Carole Harrison orientou a preparação de materiais pedagógicos. As palestras ocorreram pela manhã, enquanto a tarde deu lugar a consultas individuais.

Oficina de Linguística

SIL — Porto Velho, RO. 3 a 14 de junho de 1991.

Responsável: SIL

Consultor: Dr. Daniel Everett

Participantes: linguistas representantes de quatro organizações distintas e cinco línguas indígenas, dentre os quais os abaixo relacionados:

Fred e Paula Boley (NTM) — dení

Willem e Carolyn Bontkes (SIL) — suruí

Marinalva Motta (MEVA) — ingarikó

Braulia Ribeiro (JOCUM) — zuruahá

Tine van der Meer (SIL) — suruí

Alan Vogel (SIL) — jaruá

O Dr. Daniel Everett, membro da SIL, é diretor do Departamento de Linguística da Universidade de Pittsburgh, na Pensilvânia, EUA. Atualmente, divide seu tempo entre o projeto da SIL junto aos pirahã e o ensino nos Estados Unidos.

O Dr. Everett apresentou várias novas teorias de linguística, que são muito importantes para os linguistas de campo. Ajudou também, a cada um, na análise de dados para fazer uma descrição.

Com relação à língua suruí, o casal Bontkes está descrevendo a reflexivização da língua. Por outro lado, Tine van der Meer está efetuando a análise do tempo, modo e aspecto dessa língua.

Fred Boley estuda a divisão de palavras pela acentuação; Paula Boley analisa a concordância de gênero, descrevendo-a num artigo. Braulia Ribeiro analisa a língua zuruahá, especialmente sua acentuação. Marinalva Motta está estudando a língua ingarikó de Roraima. "Meu objetivo ao vir para o seminário de linguística era conseguir ajuda para minha descrição fonológica de ingarikó, em fase preliminar, e uma melhor direção para a descrição gramatical. Já tinha algumas idéias, embora ainda sem organizar bem. Encontrei aqui uma ótima ajuda na fonologia e orientação de como avançar para fazer uma boa descrição. Nas palestras e encontros pessoais, tive minha visão de linguística ampliada, melhorada e reciclada. Tenho certeza que depois disso posso fazer um bom trabalho sobre a língua ingarikó. Daniel Everett não foi apenas um preletor eficiente, mas uma pessoa que animou, incentivou e valorizou muito o trabalho de todos." Estas foram as palavras de Marinalva Motta Vitorino.

Alan Vogel estudava acentuação na língua jaruá: "Nas aldeias jaruá já temos várias pessoas que sabem ler e escrever em jaruá, usando a ortografia elaborada pela SIL e material didático preparado pela equipe da JOCUM. A ortografia, no entanto, tem ainda um problema porque não encontramos todas as divisões entre palavras em jaruá. Acreditamos que um dos aspectos da língua que poderá ajudar-nos a chegar a uma conclusão sobre isso é a acentuação. Neste seminário procuramos analisar, então, as regras de acentuação em jaruá. Não chegamos ainda a uma conclusão, porque o seminário foi curto (2 semanas) mas já temos hipótese que vamos testar nos próximos meses".

Tradução

(Linguística Aplicada)

O Departamento de Tradução busca estimular a compreensão e o controle das estruturas linguísticas contrastantes entre duas ou mais línguas. Este departamento também incita pesquisadores a descobrirem sentidos profundos ou estruturas semânticas obscuras das línguas indígenas que estudam. Essas atividades acontecem dentro do contexto da grande motivação da SIL de apresentar, em cada língua estudada, uma tradução das Sagradas Escrituras.

Programas patrocinados pela SIL

Oficina de Verificação de Livros

SIL — Cuiabá, MT. 3 de janeiro a 22 de fevereiro de 1991.

Consultores: Sally Koehn, Linda Niehoff.

Participantes: Rose Dobson, com os indígenas kayabí, Atu, Judite, e Selma; Glyndwr Griffiths e Peter Carlson, com os kadiwéu, Hilário da Silva, Reinaldo e Denise; Joan Hall, com Marcides Xavante.

À noite, Edward Koehn e Allen Kanagy davam aulas de Matemática para os auxiliares da língua, incentivando Hilário da Silva a assumir o ensino de fato.

Oficina de Verificação de Livros

SIL — Porto Velho, RO. 14 de janeiro a 15 de março de 1991.

Consultores: Harold Green e Diana Green.

Participantes: Willem Bontkes, Carolyn Bontkes e Tine van der Meer, linguistas da SIL, com os auxiliares da língua suruí — Zico Suruí e Naramatiga Suruí; Robert Campbell e Barbara Campbell, linguistas da SIL com o auxiliar jamamadí — Ásaka Jamamadí; Fred Boley e Paula Boley, missionários das Novas Tribos com os auxiliares da língua dení — Kaupana Dení e Zihirivi Dení; e Crista Groth, que atua na tribo canamarí.

O desenhista da SIL, Alan Lea, apresentou os princípios fundamentais de desenho. Deslie Teel, da equipe de saúde da SIL, ensinou conceitos básicos de saúde.

Oficina de Termos Chaves da Língua Xavante

SIL — Cuiabá, MT. setembro de 1991.

Participantes: Alec Harrison, Joan Hall, Ruth McLeod, Valerie Mitchell, Linda Niehoff.

Desenvolvimento Comunitário

Viver entre os indígenas e aprender sua língua apresenta uma oportunidade sem igual para entender seus desejos e carências. Trabalhando com um povo, a SIL procura ajudá-lo a suprir suas próprias necessidades e alcançar seus objetivos em relação às suas comunidades.

A seguir encontram-se apenas alguns exemplos das muitas atividades de desenvolvimento comunitário realizadas nas tribos. Assistência médica e educação para a saúde e nutrição mínimas são partes integrantes da atuação dos linguistas da SIL em todas as tribos em que se fazem presentes. Todos os linguistas membros da SIL possuem algum treinamento médico, sendo que vários constituem-se em enfermeiros profissionais. Projetos específicos são levados a cabo de acordo

com as necessidades expressas dos índios e na medida em que a SIL se sente capacitada para prestar assistência qualificada.

Programas patrocinados pela SIL

1º Curso de Treinamento Indígena

SIL — Porto Velho, RO. 17 de novembro a 15 de dezembro de 1990.

Corpo Docente:

Rodolfo e Beatrice Senn — desenvolvimento comunitário; Edward e Sally Koehn — lingüistas; Robert e Barbara Campbell — lingüistas; Douglas Baughman — piloto/mecânico; Lloyd Deister — técnico de eletrônica.

Participantes: 18 indígenas representando 7 tribos — 4 apurinã, 3 banawá, 2 jamamadí, 2 jaruára, 3 paumarí, 2 suruí, 2 tenharim.

Para obter mais informações, refira-se ao artigo especial na página 9.

Apalaí

— projetos para a serraria, conserto de motores pelos próprios indígenas.

Apurinã

— Katherine Lau, estagiária da SIL, ensinou algumas mulheres da aldeia Lago Branco a costurar.

Banawá

— O lingüista Ernie Buller, membro da SIL, auxiliou o povo na instalação de um poço artesiano.

Kayabí

— término de construção do poço, com água boa a 6 metros.

Jamamadí

— projeto da pista de aterrissagem em julho de 1991. Este projeto visou o nivelamento da pista jamamadí recentemente construída. Os elementos da SIL responsáveis pela área de desenvolvimento comunitário, Ed e Jean Barkaman, supervisionaram a obra com a assistência de Janice, Jeremy e Jim Lea, Kristene e Caleb Everett, Wayne Kirks, e John Reece. Todos são filhos jovens de membros da SIL, com exceção do estagiário Wayne Kirks.

Jaruára

— maio de 1991. O lingüista da SIL, Alan Vogel, plantou 70 pés de andiroba e outras plantas, e espera que este projeto, a seu tempo, melhore a dieta alimentar do povo jaruára, fornecendo-lhes fonte de renda. A intenção é formar trechos de floresta modificada onde haverá uma concentração ainda maior que a normal de espécies de árvores com valor nutritivo ou econômico, entre elas seringueiras, castanheiras do Pará, e diversas palmeiras cujos frutos sejam comestíveis. Os jaruára mostram-se interessados neste projeto, tanto, que o chefe da aldeia ofereceu significativa contribuição ao reunir algumas das sementes necessárias para o mesmo.

— setembro de 1991. Projeto para poço artesiano na aldeia Casa Nova sob supervisão de Alan Vogel e Reid Davis. Também foram plantadas mais árvores.

Suruí

— novembro de 1991. A lingüista da SIL, Carolyn Bontkes, ensinou algumas mulheres a costurar, deixando na tribo uma máquina de costura para uso delas.

Publicações Técnicas

“Apontamentos Preliminares Sobre Nandéva Guaraní.” (1991). Robert A. Dooley. Brasília, SIL. Arquivo Lingüístico Nº 197.

“Are Not Two Strouths for an Assar Bought?” (1991). Carl H. Harrison. Dallas, SIL. Notes on Translation, Vol. 5, Nº 3, pp. 1-14.

“A Critical Evaluation of Greenberg's Classification of Aravan, Chapacuran and Muran.” (1990). Daniel L. Everett. Prepared for Language and Prehistory in the Greenberg classification. Boulder, CO. 65 pp.

“A Double-Verb Construction in Mbyá Guaraní.” (1991). Robert A. Dooley. 1991 Workpapers of the Summer Institute of Linguistics, University of North Dakota, Vol. 35, pp. 31-66. Roberto A. Dooley e J. Stephen Quakenbusch, Editores.

“A Expedição Venatória dos Kayapó e Animais Importantes.” 1990. Megaron Txokarramãe e Mick Stout. Ethnobiology: Implications and Applications: Proceedings of the 1st International Congress of Ethnobiology, Vol. 1, pp. 227-241 (Belém, 1988). Museu Paraense Emílio Goeldi.

“Extraprosodicity and Minimality in Kamã and Banawá.” (1990). Daniel L. Everett. Univ. de Pittsburgh Working Papers in Linguistics, Vol. 1.

Handbook Of Amazonian Languages. (1991). Desmond C. Derbyshire e Geoffrey K. Pullum, Editores. Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

“La categoria persona y el asociado semántico-gramático en el sistema pronominal Karajá.” (1991). David Lee Fortune. Memórias 45º Congresso Internacional de Americanistas. Ediciones Uniandes.

“Paumarí Grammatical Sketch.” (1991). Shirley Chapman e Desmond C. Derbyshire. Em Handbook Of Amazonian Languages. (1991). Desmond C. Derbyshire e Geoffrey K. Pullum, Editores. Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

“Surface Structure of Palikúr Grammar.” (1991). Harold Green e Diana Green. Brasília, SIL. Arquivo Lingüístico Nº 196.

“Textos Kayabí.” (1991). Rose Dobson. Brasília, SIL. Arquivo de Textos Indígenas.

“Um Programa de Ensino Bilingue Culturalmente Relevante para o Karajá.” (1989). Margaret R. Alford. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica, Vol. 5 (2), Belém, Pará.

“Vocabulário Básico do Mbyá.” (1990). Robert A. Dooley. Brasília, SIL. Arquivo Lingüístico Nº 195.

Você Pode Falar Waiápi-Exercícios de Aprendizagem I (Oiampí). (1990). Cheryl Jensen. Belém, PA, SIL.

Línguas Indígenas

Apalaí

Atamorepatopo (Cartilha Apalaí 4).

(1990.) Apalaí, Merimeri.

Compilado por Edward Koehn e Sally Koehn. Belém, SIL.

Jona Ehtópopyry (Jonas.) (1990.)

Edward Koehn e Sally Koehn, tradutores. Brasília, Livraria Cristã Unida.

Apinayé

Calendário Apinayé. (1991). Josué Dias de Souza e Katãmkoxét Apinayé. Belém, Sil.

Matêw (Mateus.) (1990.) Patricia Ham, tradutora. Brasília, Livraria Cristã Unida.

Guaraní

Histórias dos Nhandéva do Norte do Paraná. (1991.) Vários autores indígenas. Compilado por Robert a Dooley, Sil e Nelson Florentino, monitor mbyá guaraní. Brasília, SIL.

Jamamadí

Yama ai Kanikahi 1 e 2 (Cartilha Jamamadí 1 e 2.) (1990.) Bob Campbell e Barbara Campbell.

Porto Velho, SIL.

Co-edição: FUNAI/SIL.

Yetene 3 (Cartilha Jamamadí 3.) (1990.) Bob Campbell e Barbara Campbell. Porto Velho, sil, Co-edição: FUNAI/SIL.

Kadiwéu

Nibodicetedi anele aneetece Jesus Cristo, Lucas lidiko. (O Evangelho de Lucas na língua Kadiwéu.) (1991.) Glyndwr Griffiths, tradutor. Cuiabá, SIL.

Kayabí

Janeruwareta ga/zega rerekwara Ka'arana Ape Mome' wara Vol 1, 2, 3 (História da Bíblia na Língua Kayabí Vol. 1, 2, 3). (1991.) Rose Dobson, tradutora.

Juá'aga Ka'arana Kwasiar Inuga Janee Jejui gã Kwaawukaaramu Rakue (O Evangelho de João.) (1991.) Rose Dobson, tradutora. Brasília, Livraria Cristã Unida.

Oiampí

Karamoe Remewar (Mitos Waiápi.) (1990). Compilado por Cheryl Jensen. Desenhos de Caubi Aremã e Jakami Waiópi. Belém, SIL.

Tamô kô rekopawer (A história de nossos antepassados). Redação por Mikutu Waiápi. Desenho de Seki Compilado por Allen Jensen e Cheryl Jensen. Belém, Co-edição FUNAI/SIL.

Parecis

Naistudajenere Aquidauana Naliye Tahi (História de Meus Estudos em Aquidauana). (1990.) Isaías Kezomae Xairala. Cuiabá, SIL.

Naistudajenere Hahi (História dos Meus Estudos). (1991.) José Zezokemai Xairala. Cuiabá, SIL.

Paumari

Histórias de Dosohani. (1991.) Dosohani, da tribo paumari. Porto Velho, SIL.

Urubu-Kaapor

Ka'apor ta Ma' ema'eha (Atividades do Povo). (1990.) Tapi'am Caapor e Tukupa Caapor. Belém, SIL.

Yminhar ta Ma' e Panduha Ke (Mitos Urubu-Kaapor Vol. 2). (1990.) Faustino Rossi Caapor. Compilado por James Kakumasu e Kiyoko Kakumasu. Belém, SIL.

Replicação

Anúncio: o Instituto muda de nome!

Prezados leitores:

Há tempo o pessoal do SIL agoniza sobre a tradução do nome da entidade em português. Alguns dizem "Instituto Linguístico Summer" como se o "Summer" fosse uma pessoa; outros indagam se o "Summer" só trabalha durante o tempo veraneio: a final, as palavras "Instituto Linguístico de Verão" quase não têm significado no contexto brasileiro.

Quando tomamos conhecimento de que os nossos colegas do SIL nos países francófonos da África tinham escolhido o nome Société Internationale de linguistique, examinamos a conveniência de usar o equivalente na língua portuguesa, a saber: Sociedade Internacional de Linguística. Soa melhor, não soa? A sigla SIL continua a mesma, tal como o nome em inglês: Summer Institute of linguistics. E o registro da nova terminologia inclui ampla referência ao nome antigo para que ninguém se perca nesta troca de nomes.

Tome nota, por favor: Sociedade Internacional de Linguística.

Cordialmente,

Os Diretores.

NB A mudança de nome implica também mudança de gênero: de "Instituto" para "Sociedade". Neste relatório os leitores encontrarão pela primeira vez "a SIL" em lugar de "o SIL".

ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

outubro de 1990 a setembro de 1991

Presidente

John Michael Taylor

Diretor para Assuntos Tribais

James Wheatley

Comitê Deliberativo

Sheila Tremaine — Presidente

Carl Harrison, Ph.D.

James Wilson

Frances Popovich, Ph.D.

Alan Lea

Glen Bacon

Sede em Brasil

SAE/NO, Lote D, Bloco 3

70.770 Brasília, DF

Centros Regionais:

Belém

Diretor: Robert Kerstetter

SIL Ag. Guanabara, CP. 381

67000 Belém, PA

Cuiabá

Diretor: John Hostetler

SIL Caixa Postal 3006

78091 Coxipó da Ponte, MT

Porto Velho

Diretor: Donald Van Wynen

SIL Caixa Postal 129

78900 Porto Velho, RO

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

Vice-Presidente Executivo

John Bendor-Samuel, Ph.D.

Diretor para Assuntos das Américas

David Farah

Sede Internacional

International Linguistics Center

7500 West Camp Wisdom Road

Dallas, TX 75236

O SR. NEY LOPES (Bloco — RN. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, tenho insistido num tema que me parece da maior importância dentro do contexto da atualidade brasileira: a absoluta vinculação entre reforma fiscal e ajuste econômico do Estado brasileiro. Quando digo vinculação, Sr. Presidente, parto do princípio de que não me parece viável instrumentalizar o Estado, do ponto de vista tributário, sem dar o suporte econômico de incremento da atividade econômica. Isto porque de 1988 para cá a Constituição brasileira estabeleceu certas regras que impedem até o aperfeiçoamento da legislação infraconstitucional. E isso é explicável, porque a Constituição data de antes da queda no Muro de Berlim.

O mundo mudou, alteraram-se formas de convivência entre os povos, e nós não podemos negar a realidade que é vista na China, na Coreia do Norte, no Vietnã do Norte

no Leste Europeu, e até em Cuba, para onde recentemente estão sendo atraídos capitais alemães e espanhóis para investimentos no turismo e na própria atividade canavieira.

Enquanto isso, Sr. Presidente, aqui estamos convivendo com a estruturação do Mercosul; a Argentina e o Uruguai já modernizaram os seus portos, e nós ainda não temos uma legislação ágil nessa área. Estamos convivendo com a realidade comunitária do Mercosul, em que a Venezuela, que tinha uma legislação rígida, do ponto de vista de prospecção de petróleo, já admite o contrato de risco, enquanto no Brasil ele é proibido, não em virtude de lei, não por uma orientação de Governo, mas por uma disposição constitucional.

Enquanto nós vemos, no Chile, investimentos maciços, nacionais e exteriores na área mineral, a Constituição brasileira impede parcerias nesse setor, provocando multidões de desempregados, principalmente entre aquelas profissões ligadas a minas e energia.

Por outro lado, Sr. Presidente, a nossa Constituição igualmente estabelece diferenciação jurídico-legal no que se refere a empresa de capital nacional e empresa de capital estrangeiro, quando, na verdade, o princípio deveria ser de que empresa de capital nacional é aquela que se rege pelas leis brasileiras.

Reforma fiscal, por mais bem intencionada que seja — não posso negar que o Presidente Itamar Franco e seus Ministros já encaminharam ao Congresso Nacional uma proposta que, na verdade, contém o que de melhor poderia ser feito neste momento de transição nacional —, reforma fiscal, para prosperar, tem de ter, naturalmente, uma receita tributária que venha a atender a demanda do Estado para o exercício de suas funções básicas.

Que receita tributária pode ser gerada numa economia emperrada, com multidões de desempregados, que afasta o capital externo, que estabelece discriminações, que mantém monopólios, que não rediscute esses monopólios? Que possibilidade de prosperar terá uma reforma fiscal implantada para dividir a miséria, o desemprego e o sofrimento do povo em um país onde inexistente renda que possa ser dividida para trazer uma elevação do nível de bem-estar social?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que, neste Congresso Nacional, com certeza, na Comissão que irá discutir previamente a proposta de reforma fiscal, os seus membros, o Plenário, todos nós teremos que entender que alguma coisa — se não tudo — pelo menos, deverá ser feita. Li nos jornais de ontem que pelo menos um item da Emenda nº 55, que tramita nesta Casa e da qual sou relator, já está sendo admitido para inclusão na reforma fiscal: é aquele que possibilita à empresa pública, também, requerer falência e concordata, estabelecendo o princípio da isonomia na atividade econômica.

É o primeiro passo. Espero que outros degraus sejam vencidos, no sentido de que a alteração fiscal do Estado brasileiro caminhe paralelamente à mudança econômica, com a alteração de regras constitucionais ligadas à atividade econômica, sem o que não alcançaremos nada. Por melhor que seja a intenção do Governo, ele não conseguirá aquilo que todos desejamos, a elevação dos níveis de bem-estar social e econômico do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

A Srª Eurides Brito — Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PTR para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Luís Moreira) — Tem V. Exª a palavra.

A SRA. EURIDES BRITO (PTR — DF. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, nesta tarde, volto a tratar de um assunto que me trouxe à tribuna algumas vezes: a questão do cartel do cimento.

Na quarta-feira passada, lia, no **Jornal do Brasil**, notícia de que o Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica, do Ministério da Justiça, abria 38 processos por crime contra o consumidor e por práticas restritivas do mercado, como a uniformização de preços, que caracteriza a formação de cartel. Segue uma relação das empresas que seriam processadas, entre outras a Votorantim, o Grupo João Santos, a Cimento Portland Itaú, Itambé, Mauá, Camargo Corrêa e assim por diante.

Na revista **Veja** que circula esta semana, há uma matéria intitulada “O abuso do cimento: o Governo aponta irregularidades nas indústrias cimenteiras e processa o cartel mais poderoso do País”.

Pois bem, Sr. Presidente. Todas essas ações — muito bem desenvolvidas, no Ministério da Justiça, pela Secretaria Nacional do Direito Econômico, através de seu Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica — tiveram início a partir de denúncia que fiz desta tribuna, a qual foi acompanhada de farta documentação denunciadora da existência do cartel do cimento. Naquela ocasião, fiz questão de enfatizar que trabalharia em duas linhas. Uma junto ao Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional do Direito Econômico, onde fui muito bem atendida pelo Dr. Salomão Rotemberg (então Secretário Nacional), que nos encaminhou ao Dr. Marcus Vinicius de Campos, Diretor do Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica, daquele Ministério. Agora eles já mostram o resultado de seu trabalho, instaurando processo contra 38 empresas caracterizadas como cúmplices no cartel do cimento.

Na outra linha, enquanto fazia denúncia ao Ministério da Justiça, aqui recolhia assinaturas dos companheiros, para a instalação de uma CPI sobre o cartel do cimento. Com as assinaturas necessárias, dei entrada em requerimento à Mesa e, para que a instalação da CPI não demorasse anos a fio, dada a relevância da matéria, pedi que ela recebesse o tratamento de resolução da Mesa, como é previsto pelo Regimento Interno. Depois de algum tempo, a Mesa encaminhou o meu pedido à Comissão de Economia, Indústria e Comércio, onde o processo jaz até hoje, já tendo sido distribuído a um Relator, que não o coloca em pauta.

Então quero na tarde de hoje, Sr. Presidente, parabenizar e agradecer aos competentes técnicos do Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica do Ministério da Justiça pelas providências tomadas, e dizer que acompanharei todo o trabalho que desenvolverão em relação ao cartel do cimento.

Em segundo lugar, quero apelar mais uma vez — e neste segundo semestre é a quarta vez que o faço desta tribuna — para que o colega Relator da matéria na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, dê encaminhamento ao processo. E espero que o parecer de S. Exª seja favorável à criação dessa CPI, por se tratar de assunto relevante. Enquanto não encontrarmos uma solução definitiva para o abuso desses cartelistas do cimento que roubam o povo brasileiro, irão por água abaixo todos os programas habitacionais para a população de baixa renda neste País, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Moreira) — Concedo a palavra ao Sr. Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA (PSB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para prestar homenagem a um dos líderes que simbolizam o socialismo democrático no mundo inteiro. Alexander Dubcek, líder da “Primavera de Praga”, fato ocorrido em 1968, faleceu sábado à noite, em um hospital da Capital da Tcheco-Eslováquia, aos setenta anos. Ele estava internado há mais de dois meses para se recuperar de um acidente de automóvel.

Conhecido internacionalmente como o homem que tentou introduzir em seu país um “socialismo com face humana”, Alexander Dubcek ganhou fama mundial em 1968, quando liderou o movimento reformista que ficaria conhecido como a “Primavera de Praga”. Na condição de Primeiro-Secretário do Partido Comunista Tcheco-Eslovaco, Dubcek abriu as fronteiras do país, restabeleceu a liberdade de imprensa e relaxou o controle estatal sobre a economia.

Suas reformas liberais, consideradas contra-revolucionárias, foram interrompidas em 21 de agosto de 1968 pelos tanques do Pacto de Varsóvia que invadiram a Tcheco-Eslováquia.

Dubcek viveu os vinte anos seguintes no anonimato e no ostracismo, trabalhando como guarda-florestal em Bratislava antes de se aposentar em 1982. Em 1989, voltou à cena política nos braços do povo durante a “Revolução de Veludo” e foi então nomeado Presidente do Parlamento Federal. Tornou-se líder do Partido Social Democrático eslovaco e lutou para salvar a Federação do colapso e da divisão, que veio a ser aprovada nas eleições parlamentares de junho deste ano, as quais o separatista Movimento por uma Eslováquia Democrática venceu na República Eslovaca.

Alexander Dubcek faleceu; seus ideais de socialismo democrático e humano, todavia, continuarão vivos na imaginação e nos corações dos jovens, dos trabalhadores, dos explorados e dos oprimidos do mundo inteiro.

Em 1968, Sr. Presidente, lembro-me muito bem, jovem de 17 anos, estudante que éramos do Colégio Nóbrega do Recife e diretor do jornal “Mural” do Grêmio Estudantil, expressamos, naquela ocasião, o nosso protesto contra a invasão da Tcheco-Eslováquia e exaltamos Alexander Dubcek como idealizador do verdadeiro socialismo, que ainda hoje professamos.

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho em mãos cópia de ordem bancária, datada de 3 de novembro de 1992 — a execução financeira do Siafi — para o Governo do Estado do Amapá. Cinquenta bilhões, oitocentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros é exatamente o valor repassado pelo Governo Federal para pagamento de funcionários no Estado do Amapá. A responsabilidade pelo pagamento desses funcionários ainda é da União. Então, mensalmente, é repassada essa quantia destinada ao pagamento dos servidores federais à disposição do Governo daquele Estado.

A ordem bancária data do dia 3 de novembro, mas até hoje os funcionários do Amapá não receberam seus salários do mês de outubro. Todos os meses acontece exatamente isto, há uma defasagem de 10, 12 dias, e houve meses em que quase 15 dias se passaram desde o repasse do Tesouro

Nacional e crédito na conta do Governo do Estado até o pagamento dos funcionários. O Governo do Amapá fica aproximadamente 15 dias com o dinheiro no banco, e sabe-se lá a que custo, a que transação, a que acordo. E quando os funcionários vão receber, o dinheiro já está defasado e, no mínimo, com 15 dias de inflação. Como a correção é diária, na verdade, os funcionários também estão tendo uma perda mensal de 15 a 20%.

Então, estou solicitando ao Departamento do Tesouro Nacional e ao Governador do Estado do Amapá, Comandante Aníbal Barcellos, que expliquem essa situação, pois os funcionários públicos do Amapá não podem conviver com essa imoralidade. O Governo Federal repassa a verba no dia 3 de outubro, e até hoje pela manhã, dia 9, não se tem notícia de quando sairá. Certamente esse dinheiro está engordando as contas do Governador e sua gangue. Isso é apropriação indébita, e devemos punir os responsáveis por esse crime que está sendo cometido pelo Governador do Amapá e seus comandados contra os servidores públicos federais do Amapá!

Fica, portanto, esta denúncia, e espero que o Tesouro Nacional e o Governador do Amapá saibam explicar devidamente o ocorrido.

A SRA. ETEVALDA GRASSI DE MENEZES (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, no exercício do mandato no Congresso Nacional, outorgado pelo eleitor da minha terra, estou em permanente confronto com os obstáculos e desafios ao nosso desenvolvimento.

Nessa luta me defrontei com a grande dificuldade que um estado pequeno encontra no cenário geopolítico nacional. Estudando a história capixaba, constatei dura realidade: o Espírito Santo, na função tempo, tem sido marginalizado e esquecido, desde a época colonial.

Naquele pedaço inicial de nossa história, a corte portuguesa inibiu o crescimento e a interiorização da Capitania, como medida de segurança ao ciclo do ouro nas Minas Gerais. Em meados do século XX, o Brasil dá os primeiros passos em direção à industrialização efetiva. Era o tempo de JK. Aquela onda de progresso passou ao largo do nosso Estado. Assistimos, aplaudimos, e nada ficou.

No surto de crescimento econômico dos anos 70, a excepcional posição geográfica e algumas outras características favoráveis nos trouxeram os chamados grandes projetos, centrados no minério de ferro e na celulose, projetos que tiveram efeitos multiplicadores.

Aí, realmente, o Estado cresceu. Porém, graças a decisões técnico-econômicas e inteiramente à margem da geografia do poder político. Para que se tenha uma idéia dessa fase, basta lembrar que em 12 anos, de 1968 à 1980, a energia elétrica vendida pela Escelsa cresceu de 1.463%, saltando de 169.000 MWH para 2.642.000 MWH/ano.

Nos 11 anos seguintes, de 1980 à 1991, esse crescimento foi somente de 54%, ou seja quase 30 vezes menor, praticamente no mesmo espaço de tempo. Foi a “década perdida”. É o encontro de Brasil com sua cruel realidade de País pobre, como imensas carências sociais e crônica falta de recursos.

O Governo estadual tem sabido atuar em busca de oportunidades de desenvolvimento. Aí está o Corredor de Exportação: Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e Espírito Santo. Nota-se a preocupação com a questão energética, o turismo, a atração de novas indústrias, o apoio ao agricultor.

Como Parlamentar tenho me aproximado de todos esses esforços e colaborado com os pleitos estaduais e municipais.

Inicia-se agora uma nova administração federal. Os grandes Estados ocupam posições de destaque, na formação de bloco parlamentar de apoio ao Presidente Itamar Franco.

O novo Ministro do Planejamento, Paulo Haddad, comentou na imprensa, recentemente, que, no cenário da retomada do crescimento econômico, as indústrias de ponta, tal como química fina, engenharia genética, microeletrônica e outras, tenderão a se implantar na região compreendida entre Belo Horizonte e Porto Alegre, atraídos por ambientes favoráveis à ciência e à tecnologia e onde as Universidades estão solidamente estruturadas.

Trata-se de mais uma ameaça ou uma oportunidade para o Espírito Santo?

A nossa história, a nossa realidade e o nosso futuro apon-tam para uma necessidade de muita luta e muita união entre os capixabas.

Embora tenha sofrido algumas incompreensões e críticas injustas, prosseguirei em Brasília batendo às portas dos órgãos federais, levando nossos pleitos e dando minha contribuição para construir o progresso da minha terra.

Diante do quadro acima exposto, faço um veemente apelo ao Governo Itamar Franco: inclua, Presidente, o Estado do Espírito Santo no elenco de medidas que V. Exª irá tomar visando à retomada do desenvolvimento de nosso querido Brasil.

E assim, Sr. Presidente, desde já, gostaria de fazer mais um apelo ao Presidente da República, no sentido de que se lembre também de incluir no Orçamento da União o Estado do Espírito Santo, que no anterior parecia não pertencer a esta Nação.

O SR. JÚLIO CABRAL (PTR — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, a crise econômica atormenta o povo brasileiro de forma sem precedentes, evoluindo do “ter menos” para o “deixar de ter”.

Um plano de recuperação econômica, se considerado tecnicamente correto — já foi dito à sociedade — é, no entanto, profundamente injusto.

A desigualdade doentia coloca em risco o próprio regime democrático, que deve ter por pressuposto uma infra-estrutura econômica estável.

O liberalismo de arremedo que ensaiamos no Brasil, debilitando o Estado, enfraqueceu a economia e a nada nos está levando.

A falta de recursos e a perda do poder aquisitivo estão levando a população a níveis insuportáveis de descontrole emocional.

A classe média, esteio da democracia, fiel da balança, aquela mesma que, quando desaparece, como na Grécia e em Roma, faz a civilização mudar de rumos, está desesperada com os altos custos dos aluguéis, das mensalidades escolares, dos medicamentos essenciais! Atualmente, tratamento dentário é a sexta opção entre as prioridades de uma família de classe média. A referência é o dólar, num País em que o salário mínimo beira o ridículo.

O crédito pessoal reduziu-se em 95%, segundo pesquisas realizadas pela imprensa.

O consumo não só não cresceu, apesar do crescimento populacional, como despencou. As altas taxas de juros inibem as compras a crédito e o prazo de financiamento reduz-se cada vez mais.

O lazer, indispensável à saúde mental do trabalhador, virou luxo.

As pessoas estão frustradas, desnorteadas, moralmente enfraquecidas!

Pesquisa recente revela dado impressionante: a frase “é muito ruim quando o filho pede algo e não posso dar” foi corroborada por 86% dos entrevistados.

E tudo isso se passa, Sr. Presidente, em nome de uma falsa modernidade, de uma ordem democrática rota, em que os princípios e valores da justiça social não predominam sobre a ordem econômica dita liberal!

A idéia fixa do Governo Collor em atacar a economia no “atacado”, globalmente, desprezando o “varejo”, acabou por impor sacrifícios maiores aos que menos podem suportá-los.

O Governo maquilou a realidade dramática do povo, propalou a falácia de que qualquer intervenção na ordem econômica seria contrária à filosofia liberal dominante no mundo, ignorando, ou buscando enganar a todos, ainda bem que por curto tempo, a realidade outra, do Estado forte, do Estado fiscal, do processo de abertura econômica, como acontece nos Tigres Asiáticos, nos Estados Unidos da América do Norte e na Alemanha.

Fazemos, desta Tribuna, apelo ao Governo Itamar Franco para que empreste validade ao dispositivo constitucional contido no § 4º, do art. 173, a saber:

“Art. 173.

§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento abusivo dos preços.”

O Estado não pode ser mero articulador de interesses privados, como pretende o famigerado Projeto Brasil, elaborado pelo Governo Collor!

O tempo urge, num País de população eminentemente jovem.

O povo passa fome, não estuda decentemente, mora mal, quando mora, e sofre até 1.400% de reajuste no preço de alguns remédios, como para labirintite, por exemplo, doença séria e altamente prejudicial ao exercício da atividade laborativa.

Este o quadro, Sr. Presidente, sintetizado pelas limitações regimentais da Casa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados.

O SR. PEDRO TASSIS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, no momento em que devo dirigir-me ao povo do leste mineiro, confraternizando-me com ele pelos resultados das eleições e parabenizando especialmente os correligionários que tivemos a honra de apoiar para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores de dezenas de Municípios de minha região, venho, com profundo sentimento de tristeza, pedir licença para registrar meu voto de pesar pelo falecimento de um jovem político do leste de Minas, mais precisamente do Vale do Rio Doce, Prefeito eleito do Município de Galiléia, José Antunes de Melo.

Quis o destino, pela vontade de Deus, que a promissora trajetória política de Zé Melo, como carinhosamente sempre foi chamado, fosse interrompido antes mesmo de sua posse, pela morte súbita que frustra as esperanças de uma população, ainda na euforia das comemorações de uma brilhante vitória.

Membro de tradicional família de pioneiros de Governador Valadares e região, Zé Melo morre aos 43 anos de uma vida plena de realizações, quando ocuparia pela segunda vez a Prefeitura de Galiléia, que perde, assim, um dos seus mais entusiasmados filhos, um cidadão prestante, um político batalhador e sensível aos problemas de sua gente, um chefe de família honrado, um líder incontestado.

Perde também o PMDB um correligionário fiel, e perde este Deputado um grande amigo a quem, tendo prestado todo apoio na recente campanha eleitoral, presta agora a homenagem sincera deste registro parlamentar, com as mais sentidas condolências ao povo e às autoridades de Galiléia e muito especialmente à família Melo, na pessoa da Sr^a Marize de Melo, esposa dedicada e companheira de lutas, e de seus filhos, pela prematura e irreparável perda.

Ficam, porém, o exemplo de trabalho e os sonhos de progresso para Galiléia, que sempre marcaram a vida de José Antunes de Melo, o querido Zé Melo, ex-Prefeito, o escolhido futuro Prefeito.

Ficam seus planos de governo aprovados pela população através da grandiosa vitória eleitoral, e fica também a certeza de que os destinos de Galiléia, agora nas mãos do seu companheiro de chapa como Vice-Prefeito, José Barbosa Sobrinho (Zizinho), terão um legítimo e competente condutor, a quem hipotecamos aqui nossa irrestrita solidariedade e apoio.

Em sua memória, amigo Zé Melo, companheiro na incansável batalha pelo asfaltamento da Rodovia BR-259, onde finalizou sua vida terrestre, peço à Mesa que faça constar dos registros desta Casa a nossa grande tristeza pela sua ausência no cenário político de nossa região e o nosso compromisso com os seus projetos em benefício de Galiléia e de sua gente, com os mais sinceros pêsames à sua família e ao povo a quem sempre dedicou o melhor de si.

São estes meus sinceros votos e meus mais profundos sentimentos.

O SR. FELIPE MENDES (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna, com satisfação, para registrar o início do plantio da soja nos cerrados piauienses, no último dia 5, no Município de Uruçuí.

Com a presença do Governador do Estado, Dr. Freitas Neto, de representantes do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil e de outras autoridades, comemorou-se também, simbolicamente, a participação do Banco do Brasil no financiamento do plantio da soja nos cerrados do Piauí, marcando assim o esforço do Secretário da Agricultura, Dr. Antônio Manoel Gayoso Castelo Branco Filho.

Estiveram presentes, além dos produtores de soja, representantes de cooperativas e de indústrias piauienses compradoras da matéria-prima, da Companhia Vale do Rio Doce, que tem interesse na exportação de soja através da ferrovia Carajás e do porto de Itaqui, e também da empresa Campo, que atua como executora do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — PRODECER, coordenado pelo Ministério da Agricultura.

O Governo do Piauí vem dando máxima prioridade à região dos cerrados, para dotá-la da necessária infra-estrutura de estradas e de energia.

Por negligência da administração passada, o Piauí ainda não está participando do Prodecer, ao lado dos Estados do Maranhão e do Tocantins, o que deverá ocorrer no próximo ano.

Para apoiar os produtores do cerrado, o Governo do Estado está pavimentando estradas na região, através do Programa de Desenvolvimento Rodoviário. Se contarmos com o apoio do Governo Federal, poderemos ter o financiamento do Banco Mundial, no próximo ano, para a implantação e pavimentação, entre outras, da rodovia Gilbués-Santa Filomena.

O Estado do Maranhão desenvolve ações semelhantes, prevendo-se a ligação de Alto Parnaíba a Balsas, o que permitirá implantar um corredor de exportação de soja, desde Barreiras, na Bahia, passando pelo Piauí, até o porto de Itaqui.

Da mesma forma, pretende-se implantar a ligação entre o semi-árido piauiense e os cerrados, através da rodovia São Raimundo Nonato-Corrente, abrindo-se espaço para o escoamento da produção, a fim de atender à demanda em todo o Nordeste, principalmente a da indústria de açúcares.

A participação do Piauí no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — PROCEDER, e o financiamento do Banco Mundial para a implantação e pavimentação de rodovias serão os passos definitivos para a emancipação econômica dos cerrados piauienses, uma das metas básicas do Governador Freitas Neto.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, a criação do Ministério do Meio Ambiente, proposta pelo Executivo através de medida provisória encaminhada ao Congresso Nacional, pode ser considerada como uma demonstração cabal de que o Brasil coloca um dos problemas mais atuais da humanidade entre as prioridades da ação governamental.

Simultaneamente, merece urgência o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, que, após concluído, revelará as múltiplas vocações regionais e as aptidões humanas a serem aproveitadas em favor do desenvolvimento auto-sustentado. Também, por oportuna, tem nosso apoio a decisão do Ministro Coutinho Jorge de sugerir a retirada dessa importante tarefa da órbita da Secretaria de Assuntos Estratégicos — SAE por sua evidente distonia com o trabalho a ser realizado. Com efeito, sob a coordenação da Pasta ora criada, o zoneamento econômico-ecológico ficará adstrito aos limites administrativos apropriados à sua boa execução.

O Ministério do Meio Ambiente, sob o comando de um Parlamentar conhecedor dos problemas ecológicos e sociais do País, certamente nos colocará em condições de sustentar permanente diálogo com outros Governos e organizações ambientalistas de países de todo o mundo na busca de soluções para uma das questões que hoje mais afligem a humanidade. A amplitude do tema estava mesmo a reclamar uma ação capaz de oferecer as respostas reclamadas pela comunidade nacional, que, a cada dia que passa, mais se conscientiza dos seus deveres para com a preservação da natureza e da fauna animal, sem que se subtraíam do homem as condições básicas para prover o seu sustento e garantir-lhe meios de ascender na escala social.

Será este, por certo, o maior desafio do novo Ministério. As conclusões da Conferência Internacional do Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, a Rio/92, lhes emprestam justificado sentido e irrecusáveis responsabilidades.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MENDONÇA NETO (PDT — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a "Ide-sejada das gentes", como diria o poeta Manuel Bandeira, ceifou em Alagoas uma das mais profícuas e produtivas vidas

intelectuais. Nesta madrugada, aos 78 anos, que completaria no próximo dia 22, faleceu de um ataque cardíaco o professor e ex-Deputado Medeiros Netto.

Impressionava sua figura mirrada e inquebrantável a circular pelas ruas de Maceió, do alto de sua plena lucidez, a buscar os motivos culturais e históricos mais representativos da Terra dos Marechais. Aprendi a respeitá-lo muito antes de voltar para o Estado em busca das lides políticas. Aprendi a respeitar o Prof. Medeiros Netto quando, no Rio de Janeiro, foi companheiro de bancada de meu pai, o então Deputado Mendonça Júnior.

Corriam os anos 50, e eu, menino ainda, admirava-me com a voz forte e coerente do grande orador que foi. Escolado nos púlpitos, trazia na ponta da língua séculos e séculos de uma cultura que vinha de bem antes da era cristã. Espalhava-se pela Grécia, pelo Egito, por Roma. Não via limites, pois o que mais interessava ao homem Medeiros Netto era o sentimento de unidade cultural que corre por todos os povos.

Nascido na pequena cidade de Traipu, em Alagoas, no ano de 1914, estudou Teologia no Seminário Arquiepiscopal de Maceió, Filosofia e Letras no Seminário Diocesano de Aracaju, concluindo seu ciclo universitário com um estágio de estudos pastorais na Paróquia de Marília, em São Paulo.

Seu trabalho de pastor, de ministro do clero, o levou para a política. E fez política com dignidade e brio. Hoje, quando, num passado tão recente quanto ruim, Alagoas foi ferida na sua dignidade e na sua honra, é bom lembrar que pela política daquele Estado passaram homens como Medeiros Netto. Homens que fizeram da política uma luta contínua pelo bem-estar social dos povos, da moralidade uma bandeira sempre desfraldada e do respeito à coisa pública um bem maior de seu caráter.

Durante 7 legislaturas consecutivas, de 1946 a 1974, por 28 anos seguidos, portanto, esteve nesta Casa parlamentar, emprestando o brilho de sua inteligência para os grandes debates nacionais. Não havia tema do interesse da Nação que o parlamentar alagoano não deixasse de opinar, discutir e procurar os caminhos que levassem à conciliação, à solução, enfim.

Seu currículo político é tão vasto, e em toda sua vastidão sempre esteve a marca do respeito ao povo e ao bem público. Foi Diretor do Departamento de Educação e Cultura e do Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo de Alagoas, entre os anos de 1941 a 1945. Desde então, até 1974, quando, saindo da vida pública, voltou-se para a vida particular, não se tem notícia de qualquer falcetria em que houvesse o envolvimento de Medeiros Netto.

A inquietude do professor não o deixou sossegar. Membro do Instituto Histórico e Cultural de Alagoas, se fez Presidente daquela instituição, à qual dedicou seus últimos anos de vida. Revivou o instituto. Fez dali seu cavalo de batalha, e não há como negar a importância de seu trabalho naquela casa. A preservação de seu patrimônio e a riqueza de seu acervo são a certeza de que Medeiros Netto transformou aquele guardião da cultura alagoana na sua razão de vida. E a razão de uma vida prenhe de grandeza não poderia ter tamanho menor.

Por isso, com imenso pesar, comunico desta tribuna o falecimento do Prof. Luís de Medeiros Netto e, conseqüentemente, a perda de um dos maiores patrimônios da cultura das terras das Alagoas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PASCOAL NOVAES (Bloco — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para trazer a esta Casa uma das mais relevantes. Estou me referindo, Srs. Deputados, ao pior racionamento de energia elétrica dos últimos três anos no Município de Ariquemes, em Rondônia.

O parque gerador das Centrais Elétricas de Rondônia S/A — CERON, em Ariquemes, possui atualmente cinco grupos geradores de 1.000 quilowatts e dois de 2.500, mas jamais atinem essa marca, mesmo quando em perfeitas condições de funcionamento, o que nunca ocorre.

Desses cinco geradores menores, apenas três estão funcionando e com no máximo 60% da capacidade. Os outros dois, Sr. Presidente, encontram-se parados já há algum tempo. Um deles inclusive sem qualquer perspectiva de funcionamento, uma vez que foi praticado o chamado "canibalismo", ou seja, suas peças foram retiradas para reparos e colocadas em outras máquinas.

Para atender à demanda da cidade no horário de pico, Srs. Deputados, seriam necessários 13 mil quilowatts, acrescentando a esse número a demanda reprimida que, segundo informações da própria CERON, está atualmente em torno de 3.500 quilowatts. Então, para atender à necessidade real de Ariquemes seria necessária a geração de 16.000 quilowatts, nos moldes em que se encontra o fornecimento atual, já que a SATHel, subsidiária da CERON, está com sua capacidade máxima de geração.

Estou realmente muito preocupado, Sr. Presidente, com a atual situação, pois tenho recebido inúmeros reclamos de toda população do Município. Estive na semana passada com o Presidente da CERON e com um diretor da SATHel, para, juntos, procurarmos uma solução imediata para esse grave problema, mas não fiquei com muita esperança, pois, de acordo com o diretor daquela companhia, a SATHel está fazendo o possível para gerar 4 mil quilowatts e tem para ser instalada uma nova turbina de capacidade maior. Além desses entraves, ainda existem problemas técnicos que só poderão ser resolvidos até o final do ano.

Não posso conceber, Sr. Presidente, que problemas como esses ainda continuem acontecendo nos dias de hoje em nosso País. Acredito até que sejam de ordem política, pois existe uma incompatibilidade entre o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal, o que é lamentável. Condene integralmente esse tipo de política revanchista, pois a única prejudicada com isso será sempre a população.

Em Ariquemes, Sr. Presidente, inúmeros empresários, comerciantes e outros segmentos da sociedade contribuem para a arrecadação estadual. Recolhem seus impostos regularmente, cumprem seus deveres de contribuinte e não admitem que motivos outros obstruam os deveres do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Moreira) — Passa-se ao

V — GRANDE EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (PT — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, a agenda política do Congresso Nacional não tem conseguido pautar as questões de maior interesse popular. A maioria dos projetos discutidos aqui não buscam resolver os problemas da população.

O povo está passando fome, enquanto tratamos do ajuste fiscal e do voto distrital. Ambas são questões importantes para o País, sem dúvida, mas é preciso dar prioridade a outros problemas mais urgentes e dramáticos.

Políticas sociais não têm tido vez na pauta do Congresso. A reforma agrária continua sendo uma utopia, porque esta Casa se nega a discutir seriamente a questão.

Ao constatar esse enorme distanciamento entre o que ficamos discutindo aqui e aquilo que o povo realmente gostaria de que fosse tratado, manifesto minha preocupação com a tragédia social para a qual caminhamos a passos largos.

O Brasil vai virar um grande "arrastão", se não formos capazes de encontrar soluções políticas para enfrentar o empobrecimento da população.

Feito este preâmbulo, quero tratar de um tema obrigatório na agenda política nacional: as reformas da legislação eleitoral e partidária. A sociedade não tem sido motivada a debater essa questão. Com isso corremos o risco de fazer um debate corporativo, em que são colocados só os interesses dos políticos.

O Brasil precisa passar por uma ampla reforma política, capaz de alavancar um salto na sua organização institucional. Sem adquirir maturidade política, o País continuará afundado na crise econômica e imobilizado por impasses institucionais cíclicos.

As reformas necessárias incluem a revisão completa da legislação eleitoral, a nova lei de organização e funcionamento dos partidos políticos e as mudanças que serão exigidas a partir do resultado do plebiscito sobre a forma e o regime de governo.

Essas reformas devem ser pensadas a partir de um marco democrático. O objetivo deve ser o de alcançar um sistema político que combine a eficácia na tomada de decisões com o máximo de transparência e participação democrática.

Com a permanência do presidencialismo ou com a implantação do parlamentarismo, essas reformas guardam a mesma urgência.

Acima das preferências pessoais por este ou por aquele sistema de governo, o nosso compromisso deve ser com mudanças que tornem o sistema político mais permeável à participação popular.

Há um visível esgotamento do atual regime de governo, agravado pelo fracasso de sucessivas administrações e pelo descolamento entre o sistema político e a sociedade civil. O reordenamento do quadro institucional é a única via para ampliar e aperfeiçoar os mecanismos da democracia representativa.

Essas reformas devem ser estruturais e não apenas cosméticas.

Os sistemas eleitorais condicionam o quadro partidário, influenciando fortemente o número de partidos. Experiências de vários países demonstram que as formas de representação proporcional favorecem o multipartidarismo e, inversamente, tendem a inibir o bipartidarismo. Já o sistema distrital favorece o bipartidarismo, na medida em que cria restrições ao multipartidarismo.

Nessa constatação não há nenhum juízo de valor. Entretanto, cabe indagar qual o modelo partidário mais democrático: o regime de partido único, o bipartidarismo ou o multipartidarismo? No caso brasileiro, em que a sociedade é marcada por antagonismos, não há dúvida de que os interesses legítimos das diferentes classes sociais só podem expressar-se num quadro de ampla liberdade partidária.

O bipartidarismo imposto pela ditadura castrou a representação de importantes segmentos sociais. Agora, mais uma vez se preconiza uma legislação restritiva à criação de partidos. Esse retrocesso não pode ser tolerado.

No sistema distrital de maioria simples com um só eleito por distrito, os eleitores são induzidos a escolher um dos dois candidatos mais fortes, o que tende a promover uma conformação das forças políticas dentro do sistema bipartidário. Não há qualquer exemplo de democracia representativa em que o voto distrital conviva com um quadro multipartidário.

Defensores do parlamentarismo ligados à elite conseguiram impor a falsa premissa de que para a implantação desse sistema de governo é imprescindível a adoção do voto distrital. Hoje há uma interpretação corrente na opinião pública de que parlamentarismo e voto distrital são partes do mesmo sistema.

nada mais falso!

Se buscarmos as experiências de outros países, vamos verificar que o voto distrital é adotado por raríssimos sistemas parlamentaristas. As exceções ficam por conta da Inglaterra, que adota o sistema distrital puro, e da Alemanha, com um sistema misto que alguns desejam copiar no Brasil.

Diante do esgotamento do atual regime, as elites econômicas e políticas já orquestraram a implantação do voto distrital no País, a pretexto de aproximar os representantes de seus eleitores. Alegam que com isso haveria um controle maior sobre a ação dos políticos.

O problema fundamental não está na representação proporcional, como querem fazer crer os defensores do sistema distrital. O problema está precisamente nas deformações do sistema de representação proporcional em vigor no País.

Temos um Poder Legislativo que segue o modelo clássico do bicameralismo. No nosso sistema, o Senado tem o mesmo poder da Câmara e se baseia na representação igualitária dos Estados. O Senado é o fiador do federalismo, formando a assembléia dos Estados. São Paulo, com mais de 19 milhões de eleitores e representando quase a metade do PIB do País, tem o mesmo número de Senadores do estado de Roraima, com seus 100 mil eleitores.

Repito mais uma vez: a igualdade dos Estados e das regiões está contemplada no Senado. Mesmo assim, a representação na Câmara dos Deputados não é proporcional à população ou ao número de eleitores de cada Unidade da Federação. Vigora, portanto, uma tremenda desproporcionalidade, que gera profundas distorções no sistema político.

Essa constatação que fazemos tem sido enfatizada por inúmeros Parlamentares, mas nunca é demais repeti-la. Um Deputado por São Paulo representa 330 mil eleitores, enquanto um Deputado de Roraima representa 12.715 eleitores.

Seguindo na contramão da história, hoje as elites defendem a substituição da representação proporcional pela distrital, sem que jamais se tenha respeitado no País o sistema proporcional.

No Brasil, como vimos, as eleições supostamente proporcionais são marcadas por enormes desproporcionalidades. Nosso sistema de representação proporcional é provavelmente o mais desproporcional do mundo.

Essas distorções do sistema proporcional não se deram por geração espontânea. Elas foram produto de uma série de casuísmos gerados na estufa da ditadura. Foi a "engenharia política" maquiavélica dos próceres da ditadura que inventou a representação desproporcional, super-representando os Estados menos populosos das regiões mais pobres, onde o par-

tido do regime colhia seus melhores resultados eleitorais, e sub-representando os Estados mais populosos, especialmente São Paulo, onde as bases de sustentação do regime já estavam erudidas.

Esse casuísmo permitiu ao regime manter uma maioria artificial na Câmara. Infelizmente, a Constituição de 1988 preservou essa herança perversa do regime autoritário. As distorções foram mantidas.

Esse verdadeiro achincalhe à cidadania faz germinar o elemento desagregador do federalismo, fomentando ideais separatistas. Se, por um lado, o movimento separatista, que começa ganhar fôlego no Sul e Sudeste, tem conotações fascistas e racistas que merecem repúdio, por outro lado chama a atenção para injustiças que precisam ser corrigidas.

A Constituição estabelece como um dos objetivos fundamentais da Federação a redução das desigualdades sociais e regionais. O PT no seu programa, vai mais além, defendendo a erradicação dessas desigualdades.

No entanto, seria um equívoco perigoso defender o atual sistema de representação política que privilegia regiões desprivilegiadas do ponto de vista econômico e social, como mecanismo para superar essas desigualdades.

As elites econômicas estão mancomunadas e se beneficiam do atual sistema. O Centro-Sul desenvolvido não mantém apenas relações econômicas colonialistas com o Norte e o Nordeste. Os interesses das oligarquias dessas regiões menos desenvolvidas se conjugam, no plano político, com os interesses do capital financeiro e industrial das elites do Centro-Sul.

Sr. Presidente, retomo o tema das reformas políticas.

Defendemos a adoção de um sistema eleitoral que preserve a representação proporcional, mas que adote o modelo de listas partidárias na apresentação dos candidatos aos eleitores. Não desejamos uma lista partidária fechada e cuja ordem não possa ser alterada pelos eleitores.

Defendemos um modelo semelhante ao italiano, que comporta o voto preferencial, permitindo ao eleitor votar em um partido, mas, ao mesmo tempo, optar preferencialmente por um candidato desse partido. Dessa forma, a votação preferencial determina a ordem dos candidatos, o que confere maior peso à votação popular.

O Sr. Israel Pinheiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Israel Pinheiro — Deputado Pedro Tonelli, V. Exª faz um discurso da maior importância, quando trata da reforma do sistema eleitoral. Infelizmente, não pude ouvir todo o pronunciamento de V. Exª, mas ouvi a parte em que se refere à mudança do sistema eleitoral, favorecendo o sistema proporcional. Acho que o nobre Deputado está certo. Entretanto, quando caminha para o modelo italiano, gostaria de dizer-lhe que este não é um dos melhores. No modelo italiano — e V. Exª o definiu bem — o eleitor pode fazer uma opção na lista, isto é, tirar um Deputado que está em uma posição e colocá-lo em posição superior. Este é o processo brasileiro. O único país que imita o Brasil é a Itália, ou o Brasil é o único País que imita a Itália. V. Exª acompanhou agora a formação do gabinete parlamentarista da Itália. São mais de 40 os partidos italianos, e, como não se alcançou maioria concreta e hegemônica, houve necessidade de grandes negociações. O sistema italiano permite a formação de muitos partidos. Gostaria, portanto, de pedir a V. Exª que examine a possibilidade de — mantendo-se o voto proporcional, que,

aliás defendo — caminhamos para o sistema alemão, que é proporcional, mas a metade da representação é eleita por distritos. O eleitor nomina a metade do número de candidatos; a outra metade é escolhida com base em listas fechadas, o que contraria a vontade de V. Exª. Mas justifico, nobre Deputado: as listas são fechadas, o que significa que o eleitor não pode pinçar nome de nenhum Deputado em detrimento dos outros do mesmo partido. Do contrário, isso levaria ao que acontece no Brasil de 40 anos para cá: à luta fratricida entre companheiros do mesmo partido. Temos que adotar um sistema proporcional, sim, as de lista fechada, como na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Paraguai, onde o eleitor vota na lista — não vota em nomes — vota no partido. Isso leva, automaticamente, à fidelidade partidária, que é o grande anseio brasileiro. Sou contra o sistema argentino, porque lá se adota o sistema de lista fechada proporcional, tirando as vantagens do sistema distrital. Quais são as vantagens do sistema distrital em relação ao proporcional adotado na Argentina? Na Argentina, no Paraguai, em países do Cone Sul, o eleitor não conhece o deputado, que é subordinado ao partido. O partido é que é conhecido; o deputado, não. Acho que isso não é bom. Desculpe-me por ter interrompido o brilhante discurso de V. Exª, mas apelo para que examine a possibilidade de estudar o sistema alemão, de meio a meio. No caso brasileiro quem iria entrar nas listas? Os nomes tradicionais, de prestígio dentro do partido e da política nacional ou estadual? Ouço alguns Deputados dizerem que as listas seriam organizadas pela cúpula partidária. Isso não pode acontecer, eminente Deputado, porque, se houver a ditadura da cúpula, o eleitor responderá não votando na lista, já que não será obrigado a isso. A lista tem que ser muito bem-feita, bem divulgada, com peso político. O peso da lista é diretamente proporcional ao número de votos que ela receberá nas urnas. Caso contrário, será admitir que a democracia não lista ruim terá muitos votos, o que não pode acontecer. A segunda vantagem complementar é que a metade seria eleita por distrito. Os deputados novos na Câmara dos Comuns da Inglaterra sentam-se no alto e, conforme o número de legislaturas, vão descendo, atingindo as bancadas mais baixas do plenário, significando que podem ser candidatos a primeiro-ministro por terem vida partidária, passado político e condições de ser escolhidos ministros do gabinete do partido. É a mesma coisa no distrito e na lista. Os candidatos do distrito são os novos, o que integram a juventude e que têm vontade de entrar na política. Em nosso País, foram bons prefeitos, bons vereadores, vão entrar ali no distrito, participar da vida cotidiana, e, ao longo dos anos, se reeleitos, o partido terá interesse também em incluí-los na lista. Na condição de deputados distritais, já fizeram nome e imagem na Casa. Este é o apelo que lhe faço, tendo a certeza de que V. Exª, como todos nós, tem a grande preocupação de transformar o sistema político brasileiro em um sistema sólido, forte, legítimo, autêntico, porque o Brasil só sairá da crise e das dificuldades econômicas em que se encontra no momento em que a representação política for legítima, autêntica e reconhecida pelo povo.

O SR. PEDRO TONELLI — Agradeço ao nobre Deputado Israel Pinheiro, parlamentar batalhador e exemplar nesta Casa, o aparte. A sua divergência em alguns pontos vem enriquecer a discussão, porque neste momento temos de escolher um modelo salutar para nosso País. Evidentemente que tenho discordâncias. V. Exª já manifestou preocupações com relação à fidelidade partidária. Este é um dos pontos para

o qual quero um destaque especial, porque com ele concordo. Vamos defender a tese de que o partido terá poder de determinar a perda do mandato dos parlamentares ou dos eleitos a ele filiados. Concorde em que não pode continuar como está.

Quanto à adoção do voto distrital e à forma do voto em lista, como V. Ex^a defendeu, ainda temos de nos convencer e esta é a Casa do convencimento. Imaginem, Sr. Presidente, Srs. Deputados como seriam as convenções dos partidos políticos no Brasil se adotássemos o sistema de listas fechadas! A julgar pela estrutura partidária hoje existente, teríamos que chamar a tropa de choque para elaborar essas listas.

Defendemos o princípio da liberdade partidária. O eleitor vai ter autonomia para escolher entre os nomes da lista. Evidentemente, a lista será elaborada pelo partido, mas os eleitores a classificarão por ordem de preferência. Esse é, então, um grau maior de liberdade, que se faz necessário respeitar. Nesse sistema eleitoral, o partido tem mecanismos para influenciar a eleição dos candidatos, apresentando uma lista ordenada previamente pela sua convenção. Porém, a escolha, em última instância, será dos eleitores.

Outra inegável vantagem do sistema de representação proporcional com maior controle dos partidos sobre a lista dos candidatos é a diminuição do abuso do poder econômico e da corrupção nas eleições. Esse sistema reduz igualmente o incentivo à compra de votos.

O sistema de lista aberta adotado no Brasil é altamente permissivo, incentivando o individualismo e o comportamento antipartidário dos candidatos. A legislação permite um número excessivo de candidatos aos cargos proporcionais, estimulando a disputa intrapartidária.

Continuo, Sr. Presidente:

O sistema eleitoral brasileiro tem sido o grande responsável pelo fracasso dos esforços de construção de partidos políticos fortes e consolidados no País. Nossa legislação eleitoral cultiva como virtudes a ausência de compromissos partidários, de solidariedade, de disciplina e de coesão das bancadas.

A infidelidade e indisciplina partidárias são toleradas e até estimuladas pela legislação.

Os representantes eleitos podem mudar de partido livremente, sem sofrer qualquer sanção. O uso de partidos de aluguel é uma prática comum em nosso sistema político.

O relacionamento entre os políticos e os partidos é frouxo, pela ausência de mecanismos que vinculem os representantes eleitos a compromissos programáticos mínimos.

Na democracia representativa, os partidos são agentes de representação. Aceito este pressuposto, os mandatos que exercemos pertencem ao povo, em última instância, e aos partidos, enquanto veículos que realizam a intermediação entre o povo e sistema político.

O substitutivo do Deputado João Almeida ao Projeto da Lei Orgânica dos Partidos, que contém muitos pontos com os quais não concordamos, aponta no sentido correto, ao estabelecer uma vinculação estreita entre os representantes e os partidos. A possibilidade de o partido fixar a perda do mandato como sanção para o parlamentar que pretender trocar de filiação partidária me parece salutar.

Não é possível fazer avançar as discussões sobre essas reformas políticas sem ferir interesses estabelecidos, inclusive interesses corporativos dos atuais integrantes desta Casa.

Temos a responsabilidade de promover reformas voltadas para os interesses maiores da sociedade e não para nossos próprios interesses.

Os arranjos eleitorais não são “neutros”, como, de resto, nenhuma lei é neutra. Ao contrário, toda legislação eleitoral tende a discriminar alguns grupos, enquanto favorece outros.

Seria muito exigir altruísmo dos colegas que estão debatendo as reformas na legislação partidária e eleitoral na Comissão Especial criada para este fim. Mas o mínimo que se espera deles, é o elevado espírito democrático e o compromisso com o futuro do País.

A revisão da legislação eleitoral brasileira ocorre com grande atraso. A transição de um regime autoritário para um regime democrático pressupõe uma nova legislação eleitoral. Contudo, a legislação atual ainda mantém o entulho da legislação eleitoral criada pela ditadura.

Essa permanência do anacrônico tem gerado graves tensões no sistema político, desacreditando o sistema representativo.

Não podemos ignorar que na última eleição para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal os votos brancos e nulos chegaram a superar a casa dos 50% dos eleitores em vários Estados.

Esse comportamento dos eleitores não foi gratuito. Ele é sintoma de uma crise muito grave do sistema representativo.

O Brasil tem a tradição de um sistema político elitista e patrimonialista que sempre cerceou a representação popular. O clientelismo sempre andou de mãos dadas com a repressão às organizações populares, impedindo que os interesses das classes subalternas tivessem expressão no sistema político.

Só muito recentemente essa barreira foi rompida, com enormes dificuldades. A ampliação da bancada de representantes autênticos das classes populares no Congresso incomoda as elites. Essas elites desejam um arranjo eleitoral que crie restrições aos partidos que se vinculam às classes populares. O voto distrital tem esse caráter.

Espero que os partidos de esquerda se mobilizem para debater essas questões com a sociedade, defendendo reformas que garantam o aprofundamento do processo democrático.

Era o que gostaríamos de registrar.

Durante o discurso do Sr. Pedro Tonelli, o Sr. Luiz Moreira, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Franca, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O Sr. Israel Pinheiro - Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de liderança, pelo PRS.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Franca) — Pela Liderança do PRS, concedo a palavra ao Deputado Israel Pinheiro.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PRS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Deputados, o eminente Presidente Itamar Franco deu uma entrevista hoje que merece ser analisada. Aliás, diria que não foi bem uma entrevista, foi um comentário. Apontando para a cadeira presidencial, S. Ex^a declarou: “Tudo isso aqui é transitório, é passageiro”.

É a primeira vez, Sr. Presidente, nesses últimos 50 anos de República, que temos o prazer de ouvir um Presidente com esse grau de humildade e de sinceridade. Na verdade, a Presidência é transitória, como transitória é a nossa atuação nesta vida. Quando o Presidente Itamar declara isso de público, demonstra uma vontade muito grande de praticar a democracia. Governar é sempre um ato de profunda humildade.

Por isso, Sr. Presidente, quando S. Ex^a defende uma reforma fiscal, que já é conhecida de todos, merece o nosso

apoio. Mas é preciso reexaminar o Estado brasileiro. Por que se faz necessária a reforma fiscal? Para aumentar o caixa da Nação, o dinheiro disponível para que o Governo possa gerenciar o País. Falta dinheiro não só para manter a máquina estatal, para pagar os funcionários, mas também, e sobretudo, para investimentos. É preciso ter dinheiro para investir em infra-estrutura, para fazer o País crescer e sair da recessão. Não há como contrariar essa norma muito simples de raciocínio. Mas é preciso, Sr. Presidente, analisar o que se está contestando hoje. Para que aumentar a tributação? Para se aplicar bem.

Temos que repensar o Estado brasileiro, repensar o atual Orçamento da República, discutir os investimentos que estão sendo realizados no País. Se, de um lado, o Congresso Nacional vai aumentar impostos — e não há reforma fiscal sem aumento de impostos — de outro, o Congresso Nacional tem a obrigação e o dever moral, cívico e político de reexaminar os investimentos que estão atualmente em vigor.

Sr. Presidente, o Parlamentar — e a experiência me tem ensinado isso — não deve dedicar-se a uma causa só. O Deputado de uma causa só em geral é mau Deputado. Ele tem que ter visão global. Precisamos reexaminar os investimentos que estão sendo feitos no Brasil. É muito difícil citar ou nominar, porque posso incorrer em injustiça. Mas como exemplo, não como acusação ou injustiça — e quero evitar a prática da injustiça — indago: por que o Ministério da Ação Social? Por que o Ministério dos Transportes? Antes havia Ministérios para coordenar determinadas atividades porque muitas localidades do País ficavam isoladas, não havia comunicação, não havia estradas, não havia interligação neste País-Continente. Mas hoje, com a rapidez das informações, com a adoção da informática em todos os setores é dispensável a criação de organismos gigantescos para simples distribuição de verbas aos Municípios e aos Estados. Não há lógica ficar-se discutindo a alocação de recursos para os Municípios e Estados, para, depois, o Ministério pagar despesas, receber Prefeitos, o Prefeito vir a Brasília para assinar ou não assinar convênios, discutir, o Deputado fazer o papel deprimente de procurador das partes, o que leva ao fisiologismo, para mandar minguaos milhares de cruzeiros para os Municípios. Não seria mais lógico e racional que isso fosse automático? Aí não se precisaria de Ministério.

Fiquei sabendo esta semana que o orçamento da LBA é fascinante. Quarenta por cento de sua verba são para custeio, para pagar funcionários e para as despesas de manutenção. Soube que no Rio de Janeiro há dois mil funcionários da LBA. Para quê? para repassar recursos às entidades interessadas? Isso pode ser feito diretamente pelo banco, pelo sistema *on line*. E a fiscalização? Poderia alguém perguntar. Fiscalizar como? Quem fiscaliza é o Tribunal de Contas. Pelo que sei, e a história recente mostra isso, a LBA não foi alvo dessa fiscalização.

Continuaria a falar de outros investimentos, como, por exemplo, a construção do submarino nuclear e do avião AMX. Volto a insistir em que não tem sentido o Brasil construir um submarino nuclear. Não é competência do Estado construir aviões, mas comprá-los.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso fazer uma análise profunda deste País. Onde vamos aplicar os poucos recursos que temos? Em que atividades? Hoje, assisti a uma entrevista do Presidente em exercício da Telebrás e fiquei estarelecido. S. Ex^a declarou na televisão, respondendo à pergunta de um jornalista, que as telecomunicações brasileiras são

muito mais caras do que a média internacional porque temos subsídios cruzados. Eu nunca tinha ouvido essa expressão. E veio a explicação: disse ele que a instalação do aparelho tem um custo baixo, mas sua utilização é caríssima. Isso é um calote oficial anunciado. O Governo anuncia que vende barato o telefone para o povo brasileiro sofrido comprar e, depois, pagar uma conta alta. Esse cidadão diz isso na televisão achando que é uma grande jogada comercial da Telebrás.

Não entendo mais nada, Sr. Presidente. Acho que os juízos de valor mudaram. Não existe mais a vontade de se ajudar o povo, de se promover a eficiência e a rentabilidade.

Essa discussão exige um discurso mais longo para analisarmos os custos das estatais como a Petrobrás. Quanto custa um barril de petróleo? Por que temos que tirar petróleo? Não seria mais barato comprar lá fora? Temos que repensar tudo isso com segurança, com certeza, para aprovarmos a reforma fiscal do eminente Presidente Itamar Franco.

Apesar de todas essas dificuldades, de todos esses questionamentos, vamos ficar a favor da reforma, para que o Brasil realmente inicie uma grande arrancada para seu desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Franca) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendonça Neto. S. Ex^a dispõe de 25 minutos na tribuna.

O SR. MENDONÇA NETO (PDT — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, o governo remete ao Congresso Nacional uma reforma fiscal, a que acabou de se referir o Deputado Israel Pinheiro, e deixa claro, através de seus Ministros, o que é também entendido aqui na Câmara, a necessidade urgente de caixa, ou seja, de dinheiro para pagar as despesas da máquina estatal.

Em primeiro lugar, temos que elogiar a atitude do Presidente da República, que em 40 dias de Governo resolve mandar para o Congresso Nacional, não através de medida provisória, mas através de emenda, uma proposta de ajuste fiscal. Este passo demonstra respeito ao Congresso Nacional e às regras democráticas de convivência política, e quanto a isto não temos nada a dizer.

Mas este pacote que vem para nosso exame, neste instante, é casuístico; contempla, quase que única e exclusivamente, a necessidade de dinheiro do Governo, por se encontrar o Estado depauperado financeiramente pela orgia que foi a loucura Fernando Collor de Mello.

Então, somos todos tributados com o Imposto sobre Transações Financeiras, que ganhou novo nome, e não se toca na estrutura da questão, que é, a nosso ver, a Federação.

Uma reforma fiscal séria tem que levar em conta o fato de que nossa Federação não funciona. Não podemos distribuir sacrifícios a toda a população sem levar em conta que temos dezenas de estamentos sociais no Brasil. Quando se cobra o Imposto sobre Transações Financeiras, por exemplo, de um capitalista, a alíquota de 0,25% representa muito pouco naquele cheque que ele emitiu, mas vai custar um litro de leite do pobre que recebe contracheque.

Ouvi ontem pela televisão o Líder do Governo, Sr. Roberto Freire, que ria o tempo todo numa entrevista — devem vir boas notícias do Governo, porque ele está sempre rindo na televisão — em que dizia que essa reforma é elogiada pelo Sr. Teófilo Azevedo Santos, banqueiro do Rio de Janeiro, figura que a direita sempre cultivou e que a esquerda sempre atacou como representante de idéias prejudiciais ao Brasil. E o líder do Governo, que é marxista, toma como parâmetro

referencial, para auto-elogiar a proposta do Governo, o pensamento dos banqueiros brasileiros. Citou, ainda risonhamente, o fato de estar sentado à mesa outro banqueiro, dono do Bamerindus, que também disse estar muito satisfeito.

Sr. Presidente, reforma fiscal, que vem com o objetivo apenas de atingir o contribuinte, terá que ser examinada com muito rigor por esta Casa e, se necessário, podada em tudo aquilo que não seja de extrema necessidade neste momento.

Darei um exemplo: o Governo passado, com a fome do povo brasileiro, aumentou as reservas do País e alardeou isso às vésperas do **impeachment** como se fosse uma grande vitória. O Sr. José Sarney deixou essas reservas praticamente a zero, e o Governo do Sr. Fernando Collor elevou-as a 20 bilhões de dólares. Pergunto: de quem foram tirados esses 20 bilhões de dólares para constituir as reservas brasileiras nos dois anos de Governo Collor? Foram tirados do padrão de vida já muito baixo do povo brasileiro.

Agora, o governo desconhece as reformas estruturais que devem ser feitas na Federação, desconhece o problema gravíssimo da expansão demográfica, ignora-o completamente, e resolve criar taxas. Elimina poucas e cria outras, sobretudo o Imposto sobre Transações Financeiras, que, naturalmente, atinge a todos, e com um percentual igual. Diferentemente do Imposto de Renda, que é progressivo, para poder atingir mais aqueles que ganham mais, o novo imposto atinge igualmente a todos. Com isso, penaliza evidentemente os que ganham menos.

Portanto, não fora a honradez e a seriedade do Presidente Itamar Franco, diria que a reforma privilegia os capitalizados e os ricos, em detrimentos da Classe média e dos pobres. No meu modo de ver, configura-se danosa essa emenda que o governo envia para o Congresso Nacional. Na verdade, as letras trocadas — como, por exemplo, o IPI, que passa a ter novo nome — não elidem o conflito principal dessa reforma. Ela é meramente monetarista, fixa-se apenas — e a reunião deve ter sido neste sentido — no argumento de que o caixa do Governo está baixo e é necessário elevá-lo. A inteligência do Ministério Itamar Franco só encontrou uma solução, que, aliás, não é novidade: para aumentar o caixa, taxar.

A reforma não discute a dimensão do Estado brasileiro, como diziam há pouco os Deputados Israel Pinheiro e Pedro Tonelli.

O Governo teria a coragem de demitir o excesso de contingente de pessoal do Estado, como tentou o Sr. Fernando Collor, com a disponibilidade? Teria a coragem de enxugar a máquina estatal, por exemplo, demitindo os dois mil funcionários da LBA do Rio de Janeiro, a que se referiu o Deputado Israel Pinheiro Filho? O governo teria a coragem de reconhecer que aumentar o número de Ministérios significa aumentar a despesa do Estado e, por consequência, precisar de mais dinheiro? Qual foi o objetivo do Presidente Itamar Franco ao aumentar o número de Ministérios num Governo de transição que, em tese, pode até encerrar-se daqui a dois meses?

A despesa gerada pelo aumento do número de Ministérios, ou seja, pela estrutura paquidérmica do Estado, de maneira nenhuma vem beneficiar o caixa da União; ao contrário, vem sobrecarregá-lo.

Daí por que ocorre o açodamento em arrecadar dinheiro para resolver problemas que não são necessariamente financeiros, mas, de estrutura do Estado.

Nós do Nordeste, por exemplo, defendemos, há muitos anos, a criação da Sudene, idéia de Celso Furtado. Hoje,

apenas um cabide de emprego de milhares de pessoas, ela convive, docemente constrangida ao lado da favela, que já deve ter **status** de bairro porque existe há mais de vinte anos. Com a regionalização do Orçamento da União — porque o dinheiro nacional é pulverizado nos inúmeros programas que há no Brasil — os recursos não chegam ao seu objetivo, que é o homem. E aí voltamos à questão fundamental a ser discutida neste instante: objetivos nacionais.

Eu sugeri ao Presidente Itamar Franco, pessoalmente, que ocupe cadeia de rádio e televisão para dizer quais são os seus objetivos, as metas da sua equipe, do seu Governo, com relação a este País, porque a reforma financeira tem que servir a um projeto de Governo; mas o Governo, antes de dizer qual é o seu projeto, estende a mão para população, a pedir dinheiro. Para quê? Qual é a finalidade disso? O País tomará que rumo com esse dinheiro? O governo vai privatizar todas as empresas estatais, como fez recentemente? Agindo ao contrário do pensamento do Vice-Presidente Itamar Franco, que era contra a privatização da Usiminas, o agora Presidente Itamar Franco comandou a privatização da Acesita.

É necessário que o congresso Nacional saiba a que propósitos de governo serve esta reforma fiscal, uma reforma de dinheiro. Propósitos de governo nada mais são do que os famosos objetivos nacionais, que eu já cobrava, aqui, do Presidente Fernando Collor, que governava como uma metralhadora giratória ensandecida, sem saber para onde estava apontando. E o Governo Itamar Franco, condenado, num primeiro momento, como nacionalista, desnacionalizando, num segundo momento, uma empresa estatal, vem agora pedir dinheiro ao povo, ouro para o bem do Brasil!

O Sr. Pedro Tonelli — Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. MENDONÇA NETO — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Tonelli — Nobre Deputado Mendonça Neto, V. Exª está de parabéns. Imediatamente após o anúncio oficial do encaminhamento a esta Casa de matéria tão abalada, que à opinião pública brasileira já parece ser o remédio para todos os males, e não é, V. Exª está fazendo excelente análise tanto da postura governamental quanto do mérito do projeto que, nos próximos dias, deveremos esmiuçar. V. Exª se referiu às declarações do Líder do Governo nesta Casa a respeito dos banqueiros, políticos pela imprensa nacional. Concordo com V. Exª Sua análise é bastante feliz ao localizar a problemática, nobre Deputado, apontando exatamente dois pontos essenciais que precisam ser corrigidos para termos um ajuste fiscal decente. Como V. Exª afirmou há pouco, esse ajuste fiscal é apenas uma forma simpática de taxar quem já está pagando demais. É verdade. É isso o que vai ocorrer, porque os setores que vivem da especulação ficarão de fora. Estes, sim, é que deveriam ser tributados. No entanto, vimos, na semana passada, a imprensa nacional divulgar — e não é preciso quebrar o sigilo bancário para descobrir esse fato, que é público e notório — que os agentes financeiros, os bancos, lucraram 55% líquidos. Conseguiram lucros de 55% em um momento de crise, em que o salário do trabalhador não é corrigido, o empresário não consegue ganhar dinheiro, os setores produtivos estão sendo prejudicados. Ora, para mim, são desses banqueiros que se tem de cobrar imposto. Quem está ganhando demais tem de pagar mais. Mas, no ajuste fiscal, pelo que descobri até agora, a menos que não esteja sabendo de tudo, esses agentes financeiros estão saindo ilesos. O outro setor beneficiado é a própria administração

pública. É preciso o Governo Itamar Franco adote medidas rígidas contra a sonegação, porque já se estipula que nessa área os números girem em torno de um terço do nosso Orçamento. Se houvesse competência na arrecadação, evitando-se ao máximo a sonegação, evidentemente teríamos um Orçamento um terço maior do que o que temos. Quem se nega a pagar imposto? São sempre os mesmos, exatamente os grandes setores capitalistas, que têm grande influência e poder e que, ao longo da história, já se acostumaram a sonegar. Eles já sabem o jeito. Fazem até **lobbies** em empresas, assim como se articulam para sonegar impostos que se destinam a beneficiar a sociedade como um todo. É evidente a falta de combate à sonegação nesse ajuste fiscal proposto, que não traz qualquer medida concreta e transparente para combater frontalmente essa prática. Nada. Assim, continuará valendo a lei de "quem pode mais chora menos". Quem é fraco, ou seja, a classe média, o trabalhador assalariado, pagará impostos como sempre pagou, e terá que pagar mais, de agora em diante. Mas contra aqueles que sempre tiveram poder e força para sonegar, para não pagar impostos, para fraudar a arrecadação com uma série de mecanismos, até agora não houve uma medida inteligente. Por isso, nobre Deputado Mendonça Neto, V. Ex^a está de parabéns, porque abre aqui a discussão de uma matéria de grande interesse. Tenho certeza de que esta Casa fará, e tem de fazer os reparos necessários para que o País funcione bem, para que o Governo Itamar dê certo e para que a sociedade tenha os seus direitos respeitados.

O SR. MENDONÇA NETO — Agradeço o aparte a V. Ex^a nobre Deputado Pedro Tonelli.

A sonegação ganhou, no Brasil, **status** de instrumento de preservação da economia nacional. A sonegação é tratada da seguinte forma: "com a carga tributária incidente sobre as empresas nacionais", — é o que dizem os empresários, quando vão negociar com o Governo, sobretudo com os bancos oficiais — "se pagarmos como realmente a lei determina, vamos falir, vamos pedir concordata". O Governo recorre, então, a mecanismos como subsídios, rolagem de dívidas e toda uma parafernália de instrumentos jurídicos legais, para que aquele empresário sonegue. O Governo, enfim, protege a sonegação.

Ontem, ouvi o Deputado Roberto Freire dizer na televisão que é necessário que os brasileiros da economia informal saiam da clandestinidade e venham pagar impostos. Ora, brasileiros da economia informal são os camelôs! O Sr. Roberto Freire quer que o Governo brasileiro faça caixa pegando os camelôs pela orelha e sentando no colo dos banqueiros. Ele quer que a sonegação se extinga nas calçadas, mas que permaneça no mercado financeiro de São Paulo. Essa é uma medida elitista que contraria até a história do próprio Deputado, que fez carreira dizendo-se socialista.

V. Ex^a tocou no ponto crítico. Medida contra a sonegação poderia ser tomada por qualquer governo, com qualquer Código Tributário, sem nenhum ajuste fiscal; bastaria a cobrança dos débitos, inclusive os do Estado. Os Estados, não pagam à União; a União não paga aos Estados; caloteiam-se entre si, os empresários privados, que têm trânsito no Governo Federal e nos governos estaduais, sonegam todos os impostos, e até contrabandeiam produtos para não pagar ICMS! O Presidente do Banco do Brasil declara, repetindo o Presidente da República, que não pode baixar os juros para o pequeno e médio empresários, para aqueles que fazem a riqueza nacio-

nal, porque os acionistas não concordam com os juros subsidiados. Pergunto aqui: A quem pertence o Banco do Brasil?

Ao acionista majoritário — o Estado — ou aos acionistas minoritários, que querem especular com papéis nas bolsas de valores? A que fim se destinou a criação do Banco do Brasil senão fomentar o desenvolvimento da agricultura e da indústria neste País? O Governo é banqueiro, ou o Governo deve bancar o desenvolvimento da Nação?

Portanto, o Sr. Alcy Calliari, um bancário, um homem sério — conheço-o há muito anos — ao dizer que o Banco do Brasil tem de ser competitivo como o Itaú como o Bradesco, transforma uma instituição criada para alavancar o progresso da Nação nessa monstruosidade a que se referiu o Deputado Pedro Tonelli, nessa coisa que só tem uma filosofia, uma ideologia, um Deus, que é o balanço. E esse balanço, no correr da história do Brasil, na ditadura ou no governo democrático, foi sempre generosamente positivo para os banqueiros, que sempre lucraram nos momentos mais dramáticos da Nação; foram nesses momentos que eles mais arrecadaram, como agora, com lucro real de 55% nos seus ativos. E onde está o Governo nacional? Em nome de que objetivos nacionais não interfere nessa ciranda financeira, em que só os bancos ganham?

Vou citar um exemplo primário, para entendimento de todos: um cheque de uma praça, depositado em outra, demora, às vezes, 15 dias para obter uma simples compensação. No entanto, no dia seguinte ao seu depósito, ele já não consta da conta de quem o depositou; fica no limbo durante 15 dias. Esse limbo chama-se apropriação indébita do banco, que lançou mão do dinheiro de dois cidadãos ludibriados pela rede bancária do Estado com o aval da União.

A reforma fiscal tangencia essas coisas e apenas diz que, a partir de agora, quem emitir um cheque, quem retirar dinheiro do banco, vai pagar uma alíquota de 0,25%. Seria uma quantia mínima se, antes disso, tivéssemos resolvido os grandes problemas do País entre os quais o da sonegação.

Transitou há pouco pelo plenário, quando conversávamos, o ex-Ministro Reinhold Stephanes, que, numa de suas entrevistas no seu curto período ministerial, decretou guerra à sonegação. Lamentavelmente, S. Ex^a não está aqui para explicar o fim dessa guerra, porque, na verdade, a sonegação continua. O novo Governo assume e também não explica como pretende combatê-la.

Presidente Itamar Franco vai à televisão nos próximos dias pedir que aproveemos o projeto de ajuste fiscal. É necessário que o Sr. Presidente diga a que se destina esse dinheiro, o que pretende o Governo, mais uma vez, exigindo do povo mais sacrifícios, quais são os objetivos desse impacto fiscal a que querem submeter o País, para que a população possa pagar sabendo que está contribuindo para uma justa causa.

Assim, Sr. Presidente, recebo o projeto de ajuste fiscal do Governo Itamar Franco decepcionado; esperava mais.

Diz o Deputado Israel Pinheiro que é transitório. Descobriu-se a pólvora, porque quem exerce um mandato parlamentar tem a transitividade nas mãos, o que não significa defender idéias más ruins, que só olham um lado da moeda.

Vamos usar o exemplo de uma quitanda. Se não há dinheiro para pagar o aluguel, aumenta-se o preço da banana e da laranja. Se o filho do dono da quitanda comprou um carro ou uma moto e gastou o dinheiro que havia no caixa, quem paga é o consumidor.

O dinheiro do caixa nacional foi roubado. Os Paulos Césares da vida lançaram mão do dinheiro; não apenas eles,

mas os Antônio Ermírios, os empresários que compraram serviços do Sr. Paulo César ganharam dinheiro sem a prestação do devido serviço à União.

E onde está o Governo para policiar esses gastos e recambiá-los ao Tesouro Nacional? Quais as medidas que o Governo está tomando para repatriar aos cofres públicos o dinheiro perdido através da corrupção mais desleuada em dois anos do Governo Collor.

Não se trata apenas de punir o Sr. Collor de Mello, de cassar o seu mandato. Não nos podemos servir de um maniqueísmo pouco inteligente, pensando que, saindo Collor, tudo está perfeito. Ao contrário, temos a Federação para decidir. Temos Estados e Municípios que vivem sob uma legislação anacrônica e corrupta.

Falou-se aqui em Tribunais de Contas. Que Tribunal de Contas fiscalizou a receita ou a despesa de um Estado?

Qual o prefeito que malversa as verbas, que as recebe — e quase todos se enriquecem com o dinheiro destinado às prefeituras — que é punido por um Tribunal de Contas, a não ser por retaliação político-partidária?

Sr. Presidente, espero, por isso, que neste plenário, flua uma corrente de idéias novas, que possa dar a esse projeto um caráter nacional, com objetivos claro sem favor do contribuinte. Uma nova taxa que será cobrada de todos nem é bem-vinda nem é malvinda. É recebida apenas com descrédito, porque não se sabe a que patrão, a que serviço se destinará no Orçamento da União. Será para pagar as associações pró-carentes dos Canapis da vida? Será para manter no fausto uma minoria burocrática que permanece no Governo depois do Sr. Fernando Collor? A que serviu e a que está servindo a venda das estatais? Não era exatamente para, ao mesmo tempo em que se libertavam as empresas, obter-se lucro para o caixa do Estado?

O último leilão realizado no Brasil foi o da Usiminas. Se eu fosse Presidente da República, eu o suspenderia. Mas o Presidente presidiu o leilão da Acesita. Essa incorrência nada tem de humildade, é altamente condenável. Não se pode permitir a um homem público, na Oposição ou fora do Governo, declinar idéias que irá depois combater quando governante.

Assim, Sr. Presidente, recebo o projeto, de um lado, como uma iniciativa do Governo que quer abrir o debate, mas o faz mal. Lamento que o Líder do Governo se empenhe tanto. Em todos os canais de televisão, hoje, o Líder do Governo está a defender idéias por idéia desse pacote que o Governo enviará terça-feira ao Congresso Nacional.

O Governo tomou a iniciativa. Cabe agora aos Parlamentares refletirem sobre esse pacote, conversando com os órgãos de classe, para saber se o contribuinte deve mais uma vez arcar com os ônus da incompetência estadual. E, antes da discussão dessas emendas, devem-se estabelecer os pré-requisitos, tais como: o combate à sonegação; a redefinição do Estado; os objetivos do Governo Itamar Franco, se serão realizados em seis meses ou em dois anos; a que servirá o dinheiro coletado diariamente, tal como uma máquina de fazer moeda nos bancos, retirada do patrimônio sofrido e suado do pequeno trabalhador brasileiro.

Quais os propósitos? Não me venham falar em SOS Rodovias; não venham brigar com o povo. Como redesenhar a Federação, a fim de que haja diminuição dos bolsos de miséria no Norte e Nordeste e reequilíbrio nacional? Estamos vivendo um colonialismo interno, e as medidas fiscais e tributárias geralmente recaem sobre os mais pobres, os mais fracos, en-

quanto os grandes conglomerados financeiros vivem cercados de favelas ou de arrastões, no Rio de Janeiro, na Avenida Vieira Souto; ou em São Paulo, na Avenida Paulista, com imóveis avaliados em dois, três, quatro milhões de dólares, como se vivêssemos em países de Primeiro Mundo, ao passo que a marginalidade econômica e social da população brasileira cresce cada vez mais, com um sintoma alarmante, o que poderá acarretar amanhã uma convulsão social.

Cabe, então, ao Presidente Itamar Franco, que assumiu o Governo sem nenhum tipo de compromisso com ninguém, nem mesmo com o Senado, que muito contribuiu na composição do Ministério e que vai julgar o processo de **impeachment**, tomar as providências cabíveis. Daqui a dois meses, depois do processo de **impeachment**, os Srs. Senadores talvez não mais poderão exercer os seus cargos no Governo Itamar Franco.

Portanto, a proposta que deixo aos Srs. Deputados é de que não votem os artigos sem antes lê-los em profundidade, para verificar que conseqüências poderão advir à classe trabalhadora, à classe média, aos contribuintes, de maneira geral, se o projeto de reforma fiscal for aprovado por esta Casa. Pelo seu teor, o Sr. Fernando Collor de Mello também o assinaria.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mendonça Neto, o Sr. Roberto Franca, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Giovanni Queiroz, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Giovanni Queiroz) — Vai-se passar ao horário de

VI — COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

O SR. PRESIDENTE (Giovanni Queiroz) — Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos, do PTR. S. Ex^a disporá de dez minutos na tribuna.

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PTR — DF) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, ouvi atentamente o discurso dos companheiros que me antecederam no Grande Expediente. Verifico que a preocupação maior de todos os Parlamentares diz respeito à questão social do nosso País.

O Sr. Presidente da República está encaminhando a esta Casa uma reforma fiscal, a fim de que — conforme alertou o Ministro Gustavo Krause — o País possa ter condições de governabilidade em 1993. Todavia, a recessão é responsável por tudo isso. Os meios de que dispomos hoje, a própria legislação tributária, seriam suficientes para abastecer de recursos os cofres públicos e para atender às necessidades do Governo, se o País estivesse em desenvolvimento econômico, com a produção e o emprego apresentando taxas positivas. Mas, não é o que ocorre. Voltamos a viver sob a égide da especulação financeira, onde o capital — não o produtivo, mas o especulativo — tem visível predominância sobre os demais ativos, conforme acabamos de ouvir nas palavras do Deputado Mendonça Neto.

O próprio Banco do Brasil sente dificuldade de baixar as taxas de juros, ainda que a nossa Carta Magna, aprovada pelo Congresso Nacional, assegure que os juros têm de ser

cobrados a 1% ao mês. Até hoje ninguém entendeu como podem ser aplicados juros tão altos.

É muito grave a crise social que assola o Brasil. Por isso, é motivo de preocupação para todos nós, cidadãos responsáveis. As camadas carentes, as populações de baixíssima renda, ou praticamente sem renda, vivem no submundo, sem valores que lhes permitam conduta decente e moral. Só Deus sabe como estão vivendo e porque estão passando. Até que encontremos solução para o problema, como esse povo vai conseguir sobreviver?

Por este motivo, como representante de Brasília, principalmente, das suas Cidades-Satélites — sou morador de Taguatinga, uma delas —, tenho participado de reuniões de associações comunitárias e de outras agremiações sociais e sentido o avanço da pobreza e da miséria, visível na fisionomia das mães de famílias, diante da falta de alimentação adequada aos seus filhos. Assim que o Presidente Itamar Franco tomou posse — e S. Ex^a também ouviu o apelo dessas comunidades e de associações de moradores que nos pediam providências nesse sentido —, encaminhamos à Presidência da República pedido de retorno imediato do programa de distribuição do leite. É um paliativo, é verdade, mas é necessário, devido à miséria que estamos vendo. Esse programa foi instituído no Governo José Sarney e vinha desempenhando um papel fundamental para essas camadas carentes. No entanto, o Presidente Collor o aboliu, alegando que havia fraudes e conotações político-partidárias na sua distribuição. É mais fácil punir a coletividade carente do que os fraudadores! Assim têm sido, via de regra, as decisões em nosso País.

Ao cuidarmos da moralização da nossa Pátria temos a responsabilidade de evitarmos que, na dúvida não se oprimam e puna mais o nosso povo. O programa tem que retornar, ainda que emergencialmente, porque, se para nós um litro de leite pouco representa, na casa de uma família carente é muita coisa: é a mamadeira, o mingau, um bolo, o alimento de uma criança, principalmente, em seu primeiro ano de vida.

Estamos vendo o povo na miséria, o que nos entristece e nos envergonha. Essa é uma realidade que não podemos desconhecer. Por isso, encaminhamos ao Sr. Presidente da República, no dia 4 deste mês, expediente solicitando estudo sobre a viabilidade do retorno não só do programa do leite, mas, talvez, até de uma mini cesta básica, para reduzir o sofrimento dessa camada de brasileiros que está passando fome.

Hoje, Sr. Presidente, a doença do brasileiro não entra mais pelo seu pé, como nos tempos do "Jeca Tatu". As doenças hoje, entram pela boca. É decorrente da má alimentação, das pobres mães gestantes que, quando mais precisam de alimentação sadia, para que a criança que se desenvolve em seu ventre possa nascer com saúde, está desnutrida, dando a luz às suas crianças nas filas no Inamps e dos hospitais quando chegam a tanto. A maioria das nossas crianças, já nascem carentes, porque lhes faltou alimentação à própria mãe, comprometendo o seu desenvolvimento físico e intelectual normais, como deveria ser o direito de todos.

É inacreditável que, num País agrícola e rico como é o nosso, haja brasileiros que amanhecem o dia sem uma xícara de café para tomar. Portanto, faço apelo nesse sentido de um programa alimentar emergencial para a nossa sofrida população.

Por outro lado, cabe-nos fazer uma observação no tocante ao desemprego: apenas em Brasília há cerca de 120 mil desempregados; são pessoas que estão há quatro, cinco, seis e até

oito meses sem conseguir emprego. Não sei como estão vivendo.

Sr. Presidente, li hoje, nos jornais, que o Senador Ronan Tito está também muito preocupado com essa situação e descobriu um outro lado da questão. Nós descobrimos o lado da carência, do social, da miséria e da fome. S. Ex^a descobriu que os produtores de leite estão em decadência, porque não têm quem compre o seu produto.

Ora, se um programa emergencial como o que ora propomos virá minimizar o sofrimento dos chamados carentes e, por outro lado, incentivar a produção e até gerar empregos, é justo que se implante, pois, infelizmente, é esta a realidade em que vivemos e que nos envergonha. Sabemos pela imprensa que milhares de toneladas de arroz estão apodrecendo nos depósitos da Cibrazem e em outros lugares, enquanto muitos brasileiros passam fome. Algo tem que ser feito e urgente. Por isso, ao usar a tribuna desta Casa, reafirmo o nosso empenho e trabalho em apoio à comunidade organizada, através de suas associações, para que as autoridades maiores da nossa República, o Sr. Presidente e os Srs. Ministros, decidam com justiça e urgência sobre este gravíssimo quando. Se Brasília, a Capital da República, tida como detentora de uma das maiores rendas *per capita* do País, está deparando com tal estado de miséria, faça-se idéia do que se está passando no restante deste vasto Brasil!

Sr. Presidente, diante de tal situação repito ser necessário que retomemos urgentemente o programa de distribuição do leite e, também, o da cesta básica, até que as autoridades encontrem o caminho do desenvolvimento e do progresso, e que o emprego retorne, para que os brasileiros não venham a receber favores, mas possam trabalhar, ter salário digno e, com isso, sustentar com altivez as suas famílias.

Era o que tinha a dizer.

VII — ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Giovanni Queiroz) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Giovanni Queiroz) — Encerro a Sessão, designado para amanhã, terça-feira, dia 10, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

(Das 15 horas às 18 horas e 10 minutos)

TRABALHO DAS COMISSÕES

AVISOS

II - RECURSOS

PROPOSIÇÕES APRECIADAS PELAS COMISSÕES (Art. 132, § 2º do RI — prazo 5 sessões)

Projeto de Lei

Nº 4.153/89 (VICTOR FACCIONI) — Dispõe sobre a extensão dos benefícios do programa de Garantia de Atividade Agropecuária — PROAGRO, às atividades agropecuárias e florestais não vinculadas ao crédito rural.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Nº 1.488/91 (PAULO RAMOS) – Que "proíbe a exportação de madeira".

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Nº 2.124/91 (NILSON GIBSON) – Que "altera a redação do artigo 53 do Decreto-Lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Proposta de Fiscalização e Controle

Nº 40/92 (CÉLIO DE CASTRO) – Solicita a apuração, pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, dos atos de gestão administrativa e relações negociais mantidas entre a Petróleo Brasileira S/A – PETROBRÁS, empresas trading e terceiros.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Projeto de Resolução

Nº 42/91 (JOSÉ FILINTO E OUTROS) – Que "Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades no processo de privatização da VASP".

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Projeto de Decreto Legislativo

Nº 108/91 (AMAURY MÜLLER) – Susta a aplicação da alínea "c" do inciso III do artigo 38 do Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990, e das Resoluções nºs 5, 6 e 7 da Comissão Diretora do programa Nacional de Desestatização.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Nº 113/91 (JAQUES WAGNER) – Susta a aplicação do disposto na alínea "c" do inciso III do artigo 38 do Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990, que regulamenta a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Nº 114/91 (LUIZ PIAUHYLINO) – Susta os efeitos do disposto no artigo 38, inciso III, alínea "c" do Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990, do Poder Executivo, que trata da competência da Comissão Diretora do programa Nacional de Desestatização para a definição das formas de pagamento das alienações das empresas estatais no âmbito desse programa.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Proposições sujeitas a arquivamento, nos termos do artigo 58, § 4º do RI. Prazo para recurso artigo 58, § 2º (5 sessões) de:

Projeto de Lei

Nº 3.133/89 (ANTONIO CARLOS MENDES THAME) – Acrescenta dispositivo ao artigo 2º da Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987, estabelecendo prazo para a Previdência Social efetuar os pagamentos ali especificados.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Projeto de Resolução

Nº 52/91 (CARLOS LUPI) – Suspende a apresentação de projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de decreto legislativo, projeto de resolução, de emenda à Constituição e de Delegação Legislativa por parte dos Deputados.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Proposições sujeitas a arquivamento, nos termos do artigo 133 do RI. Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º (5 sessões) de:

Projeto de Lei

Nº 2.273/91 (RENATO VIANNA) – Cria medidas de proteção, amparo e fomento às atividades econômicas às vítimas das fortes chuvas no Estado de Santa Catarina.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Nº 2.939/92 (RENATO VIANNA E OUTROS 2) – Permite a libertação dos FGTS, PIS e PASEP para os atingidos pelas inundações do Sul do País.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Nº 1.763/91 (SANDRA CAVALCANTI) – Veda a utilização de dormentes de madeira na Construção de ferrovias, e dá outras providências.

Prazo:

Último dia: 10-11-92

Proposições sujeitas a arquivamento, nos termos do artigo 133 do RI. Prazo para recurso artigo 132, § 2º (5 sessões) de:

Projeto de Lei

Nº (SENADO FEDERAL) – Institui a obrigatoriedade de elaboração de demonstração do valor adicionado e dá outras providências.

Prazo: 4º dia: 10-11-92

Último dia: 11-11-92

Nº 2856/92 (JACKSON PEREIRA) – Proíbe distribuição de dividendos e pagamentos de gratificações de balanço a diretores de empresas públicas.

Prazo: 4º dia: 10-11-92

Último dia: 11-11-92

Nº 2.918/92 (VICTOR FACCIONI) – Dá nova redação ao caput do artigo 66 e ao parágrafo 1º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que tratam da compensação de tributos e contribuições.

Prazo: 4º dia: 10-11-92

Último dia: 11-11-92

Nº 3.022/92 (EDUARDO MOREIRA) – Concede isenção de pagamento de taxas e tarifas de serviços públicos aos aposentados e pensionistas que especifica.

Prazo: 4º dia: 10-11-92

Último dia: 11-11-92

Nº 3.091/92 (GERMANO RIGOTTO) – Dá nova redação ao artigo 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a compensação de tributos e contribuições e dá outras providências.

Prazo: 4º dia: 10-11-92

Último dia: 11-11-92

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS INSCRITOS NO GRANDE EXPEDIENTE - NOVEMBRO - 1992

Data	Dia	Hora	Nome
10	3ª-feira	18:10	Paulo Bernardo
		18:35	Cesar Bandeira
11	4ª-feira	18:10	Fatima Pelaes
		18:35	Augusto Carvalho
12	5ª-feira	18:10	Regina Gordilho
		18:35	Ariosto Holanda
13	6ª-feira	10:00	Antonio de Jesus
		10:25	Jurandyr Paixão
		10:50	Antonio Morimoto
		11:15	Wagner do Nascimento
		11:40	
		12:05	
		12:30	
		12:55	
		13:20	
16	2ª-feira	15:00	Nilson Gibson
		15:25	Carlos Lupi
		15:50	
		16:15	Maurici Mariano
		16:40	
		17:05	
		17:30	
		17:55	
		18:20	
17	3ª-feira	18:10	João Rosa
		18:35	Odacir Klein
18	4ª-feira	18:10	José Thomaz Nonô
		18:35	Jório de Barros
19	5ª-feira	18:10	Valter Pereira
		18:35	Luiz Carlos Santos
20	6ª-feira	10:00	Osmânio Pereira
		10:25	Neuto de Conto
		10:50	Clóvis Assis
		11:15	Cyro Garcia
		11:40	
		12:05	
		12:30	
		12:55	
		13:20	
23	2ª-feira	15:00	Marco Penaforte
		15:25	Munhoz da Rocha
		15:50	Décio Knop
		16:15	Nan Souza
		16:40	Elio Dalla-Vecchia
		17:05	Ubaldo Dantas
		17:30	
		17:55	
		18:20	
24	3ª-feira	18:10	Socorro Gomes
		18:35	Roberto Rollemberg
25	4ª-feira	18:10	Roberto Valadão
		18:35	José Mucio Monteiro
26	5ª-feira	18:10	Ivo Mainardi
		18:35	Mauro Borges
27	6ª-feira	10:00	Jones Santos Neves
		10:25	Samir Tannus
		10:50	Ernesto Gradella
		11:15	Osório Adriano

		11:40	Jesus Tajra
		12:05	Hugo Biehl
		12:30	Maria Valadão
		12:55	Hélio Rosas
		13:20	Marino Clinger
30	2ª-feira	15:00	Chico Vigilante
		15:25	Nelson Proença
		15:50	Luiz Girão
		16:15	Alvaro Pereira
		16:40	Atila Lins
		17:05	Adroaldo Streck
		17:30	Oswaldo Melo
		17:55	Haroldo Lima
		18:20	Celso Bernardi

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL AVISO Nº 7/92

Prazo para recebimento de emendas

Local: Sala 214, Bloco das Lideranças — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 9-11-92

Término: 13-11-92

1) Projeto de Lei nº 1.449/91, do Poder Executivo (Mens. nº 393/91, — que “dispõe sobre a incidência do Finso- cial sobre as receitas geradas pela atividade agropecuária”.

Relator: Deputado Wilson Moreira

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Local: Sala 1, Anexo II — Horário: 10h

PAUTA Nº 42/92

(Remanescente)

A) Proposição sujeita à disposições especiais:

1) Proposta de Emenda à Constituição nº 43/91 — do Sr. Aécio Neves — que “dá nova redação a dispositivo da Constituição Federal e estabelece disposições transitórias”.

Relator: Deputado Ibrahim Abi-Ackel

Parecer: 1) pela admissibilidade desta e da PEC nº 85/91;

2) Pela tramitação separada desta em relação à PEC nº 85/91, apensada.

B) Proposições sujeitas à apreciação pelo Plenário da Casa:

Prioridade

2) Projeto de Lei Complementar nº 9-A/91 — do Sr. Geraldo Alchmin Filho — que “dispõe sobre a forma de concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, e determina outras providências”.

Relator: Deputado Renato Vianna

Parecer: Pela inconstitucionalidade e falta de técnica legisla- tiva

3) Projeto de Resolução nº 101/92 — do Sr. Murilo Rezende — que “altera o Regimento Interno instituindo mais uma Comissão Permanente”.

Relator: Deputado Irani Barbosa

Parecer: Pela constitucionalidade, Juridicidade e técnica legisla- tiva

PAUTA Nº 48/92

(Remanescente)

A) Proposições sujeitas à disposições especiais:

1) Proposta de Emenda à Constituição nº 115/92 — do Sr. Átila Lins — que “acrescenta inciso ao art. 35 da Constituição Federal”.

Relator: Deputado Adylson Motta

Parecer: Pela admissibilidade

2) Proposta de Emenda à Constituição nº 118/92 — do Sr. Hélio Bicudo — que “dispõe sobre a organização do sistema penitenciário”.

Relator: Deputado Adylson Motta

Parecer: Pela admissibilidade

Local: Sala 1, Anexo II — Horário: 10h

PAUTA Nº 59/92

**A) Proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Casa
Prioridade**

1) Projeto de Resolução nº 74/91 — do Sr. Florestan Fernandes — que “altera os arts. 151 e 152 do Regimento Interno”.

Relator: Deputado Átila Lins

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

2) Projeto de Resolução nº 103/92 — do Sr. Aloisio Vasconcelos — que “extingue atribuições, prerrogativas regimentais e vantagens administrativa e funcionais das lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar”.

Relator: Deputado Jurandyr Paixão

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo

3) Projeto de Resolução nº 109/92 — do Sr. Jackson Pereira — que “altera o inciso V do art. 191 do Regimento Interno”.

Relator: Deputado Tourinho Dantas

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

4) Projeto de Resolução nº 113/92 — do Sr. Raul Pont — que “acrescenta artigo ao Regimento Interno”.

Relator: Deputado Cleonânio Fonseca

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo

Ordinário

5) Projeto de Resolução nº 53/91 — do Sr. Eliel Rodrigues — que “estende às Salas das Comissões a vedação à prática do hábito de fumar”.

Relator: Deputado Prisco Viana

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo

Vista: O Deputado Jurandyr Paixão, que pedira vista, devolveu a proposição apresentando voto em separado pela constitucionalidade e juridicidade.

6) Projeto de Resolução nº 117/92 — da Sra. Raquel Cândido — que “dispõe sobre o acompanhamento das conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Dércio Knop

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas

B) Proposições sujeitas à apreciação conclusiva das Comissões

Ordinário

7) Projeto de Lei nº 4.499-A/89 — da Sra. Benedita da Silva — que “institui o piso salarial, dispõe sobre a jornada e condições de trabalho dos enfermeiros e determina outras providências”.

Relator: Deputado Sigmaringa Seixas

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e das emendas oferecidas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

8) Projeto de Lei nº 440-A/91 — do Sr. Laíre Rosado — que torna obrigatória a existência de instrumentos de medição nos postos de revenda de gás butano”.

Relator: Deputado Átila Lins

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e do Substitutivo apresentado na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

9) Projeto de Lei nº 1.719-A/91 — do Sr. Carlos Lupi — que “dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem e determina outras providências”.

Relator: Deputado Sigmaringa Seixas

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e das emendas apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Local: Sala 1, Anexo II — Horário: 10h

PAUTA Nº 60/92

A) Proposições sujeitas a tramitação especial

1) Proposta de Emenda e Constituição nº 54/91 — do Sr. Luiz Carlos Hauly — que “suprime o § 1º do art. 12 da Constituição Federal”.

Relator: Deputado Prisco Viana

Parecer: Pela admissibilidade

2) Proposta de Emenda à Constituição nº 101/92 — do Sr. Jones Santos Neves e outros — que “dá nova redação ao art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal”.

(Apensa a Proposta de Emenda à Constituição nº 106/92.)

Relator: Deputado Renildo Calheiros

Parecer: Pela admissibilidade da proposição em exame e da Proposta de Emenda à Constituição nº 106/92, apensada

3) Proposta de Emenda à Constituição nº 117/92 — do Sr. Valdemar Costa — que “suprime inciso II do § 3º do art. 227 da Constituição Federal”.

Relator: Deputado João Rosa

Parecer: Pela admissibilidade

4) Proposta de Emenda à Constituição nº 128/92 — do Sr. Nícias Ribeiro — que “acrescenta parágrafo ao art. 50 da Constituição Federal”.

Relator: Deputado Ricardo Murad

Parecer: Pela admissibilidade

5) Proposta de Emenda à Constituição nº 131/92 — do Sr. Ulysses Guimarães e outros — que “acrescenta ao Título VIII da Constituição Federal o Capítulo IX — Da Habitação Social”.

Relator: Deputado Mendes Ribeiro

Parecer: Pela admissibilidade

Local: Sala 1, Anexo II — Horário: 10h

PAUTA Nº 61/92

**A) Proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Casa
Urgência**

1) Projeto de Lei nº 3.203/92 — do Poder Executivo (Mensagem nº 585/92) — que “cria cargos nos Quadros de Pessoal das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências”.

Relator: Deputado Nilson Gibson

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

Prioridade

2) Projeto de Resolução nº 121/92 — do Sr. Moroni Torgan — que “altera a redação do art. 188, da Resolução nº 17, de 1989 — Regimento Interno da Câmara dos Deputados”.

Relator: Deputado Átila Lins

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

Ordinário

3) Projeto de Decreto Legislativo nº 154/92 — do Sr. Sérgio Cury — que “dispõe sobre a realização de plebiscito sobre o restabelecimento dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara”.

Relator: Deputado Edi Siliprandi

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

4) Projeto de Lei nº 3.102/92 — do Sr. Waldir Guerra — que “altera a redação do art. 388 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal”.

Relator: Deputado Rodrigues Palma

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

B) Proposições sujeitos à apreciação conclusiva das Comissões

Prioridade

5) Projeto de Lei nº 493-A/91 — do Sr. Costa Ferreira — que “Dispõe sobre o sigilo da correspondência e de outros meios de comunicação, regulamentando o inciso XII do Senado Federal”.

(Aposos os Projetos de Lei nº 2.026 e 2.237, de 1991.)

Relator: Deputado Mendes Botelho

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 493/91 e dos PLS nºs 2.026/92 e 2.237/91, apensados. No mérito, pela aprovação, com emendas, do PL nº 2.026/91, e prejudicialidade dos demais.

Ordinário

6) Projeto de Lei nº 722/91 — do Sr. Osvaldo Melo — que “Dá nova redação ao art. 12, *caput*, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil”.

Relator: Deputado Gerson Peres

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

7) Projeto de Lei nº 2.193-A/91 — do Sr. Waldir Pires — que “altera dispositivos da Lei nº 8.041, de 5 de junho de 1990, que dispõe sobre a organização, e funcionamento do Conselho da República”.

Relator: Deputado Roberto Magalhães

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

8) Projeto de Lei nº 3.074/92 — do Sr. César Maia — que “altera disposições gerais do Código de Processo Penal, dispondo sobre o local em que os réus deverão estar sentados durante as audiências e sessões”.

Relator: Deputado José Thomaz Nonô

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

9) Projeto de Lei nº 1.665-A/91 — do Sr. Fábio Raulheitti — que “Dispõe sobre a realização de exames em recém-nascidos para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito e dá outras providências”.

Relator: Deputado Irani Barbosa

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo

10) Projeto de Lei nº 1.725-A/91 — do Sr. Avenir Rosa — que “Dispõe sobre a distribuição de gás canalizado”.

Relator: Deputado Irani Barbosa

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

AVISO Nº 30/92

Prazo para recebimento de Emendas:

Local: Sala 113, Bloco das Lideranças — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 5-11-92

Término: 11-11-92

1) Projeto de Lei nº 1.325/91 — do Sr. Orlando Pacheco — que “Dispõe sobre comercialização de defensivos agrícolas sem registros definitivos nos países de origem”.

Relator: Deputado Sidney de Miguel

2) Projeto de Lei nº 3.160/92 — do Sr. Fábio Feldmann — que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de auditorias ambientais nas instituições cujas atividades causem impacto ambiental”.

Relator: Deputado Luciano Pizzatto

3) Projeto de Lei nº 3.234/92 — do Sr. Antonio de Jesus — que “Torna obrigatória, por parte da União, a pesquisa sobre materiais e tecnologias de construção, no âmbito da política habitacional, e dá outras providências”.

Relatora: Deputada Socorro Gomes

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISO Nº 22/92

Prazo para recebimento de Emendas

Local: Sala 207, Bloco das Lideranças — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 3-11-92

Término: 10-11-92

1) Projeto de Lei nº 5.788/90 — do Senado Federal (PLS nº 181/89, — que “estabelece diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências”. (Aposos os PLS nºs 775/83, 2.191/89, 2.587/89, 2.937/89, 3.045/89, 3.296/89, 3.896/89, 4.004/89, 4.019/89, 4.024/89, 4.285/89, 4.310/89, 6.119/90, 273/91 e 1.882/91)

Relator: Deputado Luís Roberto Ponte

AVISO Nº 23/92

Prazo para recebimento de Emendas

Local: Sala 207, Bloco das Lideranças — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 9-11-92

Término: 16-11-92

1) Projeto de Lei nº 1.175/91 — do Sr. Ronaldo Perim — que “Acrescenta parágrafo ao Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, que cria a Companhia do Vale do Rio Doce.

Relator: Deputado Felipe Neri

2) Projeto de Lei nº 3.021/92 — do Sr. Marcelino Romano Machado — que “Condiciona a concessão ou manutenção de benefícios ou incentivo fiscal ou creditício para as pessoas jurídicas à comprovação do pagamento de todas as obrigações com a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, bem como suas autarquias, fundações ou sociedades de economia mista, e dá outras providências”.

Relator: Deputado João Almeida

3) Projeto de Lei nº 3.033/92 — do Sr. Germano Rigotto — que “Prorroga o benefício fiscal instituído pela Lei nº 8.191, de 11 de junho de 1991, no que concerne a tratores, colheitadeiras e demais máquinas agrícolas”.

Relator: Deputado Victor Faccioni

4) Projeto de Lei nº 3.158/92 — do Poder Executivo (Mensagem nº 527/92) — que “Atribui competência ao Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para a concessão e aplicação do regime aduaneiro especial de **drawback**, na modalidade de restituição de tributos”.

Relator: Deputado Antonio Holanda

5) Projeto de Lei nº 3.193/92 — do Sr. André Benassi — que “Dispõe sobre o protesto de títulos e dá outras providências”.

Relator: Deputado Fetter Júnior

6) Projeto de Lei nº 3.197/92 — do Sr. Victor Faccioni — que “Determina a aplicação da correção monetária sobre cobrança de títulos apontados em cartório, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Felipe Neri

7) Projeto de Lei nº 3.206/92 — do Sr. Diogo Nomura — que “revoga parágrafo único do art. 11 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, referente ao regime de entroposto aduaneiro privativo”.

Relator: Deputado Vittorio Mediolì

8) Projeto de Lei nº 3.243/92 — do Sr. José Fortunati — que “Altera a Lei nº 7.315, de 24 de maio de 1985, que autorizou a desapropriação das companhias que mencionam e dá outras providências”.

Relator: Deputado Felipe Neri

9) Projeto de Lei nº 3.247/92 — do Sr. Ney Lopes — que “Cria a conta de poupança do filho destinada a aquisição da casa própria, define benefícios fiscais, incentivos e dá outras providências”.

Relator: Deputado Fetter Júnior

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

AVISO Nº 10/92

Prazo para recebimento de destaques

Local: Anexo II, Sala 15 — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h30min

Início: 9-11-92

Término: 10-11-92

A Proposição abaixo somente receberá destaques apresentados por Membros da Comissão.

Projeto de Lei nº 963-A/91 — do Sr. Vadão Gomes — que “Dispõe sobre o reconhecimento das Provas de Rodeios e da Profissão Peão de Rodeios”.

Relator: Deputado Paulo Delgado
Parecer: favorável, com emenda

AVISO Nº 11/92

Local: Sala 15, Anexo II — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h30min

Início: 10-11-92

Término: 16-11-92

1) Projeto de Lei nº 2.502/92 — do Sr. Max Rosenmann — que “Dispõe sobre a inclusão de capítulo sobre o vírus da AIDS em livros escolares e apostilas”.

Relator: Deputado Eduardo Mascarenhas

2) Projeto de Lei nº 2.814/92 — da Srª Jandira Feghali — que “institui a meia-entrada para estudantes em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento”.

Relator: Deputado Ubiratan Aguiar

3) Projeto de Lei nº 3.205/92 — do Sr. Max Rosenmann — que “Denomina ‘Jornalista Wilmar Sauner’ Viaduto da Rodovia BR-116”.

Relator: Deputado Flávio Arns

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISO Nº 27/92

Prazo para recebimento de Emendas:

Local: Sala 2-A, Anexo II — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 10-11-92

Término: 16-11-92

— Mérito

1) Projeto de Lei nº 2.393-A/91 — da Srª Marcia Cibilibs Viana — que “Dispõe sobre incentivos à pesquisa agropecuária na área de produção de alimentos básicos”.

Relator: Deputado Paulo Mandarino

2) Projeto de Lei nº 3.235/92 — do Sr. Luís Roberto Ponte — que “Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Aluizio Mercadante

A Proposição abaixo somente receberá emendas apresentadas por Membros desta Comissão ao substitutivo oferecido pelo Relator:

3) Projeto de Lei nº 348/91 — do Sr. Carlos Cardinal — que “Autoriza o parcelamento de débitos das empresas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”.

Relator: Deputado Jackson Pereira

Obs.: As emendas só serão aceitas em formulários próprios à disposição na Secretaria da Comissão.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISO Nº 11/92

Prazo para recebimento de Emendas:

Local: Sala 21, Anexo II — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 5-11-92

Término: 11-11-92

As Proposições abaixo somente receberão emendas apresentadas por Membros desta Comissão ao Substitutivo oferecido pelo Relator

Projeto de Lei nº 3.000/92 — do Sr. Edmar Moreira que “dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de proteção contra a corrosão de combustíveis em postos de revenda”.

Relator: Deputado José Ulisses de Oliveira

Projeto de Lei nº 4.916/90 — do Senado Federal que “dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências”.

Relator: Deputado Sérgio Brito

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AVISO Nº 20/92

Prazo para recebimento de Emendas:

Local: Sala 9, Anexo II — Horário: 9h 30min às 12h e 14h 30min às 18h

Início: 10-11-92

Término: 16-11-92

1) Projeto de Lei nº 2.485/92 — do Poder Executivo (Mens. 785/91) — que “dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome da Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982”.

Relator: Deputado Liberato Caboclo

2) Projeto de Lei nº 3.097/92 — do Sr. Augusto Carvalho — que “dispõe sobre a eleição de diretores de fundos de pensão patrocinados por empresas estatais e sociedades de economia mista”.

Relator: Deputado Renato Johnsson

3) Projeto de Lei nº 3.249/92 — do Senado Federal (PLS 106/91) — que “acrescenta dispositivos ao artigo 8º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”.

Relator: Maurílio Ferreira Lima

OBS.: As emendas só serão recebidas em formulário próprio à disposição na Secretaria da Comissão.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISO Nº 21/92

Prazo para recebimento de destaques:

Local: Sala 11, Anexo II — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 9-11-92

Término: 10-11-92

1) Projeto de Lei nº 4.562-B/89 — do Poder Executivo (Mensagem nº 910/89) — que “transforma as Escolas Agro-técnicas Federais em autarquias e dá outras providências”.

Relator: Deputado Paulo Rocha

2) Projeto de Lei nº 6.081/90 — dos Srs. Nilton Friedrich e Koyu Iha — que “dispõe sobre apresentação de declaração de acumulação pelos servidores públicos e determina outras providências”.

Relator: Deputado José Carlos Sabóia

3) Projeto de Lei nº 537/91 — do Sr. José Carlos Coutinho — que “destina aos empregados de empresas que não registrem acidentes de trabalho, percentual de dedução do Imposto de Renda, na forma que especifica”.

Relator: Deputado José Carlos Sabóia

4) Projeto de Lei nº 676/91 — do Sr. Sólton Borges dos Reis — que “dá nova redação ao § 1º do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho”.

Relator: Deputado Jair Bolsonaro

5) Projeto de Lei nº 3.006/92 — do Sr. Magalhães Teixeira — que “acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da

conta vinculada do FGTS pelo trabalhador que opta pela permanência em atividade após contar 35 anos de serviço”.

Relator: Deputado Hugo Biehl

OBS.: Os destaques só serão aceitos em formulários próprios, à disposição na Secretaria da Comissão.

AVISO Nº 22/92

Prazo para recebimento de destaques:

Local: Sala 11, Anexo II — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 11-11-92

Término: 13-11-92

1) Projeto de Lei nº 4.465/89 — Dr. Sr. Geraldo Alckmin Filho — que “altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 11 de dezembro de 1965, para criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria (cana-de-açúcar, álcool e açúcar)”.

Relator: Deputado Tidei de Lima

2) Projeto de Lei nº 6.084/90 (apenso o de nº 3.009/92) - dos Srs. Koyu Iha e Nilton Friedrich — que “dispõe sobre o valor de pensão devida aos dependentes de servidores públicos e determina outras providências”.

Relator: Deputado José Carlos Sabóia

3) Projeto de Lei nº 5.460/90 — do Sr. Geraldo Alckmin Filho — que “revoga o art. 6º da Lei nº 6.226, de 14 de junho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada para efeito de aposentadoria”.

Relator: Deputado Mauro Sampaio

4) Projeto de Lei nº 6.090/90 — dos Srs. Uldurico Pinto e Nilton Friedrich — que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.030, de 12 de abril de 1990, que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências”.

Relator: Deputado José Carlos Sabóia

5) Projeto de Lei nº 528/91 (apenso o de nº 2.643/92) — do Sr. Gilvan Borges — que “revigora o artigo 123 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o fornecimento gratuito de uniformes pelas empresas”.

Relator: Deputado José Carlos Sabóia

6) Projeto de Lei nº 1.092/91 — do Sr. Henrique Eduardo Alves — que “dispõe sobre a concessão de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências”.

Relator: Deputado Zaire Rezende

7) Projeto de Lei nº 1.149/91 (apenso o de nº 3.070/92) — do Sr. Vadão Gomes — que “cria incentivo à empresa que preste serviço médico e odontológico a seus funcionários e dependentes”.

Relator: Deputado Mauro Sampaio

8) Projeto de Lei nº 1.197/91 — do Sr. Renato Vianna — que “dispõe sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador”.

Relator: Deputado Tidei de Lima

9) Projeto de Lei nº 1.224/91 — do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame — que “estabelece a obrigatoriedade de dispositivo de acionamento bimanual simultâneo em prensas, guilhotinas e máquinas assemblhadas e dá outras providências”.

Relator: Deputado Mauro Sampaio

10) Projeto de Lei nº 1.363/91 — do Sr. Mendes Botelho — que “estende aos ferroviários da Rede Ferroviária Federal S/A e da Companhia de Trens Urbanos os benefícios de que trata a Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários”.

Relator: Deputado Carlos Santana

11) Projeto de Lei nº 1.364/91 — do Sr. José Carlos Coutinho — que “dispõe sobre voluntariado de aposentados e inativos para aproveitamento em trabalho emergencial”.

Relator: Deputado Hugo Biehl

12) Projeto de Lei nº 1.947-A/91 — do Sr. Jackson Pereira — que “assegura ao empregado, nas condições que especifica, a manutenção do contrato de trabalho e de todos os direitos trabalhistas”.

Relator: Deputado Mauro Sampaio

13) Projeto de Lei nº 1.978/91 — do Sr. Edison Fidelis — que “altera os artigos 846, 847 e 848, **caput**, da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados na audiência inaugural das juntas de Conciliação e Julgamento”.

Relator: Deputado Jair Bolsonaro

14) Projeto de Lei nº 2.134/91 — do Sr. Augusto Carvalho — que “dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho”.

Relator: Deputado Mauro Sampaio

15) Projeto de Lei nº 2.178/91 — do Sr. Álvaro Valle — que “interpreta a Lei nº 7.748, de 7 de abril de 1989, que transforma em cargos nos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências”.

Relator: Deputado Ricardo Izar

16) Projeto de Lei nº 2.581/92 — do Sr. José Maria Eymael — que “revoga artigos do Título V da CLT que tratam da organização sindical”.

Relator: Deputado Pedro Pavão

17) Projeto de Lei nº 2.881/92 — do Sr. Jabes Ribeiro — que “inclui parágrafo único ao artigo 400 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para criar incentivo fiscal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Mauro Sampaio

18) Projeto de Lei nº 2.942/92 — do Sr. Luiz Carlos Hauly — que “dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Nilson Gibson

19) Projeto de Lei nº 2.956/92 — do Sr. Avenir Rosa — que “regulamenta a profissão de Analista de Sistemas em Processamento Eletrônico de Dados e dá outras providências”.

Relator: Deputado Edison Fidelis

20) Projeto de Lei nº 3.087/92 — do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame — que “estabelece valor máximo para taxa de inscrição em concursos públicos federais”.

Relator: Deputado Mauro Sampaio

OBS.: Os destaques só serão aceitos em formulários próprios, à disposição na secretaria da Comissão.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A INVESTIGAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES NO PROCESSO
DE PRIVATIZAÇÃO DA VASP

Horário: 9h30min

Local: Sala 17 — Anexo II

Pauta: Reunião Ordinária.

COMISSÕES ESPECIAIS

COMISSÃO ESPECIAL PARA DAR PARECER SOBRE
A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
17 DE 1991. — SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Horário: 4h 30min

Local: Sala 12, Anexo II

Pauta: “Continuação da discussão do roteiro de Trabalho”.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 1991,
QUE “INTRODUZ MODIFICAÇÕES
NA ESTRUTURA POLICIAL”.

AVISO Nº 01/92

Prazo para recebimento de Emendas

Local: Sala 10, Anexo II, Mezanino — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 5-11-92

Término: 18-11-92

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 1991, do Senhor Hélio Bicudo, que “introduz modificações na estrutura policial”.

Relator: Deputado Alacid Nunes

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 1991
(SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)

AVISO Nº 03/92

Prazo para recebimento de Emendas

Local: Anexo II, Sala 10, Mezanino — Horário: 9h às 12h e 14h às 19h

Início: 5-11-92

Término: 11-11-92

1 — Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1991, do Senhor Luiz Carlos Hauly, que “altera dispositivo da Constituição Federal”.

Relator: Deputado Benito Gama

COMISSÃO ESPECIAL PARA DAR PARECER
SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 1991,
QUE “DISPÕE SOBRE O SISTEMA
TRIBUTÁRIO NACIONAL”.

AVISO Nº 01/92

Prazo para recebimento de Emendas

Local: Anexo II, Sala 10, Mezanino — Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

Início: 30-10-92

Término: 13-11-92

1 — Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, do Senhor Flávio Rocha, que “altera dispositivos da Constituição Federal”.

Relator: Deputado Luís Roberto Ponte

(Encerra-se a Sessão às 17 horas e 8 minutos.)

PORTARIA**PORTARIA Nº 024/92**

O Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de acordo com o art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do art. 1º do Ato da Mesa nº 119, de 1989, Resolve:

Credenciar a Senhora MARGOT URSULA KRAUSE TEIXEIRA como representante da União dos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional — Unafisco Nacional.

Câmara dos Deputados, 4 de novembro de 1992. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 025/92

O Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de acordo com o art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do art. 1º do Ato da Mesa nº 119, de 1989, Resolve:

Renovar o credenciamento do Senhor Dr. ALFREDO PERES DA SILVA como Representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga — NTC.

Câmara dos Deputados, 4 de novembro de 1992. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro Secretário.

COMISSÕES**DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS****COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

O Deputado EULER RIBEIRO, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, fez a seguinte

DISTRIBUIÇÃO Nº 23/92**Em 9-11-92**

Ao Deputado LIBERATO CABOCLO:

Projeto de Lei nº 2.485/92 — do Poder Executivo (Mensagem nº 785, de 1991) — que “dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome da Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982”.

Ao Deputado MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

Projeto de Lei nº 3.249/92 do Senado Federal (PLS 106/91) — que “acrescenta dispositivos ao artigo 8º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências”.

Ao Deputado RENATO JOHNSSON:

Projeto de Lei nº 3.097/92 — do Augusto Carvalho — que “dispõe sobre a eleição de diretores de fundos de pensão patrocinados por empresas estatais e sociedades de economia mista”.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 1992. — **Maria Inês de Bessa Lins**, Secretária.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA

A proferir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 1991, que “introduz modificações na Estrutura Policial”.

O Deputado JOÃO FAGUNDES, Presidente da Comissão Especial destinada a Proferir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 1991, que “introduz modificações na Estrutura Policial”, fez a seguinte

DISTRIBUIÇÃO Nº 01/92**DISTRIBUIÇÃO Nº 01/92****Em 6-11-92**

Ao Deputado ALACID NUNES:

Proposta de Emenda à Constituição nº 46/91 — do Sr. Hélio Bicudo — que “introduz modificações na estrutura policial”.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 1992. — **Anamélia Ribeiro Correia de Araújo**, Secretária.

REDISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

O Deputado FRANCISCO DORNELLES, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, fez a seguinte

REDISTRIBUIÇÃO Nº 13/92**Em 6-11-92**

Ao Deputado JOSÉ FALCÃO

— Aviso nº 027-GP/90 — do Tribunal de Contas da União — que “encaminha cópia da decisão do plenário daquele tribunal referente aos Processos TC 007.588/90-9 Sigiloso, TC 701.003/90-1 e TC 020.185/90-1 para conhecimento da Presidência desta Casa”.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 1992. — **Maria Linda Magalhães**, Secretária.

MESA

Presidente: IBSEN PINHEIRO (PMDB)	1º Secretário: INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL)	Suplentes: JAIRO AZI (PDC)
1º Vice-Presidente: GENÉSIO BERNARDINO (PMDB)	2º Secretário: ETEVALDO NOGUEIRA (PFL)	ROBSON TUMA (PL)
2º Vice-Presidente: WALDIR PIRES (PDT)	3º Secretário: CUNHA BUENO (PDS)	LUIZ MOREIRA (PTB)
	4º Secretário: MAX ROSENMANN (PRN)	JOÃO PAULO (PT)

PARTIDOS, BLOCOS E RESPECTIVAS LIDERANÇAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

BLOCO PARLAMENTAR PFL/PRN/PSC Líder LUÍS EDUARDO Vice-Líderes José Carlos Vasconcellos Antônio dos Santos Antônio Holanda Átila Lins César Bandeira Efraim Moraes Eraldo Tinoco Eraldo Trindade Euclydes Mello Jesus Tajra José Múcio Monteiro Maluly Netto Maviel Cavalcanti Messias Góis Ney Lopes Odelmo Leão Paes Landim Roberto Magalhães Romel Anísio Sandra Cavalcanti Tony Gel José Carlos Aleluia Maurício Calixto PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB - Líder GENEBALDO CORREIA Vice-Líderes César Maia Cid Carvalho Fernando Diniz Geddel Vieira Lima Germano Rigotto João Almeida João Henrique José Maranhão José Thomaz Nonô Luiz Carlos Santos Zaire Rezende Maurício Ferreira Lima Manoel Moreira		PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS - Líder JOSÉ LUIZ MAIA Vice-Líderes Gerson Peres Aécio de Borba Marcelino Romano Machado Edevaldo Alves da Silva Hugo Biehl Teresa Jucá Victor Faccioni Fernando Freire Amaral Netto PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT - Líder EDEN PEDROSO Vice-Líderes Aldo Pinto Sérgio Gaudenzi Edson Silva Vital do Rego Wilson Müller Carlos Lupi Paulo Ramos Márcia Cibillis Viana Élio Dalla-Vecchia PARTIDO SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB - Líder JOSÉ SERRA Vice-Líderes Antônio Carlos Mendes Thame Adroaldo Streck Artur da Távola Jabes Ribeiro Jackson Pereira Rubens Bueno Sérgio Machado Jutahy Júnior	
--	--	--	--

PARTIDO DOS TRABALHADORES

- PT -

Líder

EDUARDO JORGE

Vice-Líderes

José Fortunati
Chico Vigilante
Hélio Bicudo
Pedro Tonelli

Sandra Starling
Paulo Bernardo
Paulo Rocha

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

- PTB -

Líder

NELSON MARQUEZELLI

Vice-Líderes

Onaireves Moura
Nelson Trad
Edison Fidélis

João Mendes
Augustinho Freitas
Antônio Morimoto
Roberto Jefferson

PARTIDO DEMOCRÁTICO CRISTÃO

- PDC -

Líder

JONIVAL LUCAS

Vice-Líderes

Paulo Mandarinio
José Maria Eymael

Avenir Rosa
Francisco Coelho

PARTIDO TRABALHISTA

RENOVADOR

- PTR -

Líder

EURIDES BRITO

Vice-Líderes

Salatiel Carvalho

Mário Chermont

PARTIDO LIBERAL

- PL -

Líder

RICARDO IZAR

Vice-Líderes

Jones Santos Neves
Getúlio Neiva

João Teixeira
Diogo Nomura

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

- PSB -

Líder

CÉLIO DE CASTRO

Vice-Líderes

Luiz Piauhyllino
Maria Luiza Fontenele

Roberto Franca

PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA

- PST -

Líder

LUIZ CARLOS HAULY

Vice-Líderes

Nan Souza

Pedro Valadares

**PARTIDO COMUNISTA
DO BRASIL**

- PC DO B -

Líder

ALDO REBELO

Vice-Líder

Jandira Feghali

**PARTIDO DAS REFORMAS
SOCIAIS**

- PRS -

**PARTIDO POPULAR
SOCIALISTA**

- PPS -

PARTIDO VERDE

- PV -

**PARTIDO REPUBLICANO
PROGRESSISTA**

- PRP -

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

- PSD -

Antonio Morimoto	PTB	Rodrigues Palma		PDS	
José Elias			Carlos Virgílio	Pinheiro Landim (PMDB)	
	PDC		José Diogo	Roberto Campos	
Mauro Borges		Roberto Balestra	Marcelino Romano		
	PL			PSDB	
Jarvis Gaidzinski		Wellington Fagundes	Álvaro Pereira		Koyu Iha
	PTR		João Faustino		Paulo Silva
Oswaldo Reis		Reditário Cassol		PT	
	PSB		Irma Passoni		Paulo Bernardo
Sérgio Guerra			Lourival Freitas		Tilden Santiago
	PST			PTB	
Delcino Tavares			José Elias		Matheus Iensen
	PC do B		Luiz Moreira		
Maria Valadão (PDS)			Jonival Lucas	PDC	
	PRS			PL	
Israel Pinheiro			Ribeiro Tavares		Valdemar Costa
				PTR	
Secretário: José Maria de Andrade Córdova			Nobel Moura		Valdenor Guedes
Ramal: 6978/6979/6981				PSB	
Reuniões: 4ªs e 5ªs feiras, 10:00 – Sala 212 (Bloco das Lide- ranças)			Ariosto Holanda		
				PST	
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			Francisco Silva		
Presidente: Dep. Irma Passoni (PT-SP)				PC do B	
1º Vice-Presidente: Dep. Lourival Freitas (PT-AP)			Walter Nory (PMDB)		
2º Vice-Presidente: Dep. Fausto Rocha (Bloco-SP)				PPS	
3º Vice-Presidente: Dep. Pinheiro Landim (PSDB-CE)			Roberto Freire		
	Titulares			Suplentes	
	Bloco			Bloco	
Angelo Magalhães		Jerônimo Reis	Aroldo Cedraz		Luciano Pizzato
Arolde de Oliveira		José Mendonça Bezerra	César Bandeira		Luís Eduardo
Carlos Roberto Massa		Maluly Netto	César Souza		Paulo Marinho
Eraldo Trindade		Maurício Calixto	Délio Braz		Pedro Irujo
Fausto Rocha		Paulo Lima	Gilson Machado		Renato Johnsson
George Takimoto		Pinga Fogo de Oliveira	Humberto Souto		Ruben Bento
	PMDB			PMDB	
Aluizio Alves		Laprovita Vieira	João Almeida		Marcelo Barbieri
Domingos Juvenal		Luiz Tadeu Leite	Luiz Henrique		Olavo Calheiros
Eliel Rodrigues		Nelson Proença	Manoel Moreira		Tidei de Lima
Hagahús Araujo		Roberto Valadão	4 vagas		
Henrique Eduardo Alves		1 vaga		PDT	
	PDT		Aldo Pinto		Edson Silva
Beto Mansur		José Vicente Brizola	Edi Siliprandi		Matheus Iensen
Cidinha Campos		1 vaga		PDS	
			Daniel Silva		José Teles
			Gerson Peres		Ruberval Pilotto
			Ibrahim Abi-Ackel		

Artur da Távola Flávio Arns	PSDB	Geraldo Alckmin Filho Jackson Pereira	João Natal João Rosa José Dutra José Luiz Clerot José Thomaz Nonô Luiz Carlos Santos	PMDB	Luiz Soyer Mendes Ribeiro Nelson Jobim Nilson Gibson Renato Vianna Ulysses Guimarães
Florestan Fernandes José Genoíno	PT	Nilmário Miranda Sandra Starling	Décio Knop Luiz Salomão	PDT	Sérgio Cury Vital do Rego Vivaldo Barbosa
Aldir Cabral Gastone Righi	PTB	Paulo de Almeida	Adylson Motta Edevaldo Alves da Silva Gerson Peres	PDS	Ibrahim Abi-Ackel Prisco Viana
Samir Tannús	PDC	Robson Tuma	Israel Pinheiro Filho (PRS) Moroni Torgan	PSDB	Oswaldo Melo (PDS) Sigmaringa Seixas Ubaldo Dantas
Flávio Rocha	PL	Mário de Oliveira	Edésio Passos Hélio Bicudo	PT	José Genoíno Sandra Starling
Costa Ferreira	PTR	Robson Tuma	Carlos Kayath Gastone Righi	PTB	Mendes Botelho Nelson Trad
Roberto Franca	PSB	Robson Tuma	José Maria Eymael	PDC	Rodrigues Palma (PTB)
José Felinto	PST	Robson Tuma	Irani Barbosa Robson Tuma	PL	Wilson Müller (PDT)
1 vaga	PC do B	Robson Tuma	Benedito Domingos	PTR	Reditário Cassol
Sérgio Arouca	PPS	Robson Tuma	Luiz Piauhyllino	PSB	Pedro Valadares
Secretária: Maria Ivone do Espírito Santo Ramal: 6906/6907/6908/6910 Reunião: 4ªs feiras, às 10:00. Plenário, sala 10			Haroldo Lima	PC do B	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO			Suplentes		
Presidente: Dep. José Luiz Clerot (PMDB-PB) 1º Vice-Presidente: Dep. João Rosa (PMDB-MG) 2º Vice-Presidente: Dep. Vital do Rego (PDT-PB) 3º Vice-Presidente: Dep. Ciro Nogueira (Bloco-PI)			Bloco		
Titulares			Bloco		
Bloco			Bloco		
Antonio dos Santos Átila Lins Benedito de Figueiredo Ciro Nogueira Cleonânio Fonseca Jesus Tajra Messias Góis	Paes Landim Paulo Marinho Raul Belém Ricardo Murad Roberto Magalhães Tony Gel Tourinho Dantas		Everaldo de Oliveira Fernando Freire Flávio Palmier da Veiga Freire Júnior José Burnett José Falcão	Maluly Netto Nelson Morro Ney Lopes Paulo Duarte Rubem Medina 3 vagas	

Antonio de Jesus Armando Costa Ary Kara Felipe Neri João Henrique Jurandyr Paixão	PMDB	Luiz Tadeu Leite Neif Jabur Nestor Duarte Ubiratan Aguiar Valter Pereira 1 vaga	Flávio Derzi Freire Júnior João Maia José Carlos Vasconcelos	Titulares Bloco	Luciano Pizzatto Marilu Guimarães Nelson Marquezelli Orlando Bezerra
Aroldo Goes Carlos Lupi Eden Pedroso	PDT	Liberato Caboclo Mendonça Neto	Antonio de Jesus Genebaldo Correia Ivandro Cunha Lima Jório de Barros	PMDB	Rita Camata Socorro Gomes (PC do B) Zila Bezerra
Delfim Netto João de Deus Antunes Marcelino Romano Machado	PDS	Roberto Campos Vasco Furlan	Beth Azize Edson Silva	PDT	Regina Gordilho
Edmundo Galdino Fábio Feldmann Magalhães Teixeira	PSDB	Osmânio Pereira Paulo Silva	Aécio Neves (PSDB) Amaral Netto	PDS	1 vaga
Agostinho Valente João Paulo	PT	José Dirceu Pedro Tonelli	Fábio Feldmann	PSDB	Marco Penaforte Tuga Angerami
Cardoso Alves Edison Fidelis	PTB	Roberto Jefferson Roberto Torres	José Cicote	PT	Valdir Ganzer
Francisco Coelho	PDC	Jair Bolsonaro	Aldir Cabral	PTB	Hilário Coimbra
Getúlio Neiva José Augusto Curvo	PL	Ricardo Izar	Nan Souza (PST)	PDC	
Mário Chermont	PTR	1 vaga	Wellington Fagundes	PL	
Miguel Arraes	PSB		Mário Chermont	PTR	
Luiz Carlos Hauly	PST		Mário Chermont	PSB	
Renildo Calheiros	PC do B		Uldurico Pinto	PV	
Secretário: Luiz Henrique Cascelli de Azevedo. Ramal: 6922 a 6925 Reuniões: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras, às 10:00. Plenário, sala 1.			Sidney de Miguel	Suplentes Bloco	Tadashi Kuriki Sarney Filho Zé Gomes da Rocha 1 vaga
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS			Arno Magarinos Fátima Pelaes Paulo Octávio Pedro Corrêa Ricardo Murad	PMDB	Luiz Soyer
Presidente: Dep. Tuga Angerami (PSDB-SP) 1º Vice-Presidente: Dep. Marco Penaforte (PSDB-CE) 2º Vice-Presidente: Dep. Marilu Guimarães (Bloco-MS) 3º Vice-Presidente: Dep. Sidney de Miguel (PV-RJ)			Alofzio Santos 5 vagas	PDT	Paulo Portugal
			José Vicente Brizola Laerte Bastos		

Célia Mendes	PDS	Teresa Jucá			
Gerson Peres				PTB	
	PSDB		João Mendes		Raquel Cândido
Adroaldo Streck		Elias Murad		PDC	
Antônio Carlos Mendes Thame			Eduardo Braga		Roberto Balestra
	PT	José Fortunati	Jarvis Gaidzinski	PL	Jones Santos Neves
Benedita da Silva				PTR	
Raquel Cândido	PTB	Wilson Cunha	Alberto Haddad		
	PDC			PSB	
Avenir Rosa			1 vaga		
	PL			PST	
Diogo Nomura			Mauro Borges (PDC)		
	PTR			Suplentes	
Benedito Domingos				Bloco	
	PSB		Adauto Pereira		Orlando Bezerra
Álvaro Ribeiro			Angelo Magalhães		Renato Johnsson
	PV		Átila Lins		Vadão Gomes
1 vaga			José Moura		Waldir Guerra
			Manoel Castro		1 vaga
Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida				PMDB	
Ramal: 6930/6931			Alufio Alves		Lufs Roberto Ponte
Reunião: 4 ^{as} feiras, 9:30. Sala 113 (Bloco das Lideranças)			César Maia		Pedro Abrão
COMISSÃO DE ECONOMIA,			Fernando Bezerra Coelho		3 vagas
INDÚSTRIA E COMÉRCIO				PDT	
Presidente: Dep. Gilson Machado (Bloco-PE)			Luiz Girão		Paulo Ramos
1º Vice-Presidente: Dep. Osório Adriano (Bloco-DF)			1 vaga		
2º Vice-Presidente: Dep. Jaques Wagner (PT-BA)				PDS	
3º Vice-Presidente: Dep. Alberto Haddad (PTR-SP)			Basílio Villani		Francisco Diógenes
Titulares			Fábio Meirelles		
	Bloco			PSDB	
Antonio Holanda		Mavíael Cavalcanti	José Serra		Saulo Coelho
Ézio Ferreira		Osório Adriano	Paulo Hartung		
Gilson Machado		Roseana Sarney		PT	
José Carlos Aleluia		Rubem Medina	Luiz Gushiken		Paulo Delgado
José Múcio Monteiro		Wagner do Nascimento	Raul Pont		
	PMDB			PTB	
Alano de Freitas		José Belato	Felix Mendonça		Nelson Marquezelli
Felipe Neri		José Geraldo		PDC	
Gonzaga Mota		Lúcia Vânia	Pauderney Avelino		Paulo Mandarinho
João Almeida		1 vaga		PL	
	PDT		Álvaro Valle		Nelson Bornier
Márcia Cibilis Viana		Miro Teixeira		PTR	
Marino Clinger			João Colaço		
	PDS			PSB	
Fetter Júnior		Victor Faccioni	Ariosto Holanda		
Pedro Pavão				PST	
	PSDB		Pedro Valadares		
Ernani Viana		Vittorio Medioli	Secretário: Jussara Maria Goulart Brasil de Araujo		
Sérgio Machado			Ramal: 7024 a 7026		
	PT		Reunião: 4 ^{as} feiras, 10:00. Plenário, sala 209. (Bloco das Lideranças)		
Jaques Wagner		Vladimir Palmeira			
José Fortunati					

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Dep. Celso Bernardi (PDS - RS)
1º Vice-Presidente: Dep. Maria Valadão (PDS - GO)
2º Vice-Presidente: Dep. Adelaide Neri (PMDB - AC)
3º Vice-Presidente: Dep. Costa Ferreira (PTR - MA)

Titulares

Bloco Antônio Barbara Arnaldo Faria de Sá Camilo Machado Euclides Mello Orlando Pacheco	Ricardo Heráclio Ronivon Santiago Sandra Cavalcanti 1 vaga	
--	---	--

PMDB Adelaide Neri Aécio de Borba (PDS) Hermínio Calvino	João Henrique Renildo Calheiros (PC do B) Ubiratan Aguiar 1 vaga	
---	---	--

PDT Carlos Lupi Eduardo Mascarenhas	Lúcia Braga	
--	--------------------	--

PDS Ângela Amin Celso Bernardi	Maria Valadão	
---	----------------------	--

PSDB Artur da Távola Flávio Arns	Osmânio Pereira	
---	------------------------	--

PT Florestan Fernandes Paulo Delgado	Raul Pont	
---	------------------	--

PTB Fábio Raunheiti	Sólon Borges dos Reis	
--	------------------------------	--

PDC

José Linhares (PSDB)

PL

Álvaro Valle

PTR

Costa Ferreira

PSB

Maria Luiza Fontenele

PST

João Teixeira (PL)

Suplentes

Bloco Benedito de Figueiredo Cleonânio Fonseca Edmar Moreira José Mendonça Bezerra Luiz Dantas	Marilu Guimarães Murilo Pinheiro Paulo Lima Paulo Romano	
---	---	--

PMDB

Derval de Paiva José Luiz Clerot	Zaire Rezende 4 vagas	
---	----------------------------------	--

Carrión Junior	PDT	Vital do Rego 1 vaga
-----------------------	-------------------	---------------------------------

Edevaldo Alves da Silva Fernando Carrión	PDS	Telmo Kirst
---	-------------------	--------------------

Ernani Viana Rubens Bueno	PSDB	Rose de Freitas
--------------------------------------	--------------------	------------------------

Hélio Bicudo Lourival Freitas	PT	Maria Laura
--	------------------	--------------------

Nelson Trad	PTB	Onaireves Moura
--------------------	-------------------	------------------------

PDC

Jairo Azi

PL

Jarvis Gaidzinski

PTR

Eurides Brito

PSB

Célio de Castro

PST

Nan Souza

Secretária: Ronaldo Alves da Silva
Ramal: 6903/6905/7010/7013
Reunião 4ªs feiras, 10:00. Plenário, sala 15.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Dep. Francisco Dornelles (Bloco-RJ)
1º Vice-Presidente: Dep. Manoel Castro (Bloco - BA)
2º Vice-Presidente: Dep. Basílio Villani (PDS - PR)
3º Vice-Presidente: Dep. Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE)

Titulares

Bloco Benito Gama César Souza Flávio Palmier da Veiga Francisco Dornelles José Falcão	Júlio Cabral Luiz Dantas Manoel Castro Mussa Demes Ricardo Fiuza	
--	---	--

PMDB César Maia Fernando Bezerra Coelho Germano Rigotto João Carlos Bacelar	Luís Roberto Ponte Manoel Moreira Sérgio Naya Wilson Campos	
--	--	--

PDT Carrión Júnior Élio Dalla-Vecchia	Sérgio Gaudenzi	
--	------------------------	--

PDS Basílio Villani Delfim Neto	José Lourenço	
--	----------------------	--

PSDB Jackson Pereira José Serra	Paulo Hartung	
--	----------------------	--

Alofzio Mercadante Geddel Vieira Lima (PMDB)	PT	José Dirceu
Félix Mendonça	PTB	Matheus Iensen
Paulo Mandarinó	PDC	Pedro Novais
Flávio Rocha	PL	Nelon Bornier
Carlos Camurça	PTR	
Sérgio Guerra	PSB	
Luiz Carlos Hauly	PST	
Suplentes		
Bloco		
Augusto Farias		Jerônimo Reis
Cleto Falcão		José Carlos Vasconcellos
Ézio Ferreira		Roberto Magalhães
Fernando Freire		Simão Sessim
George Takimoto		Tourinho Dantas
PMDB		
Gonzaga Mota		Nelson Jobim
Hélio Rosas		Pinheiro Landim
Ivandro Cunha Lima		Zuca Moreira
Lúcia Vânia		1 vaga
PDT		
Junot Abi-Ramia		Miro Teixeira
Valdomiro Lima		
PDS		
João Tota		Roberto Campos
Oswaldo Melo		
PSDB		
Rose de Freitas		Wilson Moreira
Sérgio Machado		
PT		
Lafre Rosado (PMDB)		Vladimir Palmeira
Paulo Bernardo		
PTB		
Anibal Teixeira		Paulo Heslander
PDC		
José Maria Eymael		
PL		
João Teixeira		1 vaga
PTR		
Marcelo Luz		
PSB		
Luiz Piauhyllino		
PST		
Romero Filho		
Secretária: Maria Linda Magalhães		
Ramal: 6959/6960/6989		
Reunião: 4ªs feiras, 10:00 Plenário 5.		

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Dep. Eduardo Moreira (PMDB-SC)
1º Vice-Presidente: Dep. Marcelo Barbieri (PMDB-SP)
2º Vice-Presidente: Dep. Avenir Rosa (PDC-RR)
3º Vice-Presidente: Dep. José Ulisses de Oliveira (PRS-MG)

Titulares

Bloco		
Abelardo Lupion		José Santana de Vasconcelos
Aracely de Paula		Murilo Pinheiro
Aroldo Cedraz		Ruben Bento
Elísio Curvo		Sérgio Barcellos
PMDB		
Eduardo Moreira		Marcelo Barbieri
Gilvan Borges		Olavo Calheiros
Marcos Lima		Pedro Tassis
PDT		
Paulo Ramos		2 vagas
PDS		
Carlos Azambuja		Ruberval Pilotto
PSDB		
Adroaldo Streck		Oswaldo Stecca
PT		
Agostinho Valente		Alcides Modesto
PTB		
Alceste Almeida		Sérgio Britto (PDC)
PDC		
Avenir Rosa		
PL		
Getúlio Neiva		
PTR		
Marcelo Luz		Pascoal [REDACTED]
PRS		
José Ulisses de Oliveira		
PPS		
João Fagundes (PMDB)		
Suplentes		
Bloco		
Alacid Nunes		Mavíael Cavalcanti
Jonas Pinheiro		Otto Cunha
José Carlos Aleluia		Vicente Fialho
José Reinaldo		Werner Wanderer
PMDB		
Alano de Freitas		Jorge Tadeu Mudalen
Aloisio Vasconcellos		Mauro Miranda
Herminio Calvinho		Nicías Ribeiro

Élio Dalla-Vecchia	PDT	Wilson Müller			
Márcia Cibilis Viana			Jayme Santana	PSDB	Magalhães Teixeira
	PDS		Jorge Ueque		
José Diogo		Victor Faccioni		PT	Luiz Gushiken
	PSDB		Benedita da Silva		
Mauro Sampaio		Munhoz da Rocha		PTB	
	PT		Annibal Teixeira		Cardoso Alves
Adão Pretto		Ricardo Moraes		PDC	Pauderney Avelino
Francisco Rodrigues	PTB	Hilário Coimbra	Francisco Coelho		
	PDC		Diogo Nomura	PL	
Leomar Quintanilha				PTR	
	PL		Eurides Brito		
Valdemar Costa	PTR			PSB	
Nobel Moura		Valdenor Guedes	Miguel Arraes		
	PRS			PC do B	
José Aldo			Eduardo Siqueira Campos (PDC)		
	PPS			Suplentes	
Carlos Nelson (PMDB)				Bloco	
Secretária: Maria Eunice Torres Vilas Bôas			Antônio dos Santos		Orlando Pacheco
Ramal: 6944/6946			Benedito Gama		Paes Landim
Reunião: 4ªs feiras, 10:00. Plenário, sala 21.			Fausto Rocha		Roseana Sarney
			Jesus Tajra		Tony Gel
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES					
Presidente: Dep. Pauderney Avelino (PDC-AM)				PMDB	Ulysses Guimarães
1º Vice-Presidente: Dep. Diogo Nomura (PL-SP)			Geddel Vieira Lima		Virmondes Cruvinel
2º Vice-Presidente: Dep. Francisco Coelho (PDC-MA)			João Rosa		1 vaga
3º Vice-Presidente: Dep. Eduardo Siqueira Campos (PDC-TO)			Murilo Rezende		
			Oswaldo Melo (PDS)		
	Titulares			PDT	Vivaldo Barbosa
	Bloco		Amaury Müller		
Antônio Ueno		Ney Lopes	Sérgio Cury		
Cleto Falcão		Oswaldo Coelho		PDS	José Lourenço
Leur Lomanto		Paulo Octávio	Adylson Motta		
Nelson Morro		Sarney Filho		PSDB	João Faustino
	PMDB		Aécio Neves		
Aloísio Vasconcelos		Luiz Viana Neto	Moroni Torgan	PT	Tilden Santiago
Antônio Carlos Mendes			Irma Passoni		
Thame (PSDB)		aNeife Jabur		PTB	Sólon Borges dos Reis
Ary Kara		Nestor Duarte	Alceste Almeida		
Luiz Henrique			Eduardo Braga	PDC	Pedro Novais
	PDT			PL	
Edi Siliprandi		Haroldo Sabóia	Jones Santos Neves		
Mendonça Neto				PTR	
	PDS		Salatíel Carvalho		
Djenal Gonçalves		José Teles			

PSB		Suplentes	
Uldurico Pinto		Bloco	
PC do B			
Aldo Rabelo		Arnaldo Faria de Sá	Jairo Carneiro
Secretária: Andréia Maura Versiani de Miranda		Ciro Nogueira	João Maia
Ramal: 6993 a 6996		Iberê Ferreira	Pinga Fogo de Oliveira
Reuniões: 3ªs, 4ªs e 5ª feiras, 10:00. Plenário, sala 2		Ivan Burity	Ricardo Heráclio
			Vitório Malta
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA		PMDB	
Presidente: Dep. Euler Ribeiro (PMDB-AM)		Eduardo Moreira	Virmondes Cruvinel
1º Vice-Presidente: Dep. Jorge Tadeu Mudalen (PSDB - CE)		Nelson Proença	Zila Bezerra
2º Vice-Presidente: Dep. Elias Murad (PSDB - MA)		Rita Camata	2 vagas
3º Vice-Presidente: Dep. Renato Johnsson (Bloco-PR)		PDT	
Titulares		Cidinha Campos	Marino Clinger
Bloco		Lúcia Braga	
		Ângela Amin	PDS
Everaldo de Oliveira	Paulo Duarte	Jório de Barros (PMDB)	Oswaldo Bender
Fátima Pelaes	Pedro Corrêa	PSDB	
Heitor Franco	Renato Johnsson	Jorge Ueques	Marco Penaforte
Ivânio Guerra	Rivaldo Medeiros	José Linhares	
José Egydio		PT	
PMDB		Chico Vigilante	Luci Choinacki
Armando Costa	Nilton Baiano	PTB	
Euler Ribeiro	Sérgio Arouca (PCB)	Fábio Raunheitti	Luiz Moreira
Jorge Tadeu Mudalen	Valter Pereira	PDC	
Maurílio Ferreira Lima		Eduardo Siqueira Campos	Osório Santa Cruz
PDT		PL	
Clóvis Assis	Paulo Portugal	PTR	
Liberato Cabloco		B. Sá	PSB
PDS		Uldurico Pinto	PST
Célia Mendes	Teresa Jucá		
João Rodolfo			
PSDB		Carlos Scarpelini	
Antônio Faleiros	Geraldo Alckmin Filho	Secretária: Maria Inês de Bessa Lins	
Elias Murad		Ramal: 7018 a 7021	
PT		Reunião: 4ªs feiras, 10:00. Plenário, sala 9.	
Eduardo Jorge	João Paulo	COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO	
PTB		Presidente: Dep. Carlos Aberto Campista (PDT-RJ)	
Joaquim Sucena	Roberto Jefferson	1º Vice-Presidente: Dep. Amaury Müller (PDT-RS)	
PDC		2º Vice-Presidente: Dep. Délio Braz (Bloco-GO)	
Eduardo Matias	Jandira Feghali (PC do B)	3º Vice-Presidente: Dep. José Carlos Sabóia (PSB-MA)	
PL		Titulares	
José Augusto Curvo		Bloco	
PTR		Aldo Rebelo (PC do B)	José Burnett
Salatiel Carvalho		Délio Braz	Luís Eduardo
PSB		Edmar Moreira	Zé Gomes da Rocha
Célio de Castro		Humberto Souto	1 vaga
PST			
Delcino Tavares			

Carlos Santana	PT	Nilmário Miranda	Jonival Lucas	PDC	Sérgio Brito
Ernesto Gradella		Ricardo Moraes		PL	
Antonio Morimoto	PTB	Paulo de Almeida	André Benassi (PSDB)	PTR	Maurício Campos
Onaireves Moura			Alberto Haddad	PSB	Carlos Camurça
Jairo Azi	PDC	Marcos Medrado	José Carlos Sabóia	PST	
José Felinto (PST)	PL	1 vaga	Francisco Silva	PC do B	
João Colaço	PTR	Oswaldo Reis	1 vaga	PPS	
Roberto Franca	PSB		Roberto Freire		
Carlos Scarpelini	PST		Secretário: Ronaldo de Oliveira Noronha		
Leopoldo Bessone (PMDB)	PC do B		Ramal: 6973 a 6976		
Augusto Carvalho	PPS		Reunião: 4 ^{as} feiras, 10:00. Plenário, sala 14.		
Suplentes			COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL		
Bloco			Presidente: José Augusto Curvo (PL - MT)		
Antonio Barbara		José Múcio	1º Vice-Presidente: Dep. Nelson Bornier (PL/RJ)		
Aracely de Paula		José Santana de Vasconcellos	2º Vice-Presidente: Dep. Aldir Cabral (PTB - RJ)		
Carlos Roberto Massa		Osório Adriano	3º Vice-Presidente: Dep. Álvaro Ribeiro (PSB - PE)		
Elísio Curvo		Ronaldo Caiado	Titulares		
Jorge Khoury		Sandra Cavalcanti	Bloco		
José Egydio		1 vaga	Abelardo Lupion		Odelmo Leão
			Alacid Nunes		Orlando Bezerra
			Átila Lins		Paes Landim
			Edmar Moreira		Roberto Magalhães
				PMDB	
			Antônio de Jesus		Marcelo Barbieri
			Etevalda Grassi de Menezes		Mário Martins
			João Fagundes		Maurício Ferreira Lima
				PDT	
			Maurício Campos (PL)		Wilson Müller
			Paulo Ramos		
				PDS	
			Carlos Virgílio		Fernando Carrion
			Fábio Meirelles		
				PSDB	
			Moroni Torgan		Rose de Freitas
				PT	
			Hélio Bicudo		José Dirceu
				PTB	
			Aldir Cabral		Francisco Rodrigues
				PDC	
			Mauro Borges		

José Augusto Curvo	PL	Nelson Bornier
Valdenor Guedes	PTR	
Álvaro Ribeiro	PSB	
Suplentes		
Bloco		
Aroldo de Oliveira Evaldo Gonçalves Heitor Franco		Luciano Pizzatto Raul Belém 3 vagas
Cid Carvalho Euler Ribeiro Hermínio Calvino	PMDB	Ivo Mainardi Luiz Henrique Pinheiro Landim
Carrion Júnior Giovanni Queiroz	PDT	1 Vaga
Carlos Azambuja Oswaldo Bender	PDS	
Paulo Silva	PSDB	Teimo Kirst
José Genofino	PT	Wilmar Peres (PL)
Annibal Teixeira	PTB	Paulo Delgado
Jair Bolsonaro	PDC	Fábio Raunheitti
Avelino Costa	PL	Ribeiro Tavares
Salatiel Carvalho	PTR	
Roberto Franca	PSB	
Secretária: Marci Bernardes Ferreira Ramal: 6998/7001/7002		

COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA, NOS TERMOS DO ART. 34, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO, PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE TODOS OS PROJETOS EM TRÂMITE NA CASA, RELATIVOS À REGULAMENTAÇÃO DO ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Presidente: Deputado Benito Gama
Vice-Presidente: Deputado José Lourenço
Relator: Deputado César Maia

Titulares **Suplentes**

BLOCO PARLAMENTAR

Benito Gama	Basílio Villani
Elísio Curvo	Daniel Silva
Ézio Ferreira	Gilson Machado
Francisco Dornelles	Paes Landim
José Múcio Monteiro	Roberto Magalhães

PMDB

César Maia	Dejandir Dalpasquale
José Dutra	Etevalda Menezes
José Luiz Clerot	Fernando Bezerra Coelho
Luís Roberto Ponte	Odacir Klein

PDT

Beraldo Boaventura	Márcia Cibilis Viana
Carrion Júnior	Valdomiro Lima

PDS

José Lourenço	Fetter Júnior
Marcelino Romano Machado	Roberto Campos

PSDB

Jackson Pereira	Antônio Carlos M. Thame
José Serra	Paulo Hartung

PTB

Gastone Righi	Rodrigues Palma
---------------	-----------------

PT

José Fortunatti	Paulo Bernardo
-----------------	----------------

PDC

Paulo Mandarino	Pauderney Avelino
-----------------	-------------------

PL

Ricardo Izar	Jones Santos Neves
--------------	--------------------

Serviço de Comissões Especiais
Local: Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Ramais: 7066/7067/7052
Secretário: Sílvia Sousa da Silva

**COMISSÃO ESPECIAL PARA PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 824, DE 1991, QUE
"REGULA DIREITOS E OBRIGAÇÕES
RELATIVOS A PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PREVISTO NA MENSAGEM Nº 192/91
DO PODER EXECUTIVO**

Presidente: (Vago)
1º Vice-Presidente: Deputada Sandra Starling
2º Vice-Presidente: Deputado Magalhães Teixeira
Relator: Ney Lopes

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Gilson Machado	César Bandeira
José Carlos Aleluia	Paes Landim
José Carlos Vasconcelos	Elísio Curvo
Ney Lopes	José Santana de Vasconcellos
Otto Cunha	Wagner do Nascimento
PMDB	
Marcelo Barbieri	Fernando Bezerra Coelho
Nelson Jobim	João Almeida
Nelson Proença	José Luiz Clerot
	Luiz Tadeu Leite
PDT	
Carrion Júnior	Clóvis Assis
Liberato Caboclo	Paulo Ramos
PDS	
Ibrahim Abi-Ackel	Francisco Diógenes
Roberto Campos	José Teles
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Vittório Mediolí
Magalhães Teixeira	Paulo Silva
PTB	
Cardoso Alves	João Mendes
PT	
Sandra Starling	Jaques Wagner
PDC	
Roberto Balestra	José Maria Eymael
PL	
Valdemar Costa	Flávio Rocha

Serviço de Comissões Especiais:
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Brunilde Liviero Carvalho de Moraes
Ramais: 7066 e 7067

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1991, QUE "INSTITUI O
SISTEMA DE ELEIÇÃO DISTRITAL MISTA NOS
MUNICÍPIOS MAIS DE CEM MIL ELEITORES"**

Presidente: Deputado José Thomaz Nonô
1º Vice-Presidente: Deputado Osmânio Pereira
Relator: Deputado Maluly Netto

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Ângelo Magalhães	Heitor Franco
Flávio Derzi	Lael Varella
Maluly Netto	Orlando Pacheco
Romel Anísio	Simão Sessim
PMDB	
Felipe Neri	Eduardo Moreira
João Henrique	Mauri Sérgio
José Thomaz Nonô	Nilson Gibson
Luiz Henrique	Vago
PDT	
Miro Teixeira	Clóvis Assis
Sérgio Gaudenzi	Mendonça Neto
PDS	
Adylson Motta	José Lourenço
Prisco Viana	Teimo Kirst
PSDB	
Osmânio Pereira	Rubens Bueno
PTB	
Cardoso Alves	Carlos Kayath
PT	
José Dirceu	Paulo Delgado
PDC	
Pedro Novais	Leomar Quintanilha
PL	
João Teixeira	Wilmar Peres
Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 10 – Mezanino. Secretário: José Maria Aguiar de Castro Ramais: 7066/7067/7052	

Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Sílvio Avelino da Silva
Ramais: 7067 e 7066

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 1991, QUE "ALTERA
DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
(DESREGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA)"**

Presidente: Deputado Maurílio Ferreira Lima
1º Vice-Presidente: Deputado Fábio Meirelles
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Tadeu Leite
3º Vice-Presidente: Deputado Vladimir Palmeira
Relator: Deputado Ney Lopes

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Paes Landim
Renato Johnsson
Ney Lopes
Paulo Marinho

Evaldo Gonçalves
Flávio Derzi
Nelson Morro
Wagner Nascimento

PMDB

Luiz Tadeu Leite
Maurílio Ferreira Lima
Nelson Proença
Walter Nory

Eduardo Moreira
Hermínio Calvino
Luiz Soyer
Tidei de Lima

PDT

Márcia Cibilis Viana
Valdomiro Lima

Aroldo Góes
Beth Azize

PDS

Fábio Meirelles
Roberto Campos

Carlos Azambuja
Marcelino Romano Machado

PSDB

Adroaldo Streck

Vittório Mediolí

PTB

Cardoso Alves

Paulo Heslander

PT

Vladimir Palmeira

Paulo Bernardo

PDC

José Maria Eymael

Roberto Balestra

PL

Jarvis Gaidzinski

Ribeiro Tavares

Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 10 – Mezanino.

Secretário: Luiz César Lima Costa
Ramais: 7066 e 7067

**COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR E DAR
PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2.057,
DE 1991, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DAS
SOCIEDADES INDÍGENAS"**

Presidente: Deputado Domingos Juvenil
1º Vice-Presidente: Deputado João Fagundes
2º Vice-Presidente: Deputado Lourival Freitas
Relatora: Deputada Teresa Jucá

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Elísio Curvo
Luciano Pizzato
Ruben Bento
Sérgio Barcellos
Tadashi Kuriki

Alacid Nunes
Átila Lins
George Takimoto
Heitor Franco
Tony Gel

PMDB

Domingos Juvenil
João Fagundes
Valter Pereira
Zaire Rezende

Armando Costa
Euler Ribeiro
Hermínio Calvino
Mauri Sérgio

PDT

Beth Azize
Sidney de Miguel (PV)

Aroldo Góes
Haroldo Sabóia

PDS

Maria Valadão
Teresa Jucá

Ângela Amin
Célia Mendes

PSDB

Fábio Feldmann
Tuga Angerami

Edmundo Galdino
Osmânio Pereira

PTB

Francisco Rodrigues

Alceste Almeida

PT

Lourival Freitas

Ricardo Morias

PDC

Avenir Rosa

Pauderney Avelino

PL

Flávio Rocha

José Augusto Curvo

PSB

José Carlos Sabóia

Uldurico Pinto

Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 10 – Mezanino.

Secretário: Edil Calheiros Bispo
Ramal: 7069

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
"DESTINADA A INVESTIGAR A QUESTÃO DA
VIOÊNCIA CONTRA A MULHER"**

Prazo: 13-5 a 8-11-92
Resolução nº 19/92

Presidente: Deputada Sandra Starling
Vice-Presidente: Deputada Marilu Guimarães
Relatora: Deputada Etevalda Grassi de Menezes

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar

Carlos Roberto Massa
Fátima Pelares
Marilu Guimarães

Camilo Machado
José Múcio Monteir
Wanda Reis

PMDB

Adelaide Neri
Etevalda G. de Menezes
Lúcia Vânia

Antônio de Jesus
Rita Camata
Zila Bezerra

PDT

Beth Azize

Lúcia Braga

PSDB

Rose de Freitas

Artur da Távola

PDS

Ângela Amin

Célia Mendes

PT

Sandra Starling

José Fortunati

PTB

Raquel Cândido

Roberto Jefferson

PL

Robson Tuma

Avelino Costa

PDC

Eduardo Matias

Osório Santa Cruz

Reuniões - Local: Anexo II, Plenário nº
Secretária: Maria de Fátima Moreira de Carvalho
Tel: 311-7057

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
"DESTINADA A INVESTIGAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES NO PROCESSO
DE PRIVATIZAÇÃO DA VASP"**

Requerimento nº 8/91

Prazo: 28-5-92 a 24-11-92
Presidente: Deputado Nilson Gibson
Vice-Presidente: Deputado Mauro Miranda
Relator: Deputado Pedro Corrêa

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Ivan Burity
Pedro Corrêa
José Moura

Átila Lins
Euclydes Mello
José Egydio

PMDB

Marcelo Barbieri
Mauro Miranda
José Thomaz Nonô

Walter Noy
Carlos Benevides
Geddel Vieira Lima

PDT

Liberato Caboclo

Luiz Salomão

PSDB

Tuga Angerami

Moroni Torgan

PDS

Pedro Pavão

José Diogo

PT

Luiz Gushiken

José Dirceu

PTB

Joaquim Sucena

Carlos Kayath

PL

Valdemar Costa

Nelson Bornier

PDC

Francisco Coelho

Sérgio Brito

Serviço de Comissões Parlamentares
- Anexo II - Sala 10 - Mezanino
Secretária: Maria do Amparo Bezerra da Silva
Ramais: 7056/7060 em 28-5-92

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 1991, QUE
"ALTERA DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL)"**

Presidente: Deputado José Dutra
1º Vice-Presidente: Deputado Germano Rigotto
2º Vice-Presidente: Deputado Basílio Villani
3º Vice-Presidente: Deputado Carrion Júnior
Relator: Deputado Benito Gama

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Benito Gama
Francisco Dornelles
Iberê Ferreira
Romel Anísio

Carlos Roberto Massa
Ivânio Guerra
Jairo Carneiro
João Maia

PMDB

Germano Rigotto
José Dutra
Luís Roberto Ponte
Manoel Moreira

César Maia
Cid Carvalho
Fernando Bezerra Coelho
Gonzaga Motta

PDT

Carrion Júnior
Sérgio Gaudenzi

Luiz Girão
Eden Pedrosa

PSDB

Antônio Carlos Mendes Tame

Jackson Pereira

PDS

Basílio Villani

Pedro Pavão

PTB

Gastone Righi

Edson Fidélis

PT

José Fortunati

Paulo Bernardo

PDC

Paulo Mandarino

Francisco Coelho

PL

Flávio Rocha

Jones Santos Neves

PTB

Gatone Righi

Edison Fidélis

PTR

Osvaldo Reis

João Colaço

Serviço de Comissões Especiais

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
"DESTINADA A CONTINUAR AS INVESTIGAÇÕES
DE IRREGULARIDADES NA CESSÃO DO
CONTROLE ACIONÁRIO DA NEC DO BRASIL S/A,
BEM COMO O ENVOLVIMENTO E AÇÃO DIRETA
DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E
DA TELEBRÁS NOS FATOS"**

Prazo: 10-6 a 21-11-92

Presidente: Deputado Mussa Demes

Vice-Presidente: Deputado José Lourenço

Relator: Deputado Luiz Carlos Santos

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Ronaldo Caiado
Jairo Carneiro
Mussa Demes

Paes Landim
Aroldo Cedraz
José Carlos Aleluia

PMDB

Geddel Vieira Lima
Luiz Carlos Santos
Nestor Duarte

Ivo Mainardi
Gonzaga Motta
Neif Jabur

PDT

Paulo Ramos

José Vicente Brizola

PSDB

Luiz Pontes

Magalhães Teixeira

PDS

José Lourenço

Marcelino R. Machado

PT

Tilden Santiago

Chico Vigilante

PTB

Luiz Moreira

Hilário Coimbra

PL

Jones Santos Neves

Nelson Bornier

PDC

Jairo Azi

Sérgio Brito

Reuniões:

Local: Anexo II, Plenário nº

Secretário:

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE TODAS AS PROPOSIÇÕES, EM TRÂMITE NESTA CASA, REFERENTES À LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA, ESPECIFICAMENTE AS QUE DISPÕEM SOBRE INELEGIBILIDADE, LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS, CÓDIGO ELEITORAL E SISTEMA ELEITORAL

Presidente: Deputado Roberto Magalhães
1º Vice-Presidente: Deputado Cardoso Alves
2º Vice-Presidente: Deputado Prisco Viana
3º Vice-Presidente: Deputado Geraldo Alckmin Filho
Relator: Deputado João Almeida

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

José Carlos Vasconcellos	Antonio Holanda
José Santana de Vasconcellos	Átila Lins
Ney Lopes	Evaldo Gonçalves
Raul Belém	Wagner do Nascimento
Ronivon Santiago	Jesus Tajra
Sandra Cavalcanti	José Burnett
Roberto Magalhães	Tourinho Dantas

PMDB

Armando Costa	João Henrique
Cid Carvalho	Jurandir Paixão
Nelson Jobim	Luiz Henrique
Nicias Ribeiro	Pinheiro Landim
Tidei de Lima	Valter Pereira
João Almeida	Virmondes Cruvinel

PDT

Miro Teixeira	Edson Silva
Vital do Rego	Wilson Müller

PDS

Adylson Matta	Vitório Malta
Prisco Viana	Vago

PSDB

Geraldo Alckmin Filho	Álvaro Pereira
Jabes Ribeiro	Sérgio Machado

PT

Edésio Passos	Hélio Bicudo
José Dirceu	Paulo Bernardo

PTB

Cardoso Alves	Carlos Kayath
Rodrigues Palma	Gastone Righi

PDC

José Maria Eymael	Francisco Coelho
-------------------	------------------

PL

Álvaro Valle	Valdemar Costa
--------------	----------------

PTR

Benedito Domingos	Mário Chermont
-------------------	----------------

PSB

Roberto Franca	Luiz Piauhyllino
----------------	------------------

PST

Pedro Valadares	Nan Souza
-----------------	-----------

PC do B

Haroldo Lima	Renildo Calheiros
--------------	-------------------

Serviços de Comissões Especiais
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Francisco da Silva Lopes Filho
Ramais 7066, 7067/7052

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FISCALIZAR E CONTROLAR DIRETAMENTE, E/OU POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, OS ATOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DE SUA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, INCLUÍDAS AS FUNDAÇÕES E SOCIEDADES INSTITUÍDAS E MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO FEDERAL.

Coordenador: Deputado Waldir Pires

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Alacid Nunes	Délio Braz
Freire Júnior	Jairo Carneiro
Jesus Tajra	José Burnett
Maurício Calixto	Tony Gel

PMDB

Armando Costa	João Fagundes
Gilvan Borges	João Natal
Hermínio Calvino	Olavo Calheiros
Ivo Mainardi	Roberto Rollemberg

PDT

Carlos Lupi	Sérgio Gaudenzi
Carrion Junior	Waldir Pires

PSDB

Flávio Arns	Moroni Torgan
-------------	---------------

PDS

João de Deus Antunes	José Diogo
----------------------	------------

PT

José Fortunati	Paulo Bernardo
----------------	----------------

PTB

Felix Mendonça	Luiz Moreira
----------------	--------------

PL

Jarvis Gaidzinski	Wellington Fagundes
-------------------	---------------------

PDC

Francisco Coelho	Marcos Medrado
------------------	----------------

PTR

Benedito Domingos	Eurides Brito
-------------------	---------------

Serviços de Comissões Especiais
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Héris Medeiros Joffily
Ramais 7066/7067/7052

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 1989, QUE
"ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 14,
ALTERA OS §§ 5º, 6º E 7º DO MESMO
ARTIGO E MODIFICA O ART. 82,
TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"**

Presidente: Deputado Renato Vianna
1º Vice-Presidente: Deputado João Henrique
2º Vice-Presidente: Deputado João Magalhães Teixeira
3º Vice-Presidente: Deputado Carrion Júnior
Relator: Deputado Maurício Campos

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Zé Gomes da Rocha	Antonio Ueno
Oswaldo Coelho	Leur Lomanto
Paulo Marinho	Sérgio Barcellos
Pedro Valadares	Paulo Octávio

PMDB

João Henrique	Jurandyr Paixão
Alofio Santos	Luiz Soyer
Renato Vianna	Mário Martins
Tidei de Lima	Pedro Tassis

PDT

Carrion Júnior	Élio Dalla-Vecchia
Valdomiro Lima	Edésio Frias

PDS

José Diogo	José Lourenço
Prisco Viana	Telmo Kirst

PSDB

Magalhães Teixeira	Aécio Neves
--------------------	-------------

PT

Sandra Starling	Edésio Passos
-----------------	---------------

PTB

Onaireves Moura	Carlos Kayath
-----------------	---------------

PDC

Osório Santa Cruz	Samir Tannus
-------------------	--------------

PL

Maurício Campos	Wellington Fagundes
-----------------	---------------------

Serviços de Comissões Especiais
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretária: Maria Helena Coutinho de Oliveira
Ramais 7067, 7066

**COMISSÃO ESPECIAL PARA DAR PARECER
SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 1991, QUE "DISPÕE
SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL."**

Presidente: Deputado Osório Adriano
1º Vice-Presidente: Deputado Sérgio Gaudenzi
2º Vice-Presidente: Deputado Jackson Pereira
3º Vice-Presidente: Deputado João Henrique
Relator: Deputado Luís Roberto Ponte

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Mussa Demes	Everaldo de Oliveira
Osório Adriano	José Burnett

Renato Johnsson
Waldir Guerra

Lael Varella
Orlando Bezerra

PMDB

Armando Costa
João Henrique
Luís Roberto Ponte
Walter Nory

Alano de Freitas
Joni Varisco
José Belato
José Maranhão

PDT

Sérgio Gaudenzi
Valdomiro Lima

Aldo Pinto
Carlos Lupi

PSDB

Jackson Pereira

João Baptista Motta

PDS

Roberto Campos

Francisco Diógenes

PT

Alofio Mercadante

Paulo Bernardo

PTB

Rodrigues Palma

Annibal Teixeira

PL

Flávio Rocha

Jones Santos Neves

PDC

Pedro Novais

Puaderney Avelino

PTR

Marcelo Luz

Carlos Camurça

Serviços de Comissões Especiais
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Antonio Fernando Borges Manzan
Ramais 7061

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 1991, QUE "INTRODUZ
MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA POLICIAL"**

Presidente: Deputado João Fagundes
1º Vice-Presidente: Deputado Wilson Müller
2º Vice-Presidente: Deputado Moroni Torgan
3º Vice-Presidente: Deputado Aldir Cabral
Relator: Deputado: Deputado Alacid Nunes

Titulares

Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Alacid Nunes
Antônio Holanda
Atila Lins
José Burnett

Antônio Dos Santos
Arolde de Oliveira
Euclydes Mello
Evaldo Gonçalves

PMDB

Hermínio Calvino
João Fagundes
Marcelo Barbieri
Maurício Ferreira Lima

Antônio de Jesus
Ivo Mainardi
Mário Martins
Pinheiro Landim

PDT

Paulo Ramos
Wilson Müller

Alofio Santos
Laerte Bastos

PDS

Daniel Silva

José Teles

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS